

GUILHERME OLIVEIRA ROCHA VICENTE

**ACOLHIMENTO A IMIGRANTES E REFUGIADOS PELAS
UNIVERSIDADES DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL: uma
proposta de ação por meio de ecossistema de inovação em rede**



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL –
DOUTORADO
CAMPO GRANDE-MS
2026**

GUILHERME OLIVEIRA ROCHA VICENTE

**ACOLHIMENTO A IMIGRANTES E REFUGIADOS PELAS
UNIVERSIDADES DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL: uma
proposta de ação por meio de ecossistema de inovação em rede**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco, sob a orientação da Profª Drª Maria Augusta de Castilho e coorientação do Prof. Dr. Josemar de Campos Maciel, como requisito final para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Local.



BOLSISTA – FUNDECT

Este trabalho foi desenvolvido com o apoio da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL –
DOUTORADO
CAMPO GRANDE-MS
2026**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária Mourãmise de Moura Viana - CRB-1 3360

V632a Vicente, Guilherme Oliveira Rocha

Acolhimento a imigrantes e refugiados pelas universidades do Estado De Mato Grosso do Sul: uma proposta de ação por meio de ecossistema de inovação em rede/ Guilherme Oliveira Rocha Vicente sob a orientação da Profa. Dra. Maria Augusta de Castilho.-- Campo Grande, MS : 2026.

10 p.: il.

Tese (Doutorado em Desenvolvimento Local) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS, 2026

Bibliografia: p. 140-149

1. Migração. 2. Acolhimento. 3. Universidades. 4. Desenvolvimento local. 5. Ecossistema de inovação
I.Castilho, Maria Augusta de. II. Título.

CDD: 325.10981

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: “Acolhimento a imigrantes e refugiados pelas Universidades do Estado de Mato Grosso Do Sul: uma proposta de ação por meio de ecossistema de inovação em rede”

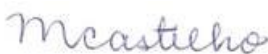
Área de concentração: Desenvolvimento Local em Contexto de Territorialidades

Linha de Pesquisa: Cultura, Identidade e Diversidade na Dinâmica Territorial

Tese submetida à Comissão Examinadora designada pelo Conselho do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Local.

Exame de Defesa aprovado em: 08/04/2026

A presente defesa foi realizada por videoconferência. Eu, Maria Augusta de Castilho, como presidente da banca assinei a folha de aprovação com o consentimento de todos os membros, ainda na presença virtual destes.



Profa. Dra. Maria Augusta de Castilho (orientadora)
Prof. Dr. Álvaro Banducci Júnior (UFMS)
Profa. Dra. Maria Geralda de Miranda (UNISUAM-RJ)
Prof. Dr. Reginaldo Brito da Costa (PPGDL/UCDB)
Profa. Dra. Cleonice Alexandre Le Bourlegat (PPGDL/UCDB)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família pelo apoio constante ao longo de toda a jornada do doutorado, marcado pela disponibilidade, atenção e cuidado em cada etapa do processo. Sua contribuição foi fundamental nos momentos de dúvida, exaustão e tomada de decisões, sempre oferecendo orientações claras e incentivo contínuo. Mais do que auxílio técnico, houve uma preocupação genuína com o desenvolvimento intelectual e o bem-estar durante essa trajetória. Esse suporte tornou o percurso mais leve, organizado e produtivo, fortalecendo a confiança necessária para concluir este trabalho. Sou grato por ter contado com essa presença ao longo de um período tão desafiador e significativo.

Agradeço à minha orientadora, Professora Dr^a Maria Augusta de Castilho, por quase uma década de aprendizado, pelas lições mais importantes, pelo exemplo de profissional e modelo para todos à sua volta. Aos professores e colaboradores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado/Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco, pela orientação ao longo do curso. À Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (Fundect), pelo apoio e financiamento ao longo de todo o processo de realização do Doutorado.

“O papel da universidade é preponderante para o verdadeiro desenvolvimento de uma sociedade do conhecimento. É, assim, hoje em dia, necessária uma instituição de Ensino Superior que permanentemente desenvolva novos conhecimentos e saberes, uma instituição em que a inovação e a produtividade sejam um requisito permanente.”

VICENTE, Guilherme Oliveira **Rocha**. **Acolhimento a imigrantes pelas universidades do Estado de Mato Grosso do Sul**: uma proposta de ação por meio de ecossistema de inovação em rede. 2026, 149 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS, 2026.

RESUMO

Atualmente, no contexto da globalização, observa-se um aumento significativo e sem precedentes nos deslocamentos humanos, tanto de migrantes quanto de refugiados. A intensificação dos fluxos migratórios internacionais nas últimas décadas tem ampliado a presença de imigrantes e refugiados em diferentes regiões do mundo, incluindo o Brasil. Diante desse cenário, os países de destino têm adotado posturas diversas em relação à chegada dessas populações: enquanto alguns Estados promovem políticas de acolhimento fundamentadas em convenções e acordos internacionais, outros, por vezes, agem de forma seletiva. Nesse contexto, instituições de ensino superior desempenham papel relevante na promoção de ações de acolhimento, integração social e na produção de conhecimento voltado às dinâmicas migratórias. No estado de Mato Grosso do Sul, marcado por sua posição geográfica estratégica e por processos históricos de mobilidade populacional, as universidades têm desenvolvido iniciativas voltadas ao atendimento e à inclusão dessa população. Nesse ínterim, esta pesquisa tem como objetivo levantar, junto às universidades de Mato Grosso do Sul que atuam com ações de ensino, pesquisa e extensão de suporte local a migrantes e refugiados, a natureza das atividades já praticadas ou em desenvolvimento, assim como o envolvimento de parceiros e dos próprios migrantes e refugiados. Com base nos resultados do primeiro objetivo, é proposta uma estratégia de plataforma de engajamento, como mediação digital, visando facilitar processos de cocriação de soluções inteligentes, em tempo real, pelo conjunto das diversas partes envolvidas na governança migratória, com base nos princípios do Ecossistema de Inovação em Rede. Para tanto, utiliza-se o método indutivo, sendo a natureza do estudo exploratória, propositiva e analítica com abordagem qualitativa. Quanto à coleta de dados, foi realizada revisão bibliográfica e documental, além de pesquisa de campo junto a instituições de ensino superior situadas nas cidades de Campo Grande e Dourados. Os resultados da pesquisa evidenciam que as universidades sul-mato-grossenses desempenham papel relevante na promoção de ações de acolhimento, nas áreas de pesquisa, ensino e extensão. Contudo, verificou-se que muitas dessas iniciativas são desenvolvidas de maneira isolada, dependendo frequentemente do engajamento individual de pesquisadores e grupos acadêmicos, o que limita sua continuidade e alcance. A análise também indica o potencial das universidades como agentes articuladores de redes de cooperação capazes de integrar diferentes setores da sociedade em torno do acolhimento de imigrantes e refugiados. Nesse sentido, a pesquisa propõe a estruturação de um ecossistema de inovação em rede apoiado por uma plataforma de engajamento digital, capaz de conectar instituições acadêmicas, organizações da sociedade civil, órgãos públicos e a própria comunidade migrante. Tal proposta visa facilitar a circulação de informações, fortalecer parcerias institucionais e ampliar a efetividade das ações de acolhimento. Por fim, observa-se que a articulação em rede entre universidades e demais atores sociais constitui uma estratégia promissora para fortalecer políticas e práticas de acolhimento a imigrantes e refugiados no estado de Mato Grosso do Sul. Ao integrar conhecimento acadêmico, inovação social e cooperação institucional, o ecossistema de inovação proposto pode contribuir para ampliar a inclusão social dessa população e promover o desenvolvimento local em contextos marcados pela diversidade cultural e pelas dinâmicas migratórias contemporâneas.

Palavras-chave: Migração. Acolhimento. Universidades. Desenvolvimento Local. Ecossistema de Inovação.

VICENTE, Guilherme Oliveira Rocha. **Reception of immigrants and refugees by universities in the State of Mato Grosso do Sul: a proposal for action through networked innovation ecosystems.** 2026, 149 f. Dissertation (Doctorate Degree in Local Development) – Dom Bosco Catholic University, Campo Grande-MS, 2026.

ABSTRACT

Currently, in the context of globalisation, there is a significant and unprecedented increase in human movements, both of migrants and refugees. The intensification of international migration flows in recent decades has increased the presence of immigrants and refugees in different regions of the world, including Brazil. In this scenario, destination countries have adopted different stances regarding the arrival of these populations: while some states promote welcoming policies based on conventions and international agreements, others sometimes act selectively. In this context, higher education institutions play a significant role in promoting welcoming actions, social integration, and the production of knowledge focused on migratory dynamics. In the state of Mato Grosso do Sul, marked by its strategic geographic position and historical processes of population mobility, universities have developed initiatives to serve and include this population. Given this scenario, this research aims to survey, among the universities in Mato Grosso do Sul that engage in teaching, research, and extension activities supporting local migrants and refugees, the nature of the activities already practiced or under development, as well as the involvement of partners and the migrants and refugees themselves. Based on the results of the first objective, a strategy for an engagement platform is proposed as a form of digital mediation, aiming to facilitate real-time co-creation of smart solutions by all parties involved in migration governance, based on the principles of the Networked Innovation Ecosystem. For this purpose, the inductive method is used, and the study is exploratory, propositional, and analytical, adopting a qualitative approach. Regarding data collection, a bibliographic and documentary review was conducted, as well as field research at higher education institutions in the cities of Campo Grande and Dourados. The research results indicate that the universities of Mato Grosso do Sul play a significant role in promoting welcoming actions across research, teaching, and extension. However, it was observed that many of these initiatives are developed in isolation, often depending on the individual engagement of researchers and academic groups, which limits their continuity and reach. The analysis also indicates the potential of universities as coordinating agents of cooperation networks capable of integrating different sectors of society around the reception of immigrants and refugees. In this regard, the research proposes structuring a networked innovation ecosystem supported by a digital engagement platform, capable of connecting academic institutions, civil society organisations, public bodies, and the migrant community itself. This proposal aims to facilitate information sharing, strengthen institutional partnerships, and enhance the effectiveness of reception actions. Finally, it is observed that network collaboration between universities and other social actors constitutes a promising strategy to strengthen policies and practices of welcoming immigrants and refugees in the state of Mato Grosso do Sul. By integrating academic knowledge, social innovation, and institutional cooperation, the proposed innovation ecosystem can help to increase the social inclusion of this population and promote local development in contexts marked by cultural diversity and contemporary migratory dynamics.

Keywords: Migration. Reception. Universities. Local Development. Innovation Ecosystem.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Bloco 1: roteiro da entrevista	27
Figura 2 – Bloco 2: roteiro da entrevista	28
Figura 3 – Bloco 3: roteiro da entrevista	28
Figura 4 – Bloco 4: roteiro da entrevista	29
Figura 5 – Mapa da localização das universidades de Mato Grosso do Sul	32
Figura 6 – As cinco hélices do ecossistema de inovação	82
Figura 7 – Mapa das instituições de Ensino Superior conveniadas à CSVM no Brasil em julho de 2024	94
Figura 8 – Elaboração dos editais com base na Inovação Aberta 2.0	119
Figura 9 – Fortalecimento do acolhimento linguístico com base na Inovação Aberta 2.0	122
Figura 10 -Fortalecimento das ações socioculturais com base na Inovação Aberta 2.0	123
Figura 11 – Fomentação de seminários, palestras e produções científicas com base na Inovação Aberta 2.0	124
Figura 12 – Fortalecimento da assessoria jurídica com base na Inovação Aberta 2.0	125
Figura 13 – Fortalecimento do apoio aos serviços de saúde e psicossocial com base na Inovação Aberta 2.0	126
Figura 14 -Modelo do comitê de atuação, com base em governança compartilhada	129
Figura 15 – Parte superior do layout do site	130
Figura 16 – Descrição da parte superior do layout do site	131
Figura 17 – Local de armazenamento de informações das ações separadas por universidade	132
Figura 18 – Parte inferior do layout do site	133
Figura 19 – Modelo de pré-página para escolha do idioma	134
Figura 20 – Porção da página traduzida para o francês após redirecionamento	135

LISTA DE IMAGEM

Imagem 1 – Refugiados e migrantes venezuelanos recebem seus certificados de equivalência

109

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Universidades de Mato Grosso do Sul	31
Quadro 2 – Termos da área da migração e suas leis de amparo no Brasil	49
Quadro 3 – Termos utilizados no campo das migrações	53
Quadro 4 – Ações de acolhimento a imigrantes e refugiados nas Universidades de Mato Grosso do Sul	88
Quadro 5 – Instituições de ensino superior vinculadas a CSVN	91
Quadro 6 – Dilemas encontrados em editais de ingresso facilitado entre 2020 e 2022	95

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição relativa das solicitações de reconhecimento da condição de refugiado protocoladas em 2024, segundo principais países de nacionalidade ou residência habitual (2024)	56
Gráfico 2 – Pessoas deslocadas à força em todo o mundo de 2015 a 2024	57
Gráfico 3 – Vagas anuais em cursos de português disponibilizados nas IES ligadas a CSVN	100
Gráfico 4 – Números da revalidação de diplomas em território nacional entre 2017 e 2024	110
Gráfico 5 – Atendimentos de saúde/psicossociais realizados pelas IES convencionadas à CSVN	113

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Acnur	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
Alepa	Assembleia Legislativa do Estado do Pará
CADH-MS	Centro de Atendimento em Direitos Humanos de Mato Grosso do Sul
CCE-MS	Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul
Cedami	Cedami Centro de Apoio aos Migrantes
Cemigrar	Conferência Estadual de Migrações, Refúgio e Apátrida
Cerma-MS	Comitê Estadual para Refugiados, Migrantes e Apátridas em MS
CIE	Carteira de Identidade de Estrangeiro
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Cras	Centro de Referência da Assistência Social
CRNM	Carteira de Registro Nacional Migratório
CSVM	Cátedra Sérgio Vieira de Mello
Conare	Conselho Nacional de Refugiados
DAE	Divisão de Articulação e Apoio Estudantil
DL	Desenvolvimento Local
DPGE-MS	Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul,
DPU	Defensoria Pública da União
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
Gepemps	Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria Sócio-Histórica, Migrações e Políticas Sociais
IA2	Inovação Aberta 2.0
IES	Instituição de Ensino Superior
Ladir	Liga Acadêmica de Direito Internacional dos Refugiados
MEC	Ministério da Educação
MGI	Indicadores de Governança Migratória
Migrafon	Observatório Fronteiriço das Migrações Internacionais
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública
MPMS	Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS);
Nuprajur	Núcleo de Práticas Jurídicas
OBMigra	Observatório das Migrações Internacionais
OIM	Organização Internacional para as Migrações
ONG	Organização não governamental

ONU	Organização das Nações Unidas
PF	Polícia Federal
Proec	Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários
RNE	Registro Nacional de Estrangeiros
Sisu	Sistema de Seleção Unificada
SPM-MS	Serviço Pastoral do Migrante Diocese de Santa Cruz Corumbá
Suas	Sistema Único de Assistência Social
UCDB	Universidade Católica Dom Bosco
Uems	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
Uniderp	Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	16
2 METODOLOGIA APLICADA	20
2.1 Método	20
2.2 Abordagem	21
2.3 Natureza	22
2.4 Procedimentos metodológicos na coleta de informações	23
2.4.1 Revisão bibliográfica e documental	24
2.4.2 Pesquisa de campo	25
2.4.3 Organização, análise e interpretação dos dados coletados	29
2.4.4 Participação do pesquisador	30
2.5 Objeto de pesquisa e recorte	30
2.6 Sujeitos da pesquisa	31
2.7 Área geográfica do estudo	32
2.8 Plataforma de engajamento para operacionalização do ecossistema de inovação em rede	32
3 PROCESSOS MIGRATÓRIOS E ECOSSISTEMA DE INOVAÇÃO EM REDE	35
3.1 Processos migratórios e os indicadores de governança local	36
3.2 Políticas Públicas migratórias no Brasil	43
3.3 Categorias de migração e refúgio e os números da migração internacional	50
3.4 Desenvolvimento Local	60
3.4.1 Espaço, local e lugar	63
3.4.2 Território e territorialidade	65
3.4.3 Comunidade e sentimento de pertencimento	68
3.4.4 Atores locais e agente de Desenvolvimento Local	70
3.5 Escuta e acolhimento	71
3.6 O papel da Universidade na integração de imigrantes e refugiados	77
3.7 Inovação Aberta 2.0 no ecossistema de inovação em rede	78
4 ACOLHIMENTO A IMIGRANTES E REFUGIADOS PELAS UNIVERSIDADES DE MATO GROSSO DO SUL	86
4.1 Ingresso facilitado	90
4.2 Ações sociais e culturais	98
4.3 Ensino da Língua Portuguesa	99
4.4 Seminários, palestras e produções científicas	103
4.5 Integração laboral	106
4.6 Assessoria Jurídica	107
4.7 Serviços de saúde e psicossocial.	111
5 PLATAFORMA DE ENGAJAMENTO: PRINCÍPIOS DO ECOSSISTEMA DE INOVAÇÃO EM REDE	115
5.1 Acolhimento a imigrantes e refugiados e os princípios do ecossistema de inovação em rede	116
5.2 Proposição da Plataforma de Engajamento para operacionalização do ecossistema de inovação em rede	126
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS	140

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

“É provável que o acolhimento deve envolver muitas outras questões que o nosso limite humano não pode alcançar nesse momento” (Gasques, 1996, p. 77).

Atualmente, o mundo globalizado enfrenta um nível sem precedentes de deslocamento humano, tanto de migrantes quanto de refugiados, motivado principalmente por fatores demográficos e econômicos, como conflitos armados e violência, instabilidade política e perseguições, crise climática e desastres naturais.

Organizações internacionais, como a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur), vêm desempenhando um papel crucial na coordenação da assistência humanitária a estes povos deslocados, no sentido de detectar soluções duradouras, seja no seu reassentamento em novos países e no combate à migração clandestina e ao tráfico humano, seja no retorno seguro aos países de origem. A cooperação internacional vem se mostrando como condição fundamental para a viabilização dos princípios estabelecidos por estas organizações.

Por sua vez, os países de destino vêm adotando comportamentos variados em relação à chegada de migrantes e refugiados. Oscilam entre aqueles países que fazem acolhimento pautado em convenções internacionais, ou ainda de forma seletiva, e aqueles que veem nestes grupos ameaças à cultura, à segurança e ao emprego do país, adotando barreiras normativas, muros e deportações. Também existem países que, devido à sua posição geográfica, servem apenas de trânsito para outros destinos, podendo adotar uma tolerância temporária.

Diante da necessidade de maximizar as oportunidades e enfrentar os desafios trazidos por estes movimentos, a migração foi incluída no ODS 10 da Agenda 2030 para ser gerida de forma mais ordenada, segura, regulada e responsável. Para este fim, a OIM estabeleceu, em 2015, os Indicadores de Governança Migratória, visando proporcionar suporte na construção de sistemas de governança para assuntos migratórios aos países interessados. Dada a importância atual exercida pelas cidades e municípios como espaços de vida, o nível local tem sido considerado o cenário de governança mais adequado para acompanhar as situações vivenciadas pelos migrantes. Deste modo, o conjunto de Indicadores de Governança Migratória (MGI) também foi adaptado ao nível local, permitindo que as autoridades municipais os adotem e, ao mesmo tempo, compartilhem suas experiências com os demais níveis de governo.

Os Indicadores de Governança Migratória estão agrupados em seis dimensões: (1) direitos dos migrantes ao acesso a certos serviços sociais (saúde, educação e assistência social), moradia, acesso ao trabalho, participação cívica; (2) garantia do bem-estar socioeconômico dos migrantes; (3) parcerias entre setor governamental, empresa, academia, sociedade civil, além das cidades entre si, para integrar a governança local; (4) integração da governança local com outros níveis; (5) estabelecimento de condições humanitárias e inclusiva, no enfrentamento de situações de crise, emergências, pós-crise, desastres relativos ao ambiente e/ou conflitos; (6) Garantia de uma migração segura, ordenada e regular, visando a segurança dos migrantes tanto nas políticas de retorno e reintegração quanto no enfrentamento ao tráfico de pessoas.

Já o Acnur tem como principal objetivo salvar vidas, proteger direitos e garantir um futuro digno a refugiados, deslocados internos, apátridas, retornados e solicitantes de asilo. Procura atuar em conjunto com autoridades governamentais nacionais e locais, setor privado, universidades e organizações da sociedade civil, com a finalidade de oferecer ajuda humanitária imediata, abrigo e serviços básicos, com soluções duradouras para o reassentamento ou a integração dos refugiados. A Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM) foi criada especificamente para promover processos de cooperação com instituições universitárias, tanto por meio do ensino quanto da pesquisa e da extensão. A partir do ensino, busca-se disseminar temas relacionados ao deslocamento forçado de pessoas e promover o acesso dos refugiados à educação superior, além de revalidar diplomas.

No tocante à pesquisa, o objetivo tem sido a difusão de temáticas relativas aos refugiados, que possibilitem uma maior compreensão das dinâmicas socioculturais que impactam sua integração local. Como extensão, o objetivo tem sido articular o conhecimento científico com as necessidades da comunidade de refugiados, interagindo diretamente com eles, no intuito de transformar sua realidade social. No conjunto, as universidades dão suporte ao fortalecimento dos governos, no tocante à necessidade de proteção internacional dos refugiados e ao fomento de práticas que garantam sua proteção.

O Brasil tem adotado uma postura humanitária e acolhedora em relação às populações em deslocamento internacional, garantida pela Constituição de 1988 e pela Lei da Migração, aprovada em 2017, embora se reconheça que ainda existam vários desafios a serem superados nesse sentido. Os últimos 10 anos (2015-2025) assinalaram mudanças significativas no perfil da imigração do país, que deixa de ter maioria europeia para ganhar um foco mais intenso na entrada de migrantes do continente sul-americano e caribenho (venezuelanos, haitianos,

colombianos, cubanos, bolivianos, entre outros) e mesmo da África (angolanos, senegaleses) e da Ásia, entre estes, os refugiados.

Mato Grosso do Sul tem se manifestado no cenário migratório do país tanto como local de passagem de pessoas em deslocamento quanto como local de destino desse público, envolvendo a situação de fronteira. O Estado tem procurado atuar na questão migratória de forma alinhada às políticas nacionais, com foco na articulação entre o governo estadual, os municípios (especialmente na fronteira) e as agências internacionais (OIM/ONU). Os acordos da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEAD) com o nível federal vêm se dando por meio do Centro de Atendimento em Direitos Humanos de Mato Grosso do Sul (CADH-MS). Esta unidade da SEAD busca promover o acesso a direitos, especialmente pelos migrantes em vulnerabilidade social, e presta orientações e apoio nos procedimentos junto à Polícia Federal, ao Comitê Nacional para Refugiados (Conare), ao Departamento de Migrações e às representações consulares.

Entre as universidades brasileiras nomeadas como parceiras do Acnur para atuar junto à Cátedra Sérgio Vieira de Mello, três são de MS: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (Uems), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Embora não estejam vinculadas ao Acnur, a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e a Universidade para o Desenvolvimento do Estado e a Região do Pantanal (Uniderp), no estado, também vêm se envolvendo com ações direcionadas à mesma causa. Com exceção da UFGD, situada em Dourados, as demais estão todas sediadas em Campo Grande.

Observou-se que estas unidades acadêmicas vêm se ocupando de diversas atividades científicas de ensino, pesquisa e extensão vinculadas à questão das populações deslocadas de migrantes, refugiados, apátridas, mas com resultados ainda lentos, de médio e longo prazo, e nem sempre ajustados às necessidades específicas dos diversos componentes.

Entre os serviços realizados por outros órgãos governamentais, não governamentais e sociedade civil em Mato Grosso do Sul, destacam-se ainda as práticas assistencialistas de recepção inicial, casas de apoio, regularidade documental, processo de cidadania, inserção no mercado de trabalho, ações culturais, ensino e educação, entre outros.

A questão que norteou a presente tese foi verificar a possibilidade de as universidades envolvidas poderem deflagrar ações conjuntas, envolvendo não somente estas unidades entre si, como todos os outros setores interessados, com potencial para contribuir para a cocriação de soluções inovadoras, de forma mais célere e ajustada às necessidades específicas dos migrantes e refugiados, em Campo Grande e Dourados.

A hipótese se baseia nos princípios já colocados pelo PNUD (2021) no Guia de Territorialização do Desenvolvimento Sustentável, de que, para se alcançar mudanças de desenvolvimento sustentável transformadoras e céleres no mundo atual, é necessário atuar sistemicamente no contexto local, de forma multissetorial, multidimensional e multinível, focalizando-se nas necessidades específicas e com a participação ativa das pessoas focalizadas. Esses princípios são corroborados pelo conceito de Cocriação da Teoria do Ecossistema de Inovação (Prahalad; Ramawamy, 2004) e da Inovação de Segunda Geração, ou seja, a Inovação 2.0, como Ecossistema de Inovação em Rede (Curley; Salmelin, 2013/2014). Este implica processos de cocriação, baseados em visão e valor compartilhados, mediados por tecnologias exponenciais, na busca de soluções inteligentes em tempo real, voltadas às necessidades e à participação ativa dos usuários.

Foram estabelecidos dois objetivos: (1) Levantar junto às universidades de Mato Grosso do Sul que atuam com ações de ensino, pesquisa e extensão de suporte local a migrantes e refugiados a natureza das atividades já praticadas ou em desenvolvimento, assim como envolvimento de parceiros e dos próprios migrantes e refugiados; (2) Com base nos resultados do primeiro objetivo, é proposta uma estratégia de plataforma de engajamento, como mediação digital, visando facilitar processos de cocriação de soluções inteligentes em tempo real, pelo conjunto das diversas partes envolvidas na governança migratória, baseados nos princípios do Ecossistema de Inovação em Rede.

A redação da presente tese foi estruturada em seis capítulos, além das considerações iniciais e finais. O Capítulo 2 apresenta a metodologia de pesquisa utilizada, enquanto o Capítulo 3 apresenta as teorias e os conceitos relativos ao processo migratório e ao Ecossistema de Inovação em Rede. Já no Capítulo 4, são apresentados os resultados da pesquisa a respeito das ações de acolhimento de universidades de Mato Grosso do Sul a migrantes e refugiados. A Plataforma de Engajamento, como estratégia instrumental do Ecossistema de Inovação em Rede, foi proposta no Capítulo 5.

2 METODOLOGIA APLICADA

“O homem é um ser jogado no mundo, condenado a viver a sua existência. Por ser existencial, tem que interpretar a si e ao mundo em que vive, atribuindo-lhes significação. Cria intelectualmente representações significativas da realidade. A essas representações chamamos conhecimento” (Koche, 2002).

Este capítulo busca apresentar, de forma sistemática, os fundamentos metodológicos que orientaram a construção desta tese, explicitando os caminhos científicos percorridos para responder à problemática investigada. Nele, são detalhados o método indutivo adotado, a abordagem qualitativa e a natureza exploratória, analítica e propositiva da pesquisa, justificando-se sua pertinência em relação ao objeto de estudo. O capítulo também descreve os procedimentos de coleta de dados, contemplando a revisão bibliográfica e documental, a análise de registros institucionais e a realização de entrevistas semiestruturadas com organizadores, participantes e migrantes vinculados às ações universitárias. Apresentam-se, ainda, os critérios de seleção das universidades analisadas, o recorte geográfico no Estado de Mato Grosso do Sul e o período investigado.

Além disso, explicita-se o processo de organização, codificação, análise e interpretação dos dados à luz das categorias do Desenvolvimento Local (DL) e da Inovação 2.0, como Ecossistema de Inovação em Rede. Ressalta-se que o estudo não se limita à descrição e à análise das práticas existentes, assumindo também natureza propositiva, ao apresentar diretrizes e estratégias voltadas ao fortalecimento das ações de acolhimento por meio de um ecossistema de inovação em rede. Dessa forma, a metodologia assegura rigor científico, coerência teórica e alinhamento entre objetivos, procedimentos e resultados.

Os caminhos percorridos para a elaboração desta tese têm a descrição necessária para melhorar a interlocução entre o comunicador e o leitor, apresentando, assim, os passos tomados em sequência, contextualizando o assunto tratado e situando-o em uma perspectiva histórica e geográfica, para, em seguida, descrever os parâmetros utilizados para a coleta e a análise dos dados.

2.1 Método

O caminho traçado na formulação desse estudo se deu pelo método indutivo, em que se parte de noções particulares e, por meio de caminhos lógicos, chega-se a noções gerais. De acordo com Gil (2008), na concepção clássica do método indutivo, inicia-se a partir de

amostras do concreto e se chega ao abstrato, indo à generalização. Todavia, por meio da utilização do raciocínio indutivo, não se busca a generalização sem experimentação, mas, sim, por conseguinte, da observação de casos concretos da realidade. Gil (2008) exemplifica que esse método foi elaborado por empiristas como Bacon, Hobbes, Locke e Hume, que entendem que o conhecimento é fundamentado na experiência; é com a observação de fatos e fenômenos que se busca conhecer/entender.

Complementa-se que, por meio desse método, ao se utilizar de caminhos lógicos e da razão, provindo de teorias e leis particulares, pode-se prever fenômenos gerais:

Vai-se da amostra (concreto) para o abstrato, com vistas à generalização; ou seja, vai-se do particular para o geral. A indução percorre o caminho inverso da dedução. A cadeia de raciocínio estabelece conexão ascendente, do particular para o geral. Neste caso, as constatações particulares é que levam às teorias e leis gerais (Castilho *et al.*, 2024, p. 41).

É por meio da indução que se chega a conclusões prováveis. Por isso, é muito utilizado dentro da área das ciências sociais e se encaixa muito bem nos conceitos trabalhados no decorrer desse estudo. Esta escolha é oriunda da percepção de que “não há como deixar de reconhecer a importância do método indutivo na constituição das ciências sociais. Serviu para que os estudiosos da sociedade abandonassem a postura especulativa e se inclinassem a adotar a observação como procedimento [...]” (Gil, 2008, p. 31). Nesse sentido, o método indutivo desenvolvido no trabalho é o que vai dar base e gerar o conjunto de normas básicas que foram seguidas para a produção do conhecimento apresentado, formulando a regra para o rigor científico, resultante da observação sistêmica e da comprovação dos resultados obtidos.

Aplicando o método, partiu-se da observação das ações e projetos das universidades e de como elas se relacionam com o público destinado. Com isso, formulou-se hipótese na tentativa de explicar e compreender esse fenômeno (as ações), comparando, classificando e elencando os dados levantados, nos quais foram verificados os pontos de acordo e desacordo até chegar à generalização, adotada na primeira parte da pesquisa.

2.2 Abordagem

O estudo segue uma abordagem qualitativa, visando apresentar os dados pela ótica dos significados, das representações sociais e das subjetividades dos sujeitos. No aporte de Castilho *et al.* (2024), a abordagem qualitativa é aquela em que os dados coletados não são matematizados; priorizam-se, em grosso modo, as interpretações sociais ali presentes, buscando uma explicação da realidade, as percepções comuns e incomuns dos sujeitos

envolvidos ou do objeto de investigação. A partir dessa abordagem, foi possível elaborar representações em escala social, verificando as realidades e as vivências da comunidade migrante.

A abordagem qualitativa utilizada no estudo se insere em uma atitude específica, em que as técnicas são justificadas na conjuntura social, mas sem perder o rigor científico da experimentação e da análise crítica dos dados. No aporte de Godoy (1995), por esse meio, é possível compreender o fenômeno de forma integrada, uma vez que se captam as perspectivas das pessoas nela envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes para a dinâmica que está ao seu redor. A autora amplia a concepção ao apontar: “Considerando, no entanto, que a abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques” (Godoy, 1995, p. 21).

Ao optar por trabalhar com abordagem qualitativa, concebe-se que a busca e o tratamento de dados se deram no intuito de trabalhar o universo social dos dados coletados. Por meio desse levantamento, foi possível identificar as atribuições dos projetos e a compreender a participação de cada um dos sujeitos envolvidos. Nesse enfoque, o esforço da pesquisa é não somente compreender as ações e seus significados sociais, mas também colaborar como interlocutor ao propor uma análise por intermédio da inovação aberta 2.0 e os ecossistemas de inovação em rede. Para o enfoque da análise de dados, optou-se pela análise de conteúdo, compreendendo a sistematização e a interpretação de dados a partir de uma análise sistemática e objetiva dos dados coletados.

2.3 Natureza

Traçado o objeto de pesquisa, é possível falar em tendências/natureza do trabalho. Dessa forma, o estudo é de natureza exploratória e analítica, que, conforme Marques *et al.* (2024), é um tipo de estudo que busca analisar uma dada situação (fenômeno), compondo procedimentos de decomposição do objeto estudado como um todo, conhecendo seus elementos formadores, observando também como eles se articulam. Preocupa-se, nesse contexto, em como analisar as ações realizadas pelas universidades, conhecendo os elementos que constituem suas elaborações, aplicações, permanências ou dissoluções, comprometendo-se a observar e compreender como essas se articulam com os atores da rede. Como exemplifica Fontelles (2009, p. 6), a pesquisa analítica:

[...] Envolve uma avaliação mais aprofundada das informações coletadas em

um determinado estudo, observacional ou experimental, na tentativa de explicar o contexto de um fenômeno no âmbito de um grupo, grupos ou população. É mais complexa do que a pesquisa descritiva, uma vez que procura explicar a relação entre causa e o efeito.

Não obstante, a pesquisa também assume caráter exploratório, ao desenvolver conceitos e ideias para reconhecer problemas e propor hipóteses para ações futuras. A pesquisa exploratória, consoante a Gil (1987), tem por finalidade primordial a descrição de determinado cenário, características de uma população ou acontecimento, estabelecendo as relações entre as possíveis variáveis, para, por fim, sugerir hipóteses para resolução dos problemas, quando encontrados. Em acréscimo, Castilho *et al.* (2024, p. 53) elucidam que a pesquisa exploratória “é procedimento adotado para se obter mais informações sobre determinado tema, até mesmo com a finalidade de se chegar a problemas específicos e estabelecer hipóteses, com vistas a estudos posteriores”. Além do supracitado, a presente tese tem natureza propositiva, após investigar a questão, buscando sugerir um modelo de contribuição prática para viabilizar as soluções propostas.

2.4 Procedimentos metodológicos na coleta de informações

Os procedimentos de coleta de informações foram aqueles que envolveram, inicialmente, a revisão bibliográfica e documental dos principais autores das áreas de migração e desenvolvimento local, seguidos pela busca em sites oficiais das instituições de ensino superior relacionadas. Por conseguinte, foi realizada a pesquisa de campo, mediante entrevistas semiestruturadas com participantes e organizadores das ações. Quanto à coleta de dados, Castilho *et al.* (2024) salientam que essa pode ocorrer por meio de pesquisa de campo, revisão bibliográfica, análise documental, estudo de caso, entre outros.

A coleta de dados é parte fundamental da constituição da pesquisa, sendo necessário planejar com clareza e organização prévia à sua realização e redação. Contudo Bourguignon (2019, p. 89) relata que:

Sendo assim, deve-se prever, com clareza os instrumentos para a coleta e a análise de dados e depoimentos no momento da elaboração do projeto de pesquisa. Porém, é bom que fique claro que, como todo planejamento, estes instrumentos podem ser substituídos e/ou, contudo, ampliados no decorrer do processo, conforme a necessidade do(a) pesquisador(a) e a dinâmica da realidade observada.

A seguir, são abordados de forma mais minuciosa esses procedimentos, elencando o passo a passo desenvolvido pelos autores, para que seja viável compreender como se chegou

aos resultados posteriormente descritos, para que, no fim, seja apresentado como foi possível chegar à hipótese sugestionada.

2.4.1 Revisão bibliográfica e documental

A revisão bibliográfica é aquela cujos dados, de caráter secundário, são obtidos por meio de consultas a revistas, jornais, artigos, livros, etc. Para elaboração dessa tarefa, Castilho *et al.* (2024) preconizam que se pode empregar técnicas de fichamentos de citações, resumos, esboços e comentários sobre autores que fundamentam a base teórica e argumentativa do trabalho. Segue, em acréscimo a essa etapa, a análise documental, ligada ao exame e à investigação de documentos, como ofícios, editais, mapas, atas, memorandos, leis, contratos, projetos, fotografias, etc.

Outrossim, para a estruturação da pesquisa, utilizou-se de materiais bibliográficos e documentais, que embasaram o aporte teórico por intermédio da análise e revisão de teses, dissertações, artigos, revistas, livros, relatórios, reportagens, mapas e editais de projetos, além dos sites oficiais de migração internacional e das instituições das IES. Dessa forma, o material colaborou nas atribuições de organização, elaboração e análise dos dados obtidos.

Durante o trabalho, discutem-se os apontamentos de diferentes autores para o campo da migração, como Castles e Miller (2014), Santinho (2016), Cavalcanti, Oliveira e Silva (2023), Sayad (1998), e também dados importantes da OBmigra e do Acnur. Na área do DL, apresentam-se: Haesbaert (2004), Santos (2001), Le Bourlegat (2006), Ávila (2006), Raffestin (1993) e Castilho (2015). Já para tratar dos conceitos da Conare, foca-se em Curley e Salmelin (2014).

Discutem-se então conceitos importantes, como a inovação aberta 2.0 (IA2) que se baseia nos princípios originais da Inovação Aberta, mas dá ênfase ao modelo de inovação orientada ao usuário e à importância dos ecossistemas de inovação, objetivando explorar como esses atores interagem e fomentam a constituição e a consolidação do ecossistema. Essa perspectiva enfatiza a centralidade dos ecossistemas colaborativos em rede como elementos estruturantes para a geração, a circulação e a aplicação do conhecimento, reconhecendo a inovação como um processo distribuído e interativo.

Nesse sentido, a IA2 propõe uma reconfiguração dos processos inovativos a partir de princípios de colaboração integrada, cocriação e geração de valor compartilhado, com base nas cinco hélices de desenvolvimento (hélice quádrupla), que atuam como um sistema helicoidal, baseado em forças sinérgicas de um modelo espiralado da engenharia mecânica.

Nele, cada helicóide representa o conhecimento específico de um dado setor da sociedade participante do sistema. O sistema, em sua totalidade, resulta da articulação e combinação de conhecimentos diversos, mediadas por processos de aprendizagem interativa.

Nessa configuração, o arranjo helicoidal favorece a contínua reconfiguração e recombinação dos saberes envolvidos, caracterizando um processo coevolutivo de natureza dinâmica e espiralada, no qual os diferentes elementos se transformam de maneira interdependente e cumulativa. Destaca-se, ainda, a importância de ecossistemas de inovação capazes de fomentar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias de caráter exponencial, cuja adoção ocorre de forma acelerada, potencializando impactos econômicos, sociais e tecnológicos em diferentes escalas.

Os ecossistemas de inovação vêm se consolidando como instrumentos estratégicos para a promoção do desenvolvimento sustentável em escalas urbana e regional, sobretudo diante de desafios econômicos, sociais e ambientais de caráter global. A estruturação e o fortalecimento desses ecossistemas pressupõem a articulação entre múltiplos atores, conforme proposto pelo modelo da quintupla hélice, que enfatiza a interação entre universidades, empresas, setor público, sociedade civil e o meio ambiente. Nesse contexto, destaca-se a centralidade da cocriação de valor, orientada à geração de benefícios compartilhados entre os diferentes participantes, bem como a ênfase na adoção das inovações, compreendida não apenas como a introdução de novidades, mas como sua efetiva incorporação pelos usuários, com o suporte de tecnologias que potencializam tais processos.

Dessa forma, os ecossistemas de inovação em rede podem ser compreendidos como arranjos dinâmicos, constituídos pela interação contínua entre atores institucionais, organizacionais e sociais, voltados à produção e à disseminação do conhecimento. Nesse ambiente, universidades, empresas, governos e demais organizações estabelecem relações interdependentes que favorecem a circulação de recursos, informações e competências. Tal configuração em rede viabiliza fluxos permanentes de conhecimento e de capital humano, essenciais para processos de cocriação e para o avanço tecnológico. Assim, a inovação emerge como resultado de dinâmicas colaborativas e sistêmicas, nas quais diferentes agentes se articulam em um contexto de cooperação, aprendizagem coletiva e geração de valor.

2.4.2 Pesquisa de campo

A pesquisa de campo foi realizada a partir de entrevistas semiestruturadas¹, com dois

¹ [...] a entrevista é, essencialmente, uma forma de interação social. A título de definição, a entrevista seria uma

grupos: o primeiro, formado por participantes e organizadores das ações de acolhimento desenvolvidas pelas universidades de Mato Grosso do Sul; o segundo, formado por migrantes e refugiados atendidos por algum desses projetos.

A princípio, todas as entrevistas seriam realizadas in loco nas universidades, porém, para dinamizar o tempo de discentes, docentes, voluntários e dos migrantes, parte das entrevistas ocorreu de forma on-line, por chamadas de vídeo na plataforma Google Meet, seguindo o mesmo formato e questionamentos da presencial. Os entrevistados tiveram seus nomes e identidades preservados, utilizando-se na escrita as seguintes denominações: para os discentes das universidades que fazem parte do projeto, assim como para voluntários não vinculados a uma universidade, mas que também são atuantes e colaboram nas atividades, deu-se o nome de “participantes”. Já em relação àqueles que capitanearam os projetos, formados em todos os casos levantados por docentes e ex-docentes das IES selecionadas, deu-se o nome de “organizadores”. Para os imigrantes e refugiados, utilizou-se o termo “migrantes”.

Foram entrevistados ao menos um organizador e um participante de cada ação encontrada, com acréscimo das entrevistas com os migrantes. Entretanto, as entrevistas serviram apenas para fornecer noções gerais de como se firmam as ações e como estas se relacionam com a rede, e não para dar vozes individuais aos atores envolvidos, como preconizam pesquisas voltadas a relatos de vida ou ao cotidiano vivido. Isso se dá não pelo fato de os autores desconsiderarem a importância desse tipo de pesquisa/abordagem, mas sim por não ser o objetivo principal desta.

Da mesma forma, optou-se por aplicar entrevistas semiestruturadas, por permitirem maior liberdade ao direcionar os questionamentos aos entrevistados, sem perder o fio condutor da conversa, traçado pelo roteiro. Tomou-se cuidado, na sua estruturação, para que cada pergunta fosse efetivamente auxiliar na compreensão das ações e não causasse qualquer tipo de constrangimento ou risco aos entrevistados.

Referente ao período de realização das entrevistas, estas ocorreram entre fevereiro de 2022 e setembro de 2025, intercorrendo pausas significativas entre elas para a organização dos próprios questionamentos levantados. Os respondentes foram orientados de maneira prévia sobre a intenção da pesquisa e seus objetivos, por meio de uma apresentação inicial que continha os nomes dos pesquisadores, a instituição de ensino vinculada e o objetivo da

forma de buscar informações, face a face, com um entrevistado. Pode ser entendida como uma conversa orientada para um objetivo, sendo esse objetivo estabelecido pelo pesquisador. Dentre as várias formas de entrevista, nos remetemos à entrevista semiestruturada, que traz como uma de suas características a elaboração prévia de um roteiro (Manzini, 2003, p. 12-13).

pesquisa, bem como sua importância (do participante) para o conhecimento e a divulgação do projeto à comunidade. Somente após esta apresentação e com a confirmação do entrevistado, a conversa se iniciava e as devidas anotações eram feitas. De forma preliminar, foi requerida também a permissão do entrevistado para a gravação do áudio das conversas e da imagem, quando feita pelo Google Meet, elementos audiovisuais que não foram elencados na pesquisa, mas serviram como fonte para a redação.

Desse modo, a estrutura do roteiro abarcava 12 questões, separadas por núcleos. Esses núcleos foram elaborados com o propósito de captar dos participantes elementos fundamentais da constituição dos projetos. Por se tratar de entrevista semiestruturada, foi permitida, durante a fala, liberdade para que se “fugisse” do assunto quando necessário, para englobar relatos e afirmações que surgissem durante a conversa, sem que houvesse interrupções constantes dos autores.

As questões se direcionaram para os seguintes blocos: vínculo do participante ou organizador com a instituição fomentadora, período de atuação do projeto, público atendido, integração com a rede e o processo de escuta e acolhimento realizado. A figura 1, a seguir, exemplifica o primeiro foco da conversa, centrado na identificação do entrevistado², na região em que reside, na ação ou projeto do qual faz parte, no nome da universidade que realiza a ação, na função que o mesmo realiza dentro do projeto e por quanto tempo participa das atividades. O objetivo foi tratar de forma concisa noções iniciais sobre o participante e suas ligações com a prática.

Figura 1 – Bloco 1: Roteiro de entrevista

ROTEIRO DE ENTREVISTA - SEMIESTRUTURADA

NOME	
MUNICÍPIO	
AÇÃO/PROJETO	
INSTITUIÇÃO	

Fonte: Guilherme O. Rocha Vicente, 2022.

O segundo bloco da entrevista focou em descobrir como funcionava o projeto. Destarte, a conversa focou na percepção que o próprio entrevistado tem sobre a ação da qual participa, buscando entender como ela surgiu, se foi uma iniciativa que partiu como

² Não elencado a pesquisa, apenas como verificação e organização dos redatores.

prerrogativa da universidade ou de atuações embrionárias de discentes e docentes. Ainda nesse bloco, dialogou-se sobre os objetivos, o foco e os princípios das ações, buscando compreender principalmente se recebem auxílio das IES, como apresenta a figura 2, a seguir:

Figura 2 – Bloco 2: Roteiro da entrevista

1. VOCÊ CONHECE AS AÇÕES REALIZADAS PELO PROJETO. EM CASO AFIRMATIVO, QUAIS?
<div></div>
2. QUEM FOI O IDEALIZADOR DESSA AÇÃO E QUAIS SÃO OS SEUS OBJETIVOS ?
<div></div>
3. QUAIS AS ATIVIDADES VOCÊ REALIZA NO PROJETO?
<div></div>
4. ESSA AÇÃO RECEBE O AUXÍLIO DA INSTITUIÇÃO ACADÊMICA AO QUAL VOCÊ ESTÁ VINCULADO (A) ? EM CASO AFIRMATIVO, QUAL(IS)?
<div></div>
5. QUAIS SÃO AS ATIVIDADES ACADÊMICAS REALIZADAS PELO PROJETO?
<div></div>

Fonte: Guilherme O. Rocha Vicente, 2022.

O penúltimo bloco, como apresenta a figura 3, a seguir, examinou o público atendido pelo projeto, para que fosse viável assimilar a condição e a nacionalidade dos imigrantes e refugiados contemplados pela ação. Apurou-se a relação dos projetos com a rede e se há algum tipo de auxílio de órgãos públicos ou privados fora das universidades, bem como a conexão com outros projetos realizados com migrantes.

Figura 3 – Bloco 3: Roteiro da entrevista

6. O PROJETO ATUA DIRETAMENTE COM IMIGRANTES OU/REFUGIADOS ? EM CASO AFIRMATIVO, QUAIS NACIONALIDADES?
<div></div>
7. O PROJETO RECEBE AUXÍLIO DE SETORES PÚBLICOS EM NÍVEL FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL?
<div></div>
8. A AÇÃO POSSUI PARCERIA COM OUTROS PROJETOS OU INSTITUIÇÕES? EM CASO AFIRMATIVO, QUAIS?
<div></div>

Fonte: Guilherme O. Rocha Vicente, 2022.

Por último, o roteiro direciona a conversa para o entendimento que o entrevistado tem sobre o processo de acolhimento e se ele observa essa atuação na ação. Abre-se, ao fim da conversa, um espaço para acréscimos de informações não presentes no roteiro, caso o participante ache relevante para a pesquisa, como evidenciado na Figura 4.

Figura 4 – Bloco 4: Roteiro da entrevista.

9. O QUE VOCÊ ENTENDE POR ACOLHIMENTO?
10. VOCÊ CONSIDERA QUE O PROJETO, AO QUAL FAZ PARTE, ATUA DE FORMA EFETIVA PARA O ACOLHIMENTO DE IMIGRANTES E REFUGIADOS ? EM CASO AFIRMATIVO, QUAIS AÇÕES SÃO REALIZADAS PARA ESTE ACOLHIMENTO?
11. VOCÊ GOSTARIA DE ADICIONAR OU EXPRESSAR OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE O ASSUNTO ?

Fonte: Guilherme O. Rocha Vicente, 2022.

Do mesmo modo, além das entrevistas, a pesquisa de campo ocorreu em visitas às universidades. Buscou-se, *in loco*, a coordenação e a secretaria das instituições, além de registros em ofícios e documentos oficiais, a fim de reunir e catalogar atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionadas às ações de acolhimento. Contudo, quando esse procedimento não foi possível, recorreu-se a buscas on-line nos sites oficiais das IES, bem como ao contato telefônico e ao envio de e-mails a coordenadores e docentes das instituições.

2.4.3 Organização, análise e interpretação dos dados coletados

Os dados existentes em diferentes fontes de pesquisa, como jornais, sites, arquivos, leituras em teses, artigos, dissertações, livros, fotos e entrevistas, foram codificados, tabulados e interpretados, destacando a contribuição dos significados, símbolos e demais aspectos necessários para se alcançar os objetivos propostos na referida pesquisa.

Os dados levantados foram interpretados à luz das categorias de análise propostas pela área do DL e pelas prerrogativas da IA2. As alternativas apontam para uma fortificação da rede por meio dos preceitos da inovação aberta, em que existe uma prerrogativa sobre a participação ativa do usuário da ação em colaboração com as hélices do desenvolvimento.

2.4.4 Participação do pesquisador

Quanto à participação do pesquisador, encaixa-se na categoria empírica-analítica, em que se mantém determinada distância do objeto de pesquisa, no caso, os projetos, sem interferir de forma direta ou indireta nas ações. Salienta-se que a intervenção por meio dos princípios da IA2, como sugere o título da tese, apresenta-se apenas como forma de preceitos/sugestões que podem ser utilizados pela rede, aplicados após a realização do estudo. Portanto, só foi possível pensar a intervenção depois do levantamento de dados, e não durante a realização da mesma. Dessa forma, não seria prudente intervir durante esse processo, pois modificaria os resultados.

Em colaboração com o relatado, Castilho *et al.* (2024, p. 25) pontuam que o estudo empírico-analítico “é um tipo de pesquisa em que o pesquisador mantém distância estratégica do objeto de pesquisa, buscando o quanto possível não se envolver subjetivamente com as variáveis intervenientes”. Acrescentam ainda que: “[...] Neste caso, a análise se dá sobre dados colhidos empiricamente [...], por meio de entrevistas, aplicação de questionários e observação sistemática” (Castilho *et al.*, 2024, p. 25).

Essa decisão da pesquisa empírica-analítica entra em comum acordo com os preceitos do campo de DL, destacando o papel do agente de desenvolvimento local relatado no subtópico 3.4.4 Atores locais e agente de Desenvolvimento Local.

2.5 Objeto de pesquisa e recorte

O objeto de pesquisa da tese é, especificamente, as ações já existentes realizadas por intermédio das IES públicas e privadas do Estado de Mato Grosso do Sul. Entretanto, como recorte aplicado para designar as IES, optou-se por trabalhar apenas com as universidades, devido à relevância socioeconômica que estas representam nas regiões em que se localizam e ao já reconhecido trabalho realizado com o público migrante.

Para definição do termo de universidade e sua seleção, utilizaram-se as normativas do Ministério da Educação (MEC), órgão do Governo Federal brasileiro responsável por elaborar e implementar políticas públicas educacionais, bem como regulamentar e fiscalizar as IES, e os dados disponibilizados pelo e-MEC³. O órgão diferencia as mesmas entre faculdades,

³ O e-MEC é um sistema eletrônico de acompanhamento dos processos que regulam a educação superior no Brasil. Todos os pedidos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior e de autorização, renovação e reconhecimento de cursos, além dos processos de aditamento, que são modificações de processos, serão feitos pelo e-MEC.

centros universitários, institutos federais, universidades e escolas de governo. Para essa separação, o MEC utiliza normativas específicas que consistem em atividades de ensino, pesquisa e extensão, titulação do corpo docente e objetivos. Conforme decreto do MEC nº 9.235/17:

As universidades se caracterizam pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão. São instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:

I – Produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural quanto regional e nacional;

II – Um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; e

III – um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

Nesse sentido, o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior do MEC possui cadastradas cinco universidades no estado: a UCDB, a UFGD, a Universidade Anhanguera (Uniderp), a UFMS e a Uems. Foi nessas instituições que a pesquisa de campo foi aplicada, e esse recorte é representado no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 – Universidades de Mato Grosso do Sul

Código (IES)	Instituição – IES	Sigla	Município	Organização Acadêmica	Categoria Administrativa
4504	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	UFGD	Dourados-MS	Universidade	Pública Federal
671	UNIVERSIDADE ANHANGUERA	Uniderp	Campo Grande-MS	Universidade	Privada com fins lucrativos
387	UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO	UCDB	Campo Grande-MS	Universidade	Privada sem fins lucrativos
1028	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL	Uems	Dourados-MS	Universidade	Pública Estadual
694	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	UFMS	Campo Grande-MS	Universidade	Pública Federal

Fonte: Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior do e-MEC, 2025.

2.6 Sujeitos da pesquisa

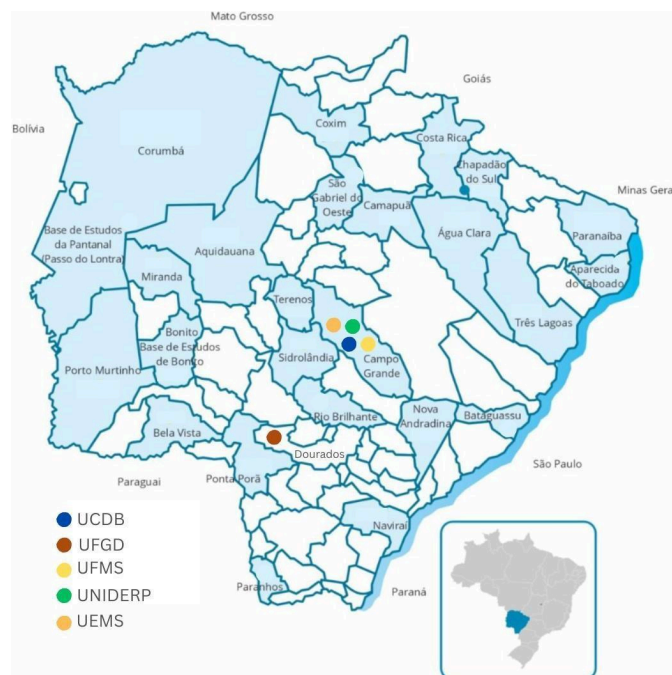
Os sujeitos da pesquisa são os participantes e os organizadores das ações, bem como

os migrantes e refugiados residentes ou em trânsito no estado, que foram atendidos pelas ações. Salienta-se que a pesquisa também envolve a rede ligada ao projeto, que, pautada na IA2, envolve as cinco hélices do desenvolvimento, descritas no tópico 3.7 Inovação Aberta 2.0 (IA2) no ecossistema de inovação em rede.

2.7 Área geográfica do estudo

A área geográfica estudada se situa no Estado de Mato Grosso do Sul (Figura 5), abrangendo as universidades e sua distribuição pelo estado⁴, compreendendo principalmente os municípios de Campo Grande e Dourados, em que os migrantes foram atendidos pelas ações e a rede atuou de forma mais efetiva. Contudo, acentua-se que os projetos abrangem áreas e usuários em regiões fora da sede das universidades, incorporando também cidades e estados vizinhos em determinados casos.

Figura 5 – Mapa da localização das universidades de Mato Grosso do Sul.



Fonte: Elaborado pelos autores (2025)⁵

⁴ As universidades citadas, possuem outros polos espalhados pelo estado, além dos marcados na figura 5. Decidiu-se por marcar a região das sedes, em que os participantes das pesquisas desenvolvem as ações.

⁵ Mapa com informações e *layout* com base em dados disponibilizados pela UFMS. Disponível em: <https://www.ufms.br/universidade/localizacao/>. Acesso em: 20 de ago 2025.

2.8 Plataforma de engajamento para operacionalização do ecossistema de inovação em rede

Para divulgar as ações levantadas pela pesquisa de campo e promover o diálogo, surgiu a ideia de elaborar uma plataforma de engajamento em rede, em que fosse possível aos interessados acessar, de forma simples, as informações dos projetos existentes. Foi então, durante a elaboração dessa tese, criado um layout de uma plataforma voltada para sediar todas as atividades desenvolvidas pelas universidades do Estado de Mato Grosso do Sul, com o aspecto primordial de alcançar, por meio da cocriação — de forma acolhedora e acessível — aqueles usuários/migrantes que, devido a alguma problemática, não foram contemplados pelas ações.

As plataformas de engajamento digital consistem em ambientes virtuais que propiciam a criação conjunta de produtos, com a troca de experiências, valores, perdas e ganhos. Com base na inovação aberta, possui características de ambientes convidativos a diferentes formas de interação entre a rede, com participação ativa na geração de novas ideias para resolução de dilemas. Conforme Arbex *et al.* (2013), as plataformas desenvolvidas nesse modelo permitem explorar o potencial da inovação para desenvolver e disponibilizar um espaço cocriativo, em que pessoas podem criar experiências e compartilhar conhecimento.

Nessa perspectiva, a cocriação se apresenta como um fenômeno da atualidade, com base na inovação tecnológica, focando no processo de valor conjunto e nas trocas de experiências entre usuários e organizações para a criação de produtos.

A plataforma desenvolvida teve como princípio, para sua criação e manutenção, o aporte da inovação aberta 2.0 e os ecossistemas de inovação em rede. Assim, a mesma vai ser organizada por meio do modelo helicoidal, em um processo de cocriação, com valores compartilhados, governança colaborativa e participação ativa dos usuários, ações que oxigenam a plataforma, possibilitando um alcance maior no número de usuários até então atingidos pelas ações.

Para a produção do protótipo da plataforma, foram utilizados dois programas: o Figma, uma ferramenta on-line de design que elabora a construção de interfaces digitais, com funcionalidade de prototipação, que auxiliou na criação do layout do ambiente; e o Squarespace, que é um construtor de páginas da *web* utilizado por diferentes segmentos da educação e do empreendedorismo, para programação e criação de sites. Por meio deste último, é possível criar contas e sediar páginas eletrônicas, bem como customizá-las.

O layout, os princípios da plataforma e suas principais características são apenas

protótipos, para dar noções com base, principalmente, ao acesso sem empecilhos ao público migrante. Entretanto, a alimentação e a manutenção do ambiente virtual, como já citado, devem ter como foco a atuação da rede de interessados, como será melhor descrito no tópico 5, Plataforma de engajamento: princípios do ecossistema de inovação em rede.

Em fechamento a esse capítulo, a investigação científica se inicia no reconhecimento de uma dúvida ou pergunta, compreendendo que, talvez, o conhecimento atual não seja adequado ou suficiente para saná-la, respondê-la, sendo necessária a busca por uma resposta. Então, “iniciar uma investigação científica é reconhecer a crise de um conhecimento já existente e tentar modificá-lo, ampliá-lo ou substituí-lo, criando um novo que responda à pergunta existente” (Castilho *et al.*, 2024, p. 20). Esse é o exercício de se fazer ciência.

Complementando essa afirmação, Koche (2000, p. 30), esclarece que a investigação:

[...] se inicia, portanto: (a) com a identificação de uma dúvida, de uma pergunta que ainda não tem resposta; (b) com o reconhecimento de que o conhecimento existente é insuficiente ou inadequado para esclarecer essa dúvida; (c) que é necessário construir uma resposta para essa dúvida e (d) que ela ofereça provas de segurança e de confiabilidade que justifiquem a crença de ser uma boa resposta (de preferência, que seja correta).

Tomando como base a exemplificação de Koche, essa produção científica busca trazer luz às ações de acolhimento existentes, torná-las evidentes à sociedade, procurando ampliá-las, deixando-as mais acessíveis a usuários até então não atendidos, suprimindo também essa área do conhecimento.

3 PROCESSOS MIGRATÓRIOS E ECOSSISTEMA DE INOVAÇÃO EM REDE

“Como Sócrates, o imigrante é o *atopos*, sem lugar, deslocado, inclassificável. Aproximação esta que não está aqui para enobrecer, pela virtude da referência. Nem cidadão nem estrangeiro, nem totalmente do lado do Mesmo, nem totalmente do lado do Outro, o “imigrante” situa-se nesse lugar, “bastardo” de que Platão também fala, a fronteira entre o ser e o não-ser social.”

Pierre Bourdieu (1998, p. 11)

O presente capítulo tem por objetivo estabelecer o campo teórico-conceitual que fundamenta a análise do acolhimento a imigrantes e refugiados desenvolvido pelas universidades de Mato Grosso do Sul. Inicialmente, busca-se compreender os processos migratórios contemporâneos, situando-os no contexto da mobilidade humana global, marcada por deslocamentos forçados, dinâmicas econômicas, conflitos geopolíticos e transformações socioambientais. Busca apresentar, também, a atuação das organizações internacionais para a proteção de migrantes e refugiados, como a OIM e o Acnur, apresentando os indicadores de governança migratória de suporte local. A partir dessa abordagem, examinam-se os marcos legais das políticas migratórias no Brasil, as categorias de migração e de refúgio e suas especificidades jurídicas e sociais, bem como seus impactos nas territorialidades locais.

Em seguida, o capítulo objetiva articular tais processos ao paradigma do DL, explorando conceitos como espaço, território, territorialidade, comunidade, pertencimento e atuação dos agentes locais. Pretende-se evidenciar como a presença de migrantes e refugiados reconfigura dinâmicas socioterritoriais e demanda estratégias inclusivas pautadas na governança compartilhada.

Além dos objetivos já delineados, o capítulo propõe aprofundar a análise das práticas de escuta qualificada e de acolhimento institucional como eixos estruturantes das ações universitárias voltadas a públicos em situação de vulnerabilidade. Busca-se compreender de que modo a universidade, enquanto espaço formativo, científico e social, pode se consolidar como agente ativo de integração, mediação cultural e promoção de direitos, fortalecendo sua função social para além da dimensão estritamente acadêmica.

Nesse sentido, o estudo também objetiva articular tais práticas aos fundamentos da Inovação Aberta, especialmente no que se refere à construção colaborativa de soluções, à integração entre atores internos e externos e à circulação ampliada de saberes. Ao incorporar os princípios da inovação aberta às políticas de escuta e acolhimento, pretende-se evidenciar como processos participativos, interinstitucionais e interdisciplinares podem potencializar estratégias mais inclusivas, sustentáveis e socialmente responsivas no âmbito universitário.

3.1 Processos migratórios e os indicadores de governança local

Os processos migratórios se configuram como um dos fenômenos mais complexos da contemporaneidade, envolvendo múltiplas dimensões, tais como aspectos políticos, econômicos, sociais, demográficos, simbólicos e identitários. Ao abordar movimentos dessa natureza, torna-se fundamental uma postura analítica cuidadosa para a compreensão desse fenômeno, que tem, em sua centralidade, a figura humana e a consolidação de seus direitos humanitários.

As migrações internacionais, enquanto fenômeno marcante do mundo contemporâneo, revelam uma nova realidade caracterizada por deslocamentos em larga escala. Nesses trajetos, muitos migrantes enfrentam condições extremamente adversas, incluindo travessias mediadas por intermediários ilegais, situações de violência, exploração, tráfico de pessoas e abusos institucionais, além de privações básicas, como fome e frio. Nesse contexto, destaca-se o papel dos Estados nacionais, sobretudo daqueles que recebem grandes contingentes de migrantes, na formulação de políticas públicas voltadas à entrada, permanência e circulação desses indivíduos.

A intensificação desses fluxos migratórios tem mobilizado pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento na tentativa de compreender suas múltiplas implicações no atual sistema-mundo. Como resultado, observa-se o surgimento de uma ampla variedade de conceitos, teorias e terminologias voltados à interpretação desses deslocamentos. Essa diversidade conceitual busca oferecer instrumentos analíticos capazes de explicar as causas e as consequências da mobilidade humana contemporânea. Entretanto, à medida que os fluxos migratórios se tornam mais complexos e diversificados, torna-se igualmente mais difícil quantificá-los e enquadrá-los em modelos teóricos únicos, uma vez que apresentam características multifacetadas e operam em diferentes escalas, como exemplifica Cavalcante (2019).

Na análise desse contexto, os campos teóricos das migrações desempenham um papel fundamental na compreensão desses processos, fornecendo parâmetros interpretativos que contribuem para a formulação de respostas mais adequadas às problemáticas associadas aos deslocamentos populacionais. Todavia, é importante destacar que a adoção desses referenciais não implica a tentativa de enquadrar os movimentos migratórios em categorias rígidas ou previamente delimitadas, uma vez que tal procedimento poderia reduzir a complexidade e a diversidade das experiências migratórias.

As modalidades de deslocamento internacional são diversas, especialmente quando se

consideram as trajetórias individuais de cada migrante, o que torna praticamente impossível abarcar a totalidade dessas experiências em uma única narrativa analítica.

Mesmo diante da inexistência de uma teoria única capaz de explicar todos os modelos de migração, a ausência de referenciais teóricos pode resultar em análises limitadas e pouco eficazes para compreender as problemáticas associadas ao trânsito de pessoas através de fronteiras historicamente estabelecidas. Dessa forma, evidencia-se a importância do uso de diferentes perspectivas teóricas para analisar as migrações internacionais, possibilitando uma compreensão mais ampla desses fenômenos.

Como sugere Nobre (2016), discutir o sujeito migrante implica, necessariamente, refletir sobre a sociedade em sua totalidade, considerando o contexto histórico, problematizando as condições que produzem os deslocamentos e reconhecendo a importância do olhar para o “outro”. Nesse sentido, Sayad (1998) concebe a migração como um “fato social total”, isto é, um fenômeno que atravessa múltiplas dimensões da vida social.

Discutir a migração, portanto, significa analisar as estruturas sociais de forma abrangente, compreender as relações de poder que atravessam as sociedades e reconhecer os diferentes lugares ocupados pelos sujeitos nesses contextos. Embora seja uma tarefa complexa, o estudo das migrações se torna indispensável para a compreensão das dinâmicas contemporâneas. Assim, em vez de evitar o tema diante de sua complexidade, torna-se necessário enfrentá-lo analiticamente, buscando apresentar instrumentos conceituais que contribuam para a compreensão das crises humanitárias, entendidas neste estudo tanto como resultado quanto como elemento constitutivo dos próprios movimentos migratórios.

Essa discussão sobre toda a complexidade em torno do deslocamento humano entre fronteiras parte do significativo aumento desse fenômeno no último século. A partir do século XX, os deslocamentos populacionais passaram a assumir dimensões particulares, diretamente relacionadas às transformações associadas ao processo de globalização e ao avanço das tecnologias de informação, comunicação e transporte, que passaram a conectar diferentes regiões do planeta de maneira inédita na história, elementos esses que serão melhor descritos ao entrarmos na discussão sobre território.

Nesse contexto, os fluxos migratórios se intensificaram em escala global, resultando no aumento significativo do número de migrantes e refugiados que atravessam fronteiras nacionais em busca de proteção, segurança e melhores condições de vida. Esses deslocamentos estão frequentemente associados a disputas políticas, territoriais, religiosas e econômicas que marcam o cenário internacional contemporâneo e contribuem para o crescimento contínuo dos índices de mobilidade humana.

Diante de contextos marcados por conflitos, desigualdades e disputas de poder conduzidas por lideranças políticas nacionais, muitos indivíduos se veem compelidos a buscar novas localidades que ofereçam condições de existência mais favoráveis para si e para suas famílias. Nesse processo, os migrantes passam a enfrentar uma contradição característica do mundo contemporâneo: ao mesmo tempo em que o sistema global contribui para a produção das condições que impulsionam os deslocamentos, os Estados nacionais intensificam o controle sobre suas fronteiras, estabelecendo mecanismos cada vez mais rigorosos de regulação da mobilidade humana.

Para a discussão acerca dos processos migratórios aqui discutidos, inicia-se com o conceito de migração, a partir da perspectiva do senso comum, que tem como interpretação a transposição e a realocação de indivíduos originários de um território geográfico específico para outro, geralmente distante do local de origem, isto é, da sua terra natal. Migrar consistiria, então, em um fenômeno inerente ao espaço geográfico e à noção de movimento/deslocamento, como relataram os pesquisadores Laacher (2012), Bartram *et al.* (2014) e Blanchard *et al.* (2016).

Esses deslocamentos empreendidos pela humanidade não se constituem como um fenômeno nunca identificado, posto que os seres humanos sempre se movimentaram pelo globo terrestre, devido aos mais variados motivos, sendo o mais comum a procura de espaços com melhores chances de sobrevivência ou mesmo a fuga compulsória de áreas com condições adversas à própria sobrevivência.

Trazendo para a atualidade, Castles e Miller (2014) entendem o mundo contemporâneo como envolto em um processo ao qual denominaram de “globalização da migração”. Esse processo, para os autores, relaciona-se intrinsecamente a uma crescente tendência de deslocamentos migratórios, cuja ocorrência tem ultrapassado as fronteiras daqueles países tidos “tradicionalmente” como “de imigração” (Castles; Haas; Miller, 2014, p. 338).

Histórica e cronologicamente, as migrações tiveram um expressivo recrudescimento nos séculos XIV e XV, alterando os padrões migratórios em todo o mundo. As chamadas grandes navegações impulsionaram os fluxos migratórios entre a Europa e as Américas, África e partes da Ásia. Nesse período, também é intensificado o comércio de indivíduos para servirem de mão de obra escrava nas diversas colônias europeias, o que marcou de forma indelével os fluxos migratórios, transformando as colônias em um laboratório experimental de mudanças socioculturais e econômicas.

Santinho (2016) entende a expansão geográfica dos seres humanos atrelada a um

processo de inquietação volitiva, no qual a expansão de horizontes serviu de motor do desenvolvimento sociocultural de várias sociedades. A autora analisa que, quando a busca não é voluntária, “mas sim condicionada por fatores exteriores à sua vontade, o percurso torna-se muitas vezes penoso e carregado de sofrimento” (Santinho, 2016, p. 28). E é essa a realidade enfrentada por muitos sujeitos que se deslocam de forma involuntária, uma trajetória marcada pela exposição a condições de extrema vulnerabilidade, como violência, exploração, tráfico de pessoas e precariedade no acesso a recursos básicos. Quando esses chegam aos países de destino, enfrentam ainda barreiras institucionais, jurídicas e culturais que dificultam sua inserção social, laboral e educacional. Soma-se a isso a recorrente estigmatização social e as limitações no acesso a direitos fundamentais, o que contribui para a manutenção de situações de marginalização e exclusão.

Dessa forma, avolumam-se os cenários cotidianos marcados pela precariedade social desencadeada pelos deslocamentos — cujas consequências são danosas, inclusive com risco às vidas humanas envolvidas no processo. Não bastasse esse estado de coisas, somam-se a tais fenômenos as infames políticas antimigratórias, que, de acordo com Birman (2018, p. 126), arremessam os sujeitos em diáspora em uma “condição existencial limite”, na qual a violência social inerente e característica a essa condição transforma esses sujeitos em seres descartáveis.

Em confronto a essa realidade de marginalização, surgem movimentações globais com iniciativas para suporte a esse contingente que chega a países de passagem e/ou destino. Como pontua Teixeira Júnior (2017), esses processos de deslocamento têm exigido dos governos ao redor do mundo a elaboração de estratégias para melhor adequar os fluxos migratórios, cada vez mais presentes em razão do recrudescimento de conflitos socioculturais, políticos e econômicos

No cenário mundial do século XXI, a migração tem ocupado parte considerável da agenda de diversos países, figurando nas pautas das instituições erigidas pelos Estados-nação, que se veem arrastados para discussões que envolvem a migração e suas muitas e diversificadas consequências. Na conturbada cena geopolítica contemporânea, a migração está na ordem do dia, constituindo-se em um fenômeno multifacetado e multifatorial, não eximindo nenhum país de suas influências e consequências.

No contexto geopolítico, marcado por inúmeros desafios atinentes aos fluxos migratórios internacionais, discutem-se formas de lidar com os problemas decorrentes do deslocamento de contingentes cada vez mais numerosos de indivíduos. Há países que preferem investir em políticas anti-imigração, a exemplo dos Estados Unidos da América, enquanto outros se preocupam em recepcionar, da melhor forma possível, esses imigrantes

(Campos Martins *et al.*, 2024).

Como exemplo, organizações internacionais, como a OIM e o Acnur, desempenham papel relevante na coordenação de ações humanitárias voltadas às populações deslocadas. Essas instituições atuam na formulação de estratégias que buscam soluções duradouras para os fluxos migratórios forçados, incluindo programas de reassentamento em países terceiros, iniciativas de enfrentamento à migração irregular e ao tráfico de pessoas, bem como mecanismos que possibilitem o retorno voluntário e seguro aos países de origem. Nesse contexto, a cooperação internacional se revela um elemento essencial para a efetivação das diretrizes e dos princípios defendidos por essas organizações.

Conforme Torelly (2022), a OIM, estabelecida em 1951, constitui o principal organismo intergovernamental dedicado às questões migratórias, atuando em cooperação com parceiros governamentais, intergovernamentais e organizações da sociedade civil. A instituição conta atualmente com 174 Estados-membros e 8 Estados observadores, além de manter escritórios em mais de 100 países, com o objetivo de promover processos migratórios seguros, ordenados e dignos, beneficiando tanto os migrantes quanto as sociedades de acolhimento. Para isso, a organização oferece apoio técnico, serviços especializados e assessoramento a governos e a populações migrantes, incluindo o Brasil, que integra a organização desde 2004 como Estado-membro.

Em sua atuação nos países parceiros, vem criando planos e políticas para o aprimoramento da governança migratória local, por meio do fortalecimento da estrutura institucional de governança. O órgão tem como objetivos capacitar atores locais, impulsionar o diálogo e promover o engajamento de governos para a governança migratória. Entre suas ações:

Destacam-se a proteção e assistência a migrantes, a gestão migratória e de fronteiras, a migração laboral associada ao desenvolvimento humano, as relações entre migração e saúde, bem como iniciativas voltadas à governança migratória, pesquisa e resposta a emergências humanitárias. No âmbito específico da governança migratória, a OIM tem desenvolvido ações relevantes por meio de iniciativas como a plataforma MigraCidades e os Migration Governance Indicators, instrumentos voltados à avaliação e ao fortalecimento das políticas migratórias (Torelly, 2022, p. 13).

Em 2015, a OIM estabeleceu os Indicadores de Governança Migratória, visando proporcionar suporte na construção de sistemas de governança para assuntos migratórios aos países interessados. Dada a importância atual exercida pelas cidades e municípios como espaços de vida, o nível local tem sido considerado o cenário de governança mais adequado para acompanhar as situações vivenciadas pelos migrantes. Deste modo, o conjunto de

Indicadores de Governança Migratória (MGI) também foi adaptado ao nível local, permitindo que as autoridades municipais os adotem e, ao mesmo tempo, compartilhem suas experiências com os demais níveis de governo.

Os Indicadores de Governança Migratória estão agrupados em seis dimensões: (1) direitos dos migrantes ao acesso a certos serviços sociais (saúde, educação e assistência social), moradia, acesso ao trabalho, participação cívica; (2) garantia do bem-estar socioeconômico dos migrantes; (3) parcerias entre setor governamental, empresa, academia, sociedade civil, além das cidades entre si, para integrar a governança local; (4) integração da governança local com outros níveis; (5) estabelecimento de condições humanitárias e inclusiva, no enfrentamento de situações de crise, emergências, pós-crise, desastres relativos ao ambiente e/ou conflitos; (6) Garantia de uma migração segura, ordenada e regular, visando a segurança dos migrantes tanto nas políticas de retorno e reintegração quanto no enfrentamento ao tráfico de pessoas.

Os indicadores de governança migratória propostos pela OIM dialogam com os conceitos dos ecossistemas de inovação em rede, propondo uma estrutura governamental que, em seus diferentes níveis, atue de forma organizada, composta por atores de diferentes setores e níveis administrativos, para compor espaços coletivos de discussão, coordenação e gestão de políticas migratórias. Ainda em comparação, os princípios de governança migratória também pensam em rede, apresentando o conjunto de atores que participam da construção dessa governança.

nível nacional quanto no local, destacam-se (Figura 1): a) os atores governamentais: como Governo Federal, Governos Estaduais e Governos Municipais; b) a sociedade civil: com Organizações Sociais, associações, grupos e coletivos; c) a academia: representada por universidades públicas e privadas, com seus núcleos de pesquisa e de extensão; d) as Organizações Internacionais; e) o Setor privado; f) Associações e grupos de migrantes (Torelly, 2022, p. 15)

Os marcos de governança migratória correspondem a instrumentos orientadores que definem metas, princípios e objetivos voltados à promoção de processos migratórios seguros, ordenados e dignos, buscando gerar benefícios tanto para os migrantes quanto para as sociedades de origem, trânsito e destino. Como pontua Torelly (2022), esses referenciais encontram-se alinhados às agendas globais que tratam da mobilidade humana e das migrações internacionais, funcionando como parâmetros para a atuação dos Estados. Nesse sentido, tais documentos oferecem suporte técnico e normativo aos governos no planejamento, na formulação, na implementação e no monitoramento de políticas públicas e estratégias voltadas à gestão das migrações.

O Acnur foi instituído em dezembro de 1950, por meio de resolução da Organização das Nações Unidas (ONU), iniciando suas atividades em janeiro de 1951, com a missão inicial de promover o reassentamento de refugiados europeus deslocados após a Segunda Guerra Mundial. A atuação da agência se fundamenta nos princípios estabelecidos pela Convenção de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados, que define parâmetros internacionais de proteção a pessoas forçadas a deixar seus países de origem.

Ao longo das décadas, o Acnur se consolidou como a principal instituição internacional voltada à proteção de refugiados, deslocados internos e pessoas em situação de apatridia. Atualmente, a organização mantém presença em mais de 130 países, desenvolvendo ações humanitárias em contextos de emergência, além de promover estratégias voltadas à proteção de direitos, ao reassentamento e à busca de soluções duradouras para populações que fogem de conflitos armados, perseguições políticas ou crises humanitárias. Nesse sentido, sua atuação articula assistência humanitária, cooperação internacional e políticas de proteção voltadas à garantia de condições dignas de vida para essas populações.

Com relevância para essa pesquisa, o Acnur trabalha em conjunto com a Cátedra Sérgio Vieira de Mello, voltada à promoção do ensino, da pesquisa e da extensão universitária sobre a temática do refúgio e das migrações forçadas. Criada com o objetivo de fortalecer a cooperação entre universidades e organismos internacionais, a cátedra busca ampliar a produção de conhecimento acadêmico, bem como fomentar ações de acolhimento e integração de pessoas refugiadas no ambiente universitário. No Brasil, diversas instituições de ensino superior participam da rede, desenvolvendo projetos que abrangem atividades de formação, assistência jurídica, apoio psicossocial e iniciativas voltadas ao acesso de refugiados ao ensino superior. Dessa forma, a Cátedra contribui para a difusão de informações qualificadas sobre a proteção internacional de refugiados e para a construção de práticas institucionais comprometidas com a promoção dos direitos humanos e a inclusão social dessas populações.

Dessa forma, a atuação da OIM e seus marcos para a governança migratória e do Acnur em parceria com a CSVm colaboraram para pensar na atuação com base nos ecossistemas de inovação e no engajamento em rede, pensando em uma atuação voltada para a humanização, a construção de políticas públicas e a garantia de direitos comuns à população migrante, inspirando também em uma atuação com aporte de ambientes virtuais.

Mas é importante ressaltar que, embora essas instituições assumam um papel relevante na tentativa de mitigar os efeitos das crises migratórias e promover mecanismos de proteção e governança, sua atuação também evidencia os limites das respostas institucionais frente às

causas estruturais que produzem os deslocamentos forçados. Dessa forma, a problemática migratória exige não apenas ações de acolhimento e assistência, mas também reflexões mais amplas sobre as dinâmicas globais que perpetuam desigualdades, conflitos e processos de exclusão. Somente a partir da articulação entre políticas públicas, cooperação internacional e produção de conhecimento acadêmico será possível avançar na construção de estratégias que promovam não apenas a gestão dos fluxos migratórios, mas, sobretudo, a garantia de direitos e a dignidade das populações em deslocamento.

3.2 Políticas Públicas migratórias no Brasil

As políticas públicas são um conjunto articulado de ações, decisões, programas e iniciativas desenvolvidos pelo poder público com a finalidade de produzir efeitos concretos na sociedade e responder a demandas coletivas. Tais políticas são implementadas, de maneira direta ou indireta, pelos governos e exercem influência significativa sobre as condições de vida da população. Segundo Torelly (2022, p. 21), as “políticas públicas pressupõem, em síntese, a identificação de um problema, a proposição de ações endereçadas ao enfrentamento desse problema e a definição de estratégias de implementação e monitoramento de resultados.” Pontuando ainda que:

As políticas públicas são apresentadas, normalmente, por meio de dois formatos: **a. Políticas públicas de governo:** são políticas e ações que se estabelecem em um nível executivo, cujas prioridades podem variar para gestão. Normalmente, são institucionalizadas por meio de marcos próprios do exercício do poder executivo. Exemplos: decretos, portarias, etc. **b. Políticas públicas de estado:** são políticas institucionalizadas via Lei e regulamentadas por decreto, seja em nível federal, estadual ou municipal, cuja estrutura permeia as gestões (Torelly, 2022, p. 21, **grifo do autor**).

Nesse contexto, as políticas públicas voltadas à população migrante no Brasil têm seu marco temporal iniciado em 1808 e são desenvolvidas até o presente, tendo seu ato mais significativo recente na Lei nº 13.445/2017, conhecida como a Nova Lei de Migração, que trata com um olhar mais humanizante a realidade do sujeito migrante e considera as migrações como um fenômeno globalmente integrado, inserindo o Brasil como país de trânsito, saída e destino.

Consoante a Costa *et al.* (2019), ao longo da história, sobretudo entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, o Brasil se consolidou como um importante destino para grandes contingentes de migrantes provenientes de diferentes regiões do mundo. A partir da década de 1980, observa-se ainda uma mudança significativa nesse

cenário, quando o país passa a desempenhar não apenas o papel de receptor de migrantes, mas também o de origem de fluxos migratórios direcionados ao exterior. O autor, ao analisar a articulação das políticas públicas migratórias no Brasil, classifica-a em quatro fases: a da xenofilia⁶ (1808 a 1930), a da xenofobia (1930 a 1969), a fase da segurança nacional (1969-2017) e a fase contemporânea, da redemocratização até a entrada em vigor da Lei nº 13.445/2017.

Em complemento a esta análise, Wermuth (2020) discute que a história da implementação das políticas públicas no Brasil tem caráter pendular entre a democracia e o autoritarismo. Destaca o projeto imigrantista do século XIX, que tem em seu escopo a tentativa do “branqueamento” da população nacional, passando pelas políticas restritivas da primeira metade do século XX e que culminaram na edição do Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/1980) da década de 1980, que conforme o autor desenvolve uma imagem do migrante como [...] “sujeito de risco” à soberania e à segurança nacional, bem como por uma nítida separação entre os imigrantes considerados “úteis” e “inúteis” de acordo com as exigências do mercado de trabalho.” (Wermuth, 2020, p. 12)

Dessa forma, nota-se na abordagem inicial desses autores que o Brasil sempre adotou — pelo menos até a redemocratização — uma postura restritiva, xenofóbica e seletiva na condução de suas políticas migratórias. Mesmo hoje, com amplo debate sobre implementação e estabelecimento de políticas públicas migratórias, resquícios desse longo processo duplo de discriminação e condenação do sujeito migrante ainda estão presentes na atuação do Estado brasileiro.

O processo de institucionalização da política migratória no Brasil tem como marco inicial a abertura dos portos às nações amigas, promovida por Dom João VI por meio da Carta Régia de 28 de janeiro de 1808, medida que possibilitou a ampliação da circulação de estrangeiros nos portos brasileiros. Embora esse dispositivo legal tenha representado o início do incentivo formal à imigração, foi apenas a partir de 1818 que se registrou a entrada efetiva de grupos de imigrantes europeus, especialmente suíços e alemães, os quais se estabeleceram na região sul do país, contribuindo para a formação de núcleos coloniais.

Segundo Costa *et al.* (2019), no âmbito dessa política de formação de pequenos núcleos coloniais com base no povoamento europeu, foram instalados grupos de colonos

⁶ A xenofilia se constitui como um conceito oposto à xenofobia, sendo compreendida como a disposição positiva em relação ao estrangeiro, caracterizada por atitudes de valorização, interesse e receptividade. Contudo, vale ressaltar o caráter restritivo ao direito desse migrante recém-chegado ao novo continente, com restrições claras de liberdade ao colono, apresentando-se como o fator de subsídios, preço da terra, entre outros elementos que diferenciam as vivências desses com os demais brasileiros. O imigrante, mesmo na “figura” de colono, ainda carrega o olhar do “outro” na sociedade brasileira.

suiços nas proximidades da capital, especialmente em Nova Friburgo, bem como imigrantes alemães na região de São Leopoldo, durante o período do reinado de Dom Pedro I. Esse modelo de ocupação territorial, fundamentado na pequena propriedade e no trabalho familiar de imigrantes europeus, foi implementado, com diferentes níveis de êxito, em diversas províncias brasileiras ao longo do período compreendido entre as décadas de 1810 e 1870. Assim, conforme Brasil e Godinho (2019, p. 61)

[...] foi a decisão 80, de 1824, em que D. Pedro I, com intuito de fundar colônias agrícolas, estabeleceu que as terras da colônia alemã, denominada São Leopoldo, que é o atual estado do Rio Grande do Sul, fossem reconhecidas pelo Império como um local onde imigrantes europeus poderiam contribuir para o desenvolvimento nacional.

Entre essa e a fase seguinte, notamos o processo e a tentativa de “branqueamento” presentes nas políticas migratórias, sendo possível verificar o que o Estado brasileiro identificava como imigrante bem-visto e “aceitável” do imigrante indesejável. Segundo Brasil e Godinho (2020), em 1850, a Lei nº 601 (Lei de Terras) consolidou diretrizes centrais da política migratória brasileira, vinculando a imigração à ação estatal de recrutamento e à promessa de acesso à terra, subsídios e custeio de passagens frequentemente não efetivados.

Observa-se a preferência por imigrantes alemães, considerados mais aptos à atividade agrícola e à adaptação local. Paralelamente, grupos como negros, chineses e hindus eram excluídos com base em critérios racializados. A concessão de terras públicas se restringia, assim, a imigrantes tidos como agricultores qualificados e brancos, evidenciando um viés seletivo que privilegiou, sobretudo, europeus, em especial alemães, seguidos por italianos, espanhóis, suíços e poloneses.

Mesmo com essa abertura ao estrangeiro, Wermuth (2020) relembra que a visão atribuída a esse grupo era a de sujeitos “indesejáveis”, “perigosos”, formada por uma assimilação clara de que o imigrante só é “útil” quando compatível com o projeto brasileiro de miscigenação e força de trabalho. Quando o tom da pele se torna marcador claro de marginalização e exclusão, e quando o sujeito migrante se torna “presa fácil” para captação e apropriação da sua força de trabalho, percebe-se que a atuação do Estado brasileiro do século XIX conversa em tons similares às políticas migratórias do século XIX.

Entrando no século XX, na década de 1930, período de crise econômica mundial, as políticas públicas migratórias tiveram papel importante para classificar o migrante como bode expiatório, catalisador responsável pelas crises políticas e econômicas que assolam o país. Conforme Costa *et al.* (2019), houve um aprofundamento da restrição da entrada de estrangeiros no país, responsabilizado pela crise econômica e desordem social. Um exemplo é

o Decreto nº 19.482, de 12 de dezembro de 1930, que deixa expressa a política migratória xenófoba, considerando que uma das causas do desemprego é motivada pela entrada desordenada de estrangeiros no Brasil, pois, conforme o decreto, nem sempre trazem qualidades úteis para a sociedade, mas frequentemente contribuem para a desordem econômica.

Durante o governo de Getúlio Vargas e a consolidação da Constituição de 1934, uma política pública migratória xenófoba se tornou mais clara, “constitucionalizou essa política migratória xenófoba e de ‘branqueamento’, chamada eufemisticamente pelo constituinte de “integração étnica” (Costa *et al.*, 2019, p. 175).

Art. 121, §6º que: § 6º – A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e **capacidade física e civil do imigrante**, não podendo, porém, a corrente migratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos (Brasil, 1934 *apud* Costa *et al.*, 2019, p. 175, **grifo nosso**).

Mesmo após a Segunda Guerra Mundial e a Convenção de Genebra, que propôs o Estatuto do Refugiado de 1951, que viabilizou instrumentos legais para o reconhecimento da condição de refugiado e de seus direitos humanos em nível internacional, a construção política brasileira das décadas seguintes, nos anos de ditadura militar, classificou o migrante como uma possível ameaça à segurança nacional. O maior marco dessa construção da imagem do imigrante é o Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/1980), que, em seus artigos, tipifica o migrante por um olhar discriminatório.

Sobre a referida Lei, Brasil e Godinho (2019) apontam que a entrada de imigrantes no país e a noção de “segurança nacional” evidenciam uma leitura dos processos migratórios como potenciais ameaças ou formas de “invasão”, interpretação característica de marcos normativos de natureza excepcional. Nesse sentido, observa-se que o art. 7º do referido Estatuto, em seu inciso II, dispunha que a entrada de estrangeiros poderia ser recusada caso fossem considerados nocivos à “ordem pública” ou aos “interesses nacionais”, categorias amplas e passíveis de interpretação discricionária pelo Estado.

Tal enquadramento normativo revela, ainda, um viés eminentemente utilitarista presente no Estatuto do Estrangeiro, uma vez que a admissão de indivíduos estrangeiros não se orientava por princípios de garantia de direitos, mas sim por critérios de conveniência estatal. Dessa forma, a autorização para ingresso no território nacional era condicionada à capacidade desses sujeitos de contribuir para objetivos econômicos específicos, especialmente no que se refere ao fornecimento de mão de obra qualificada destinada a atender às demandas

de diferentes setores da economia nacional.

Uma mudança gradual nas abordagens do Estado brasileiro apresentadas acima é notada a partir da abertura política e da redemocratização, após os anos de ditadura no Brasil e do marco da Constituição Federal de 1988. Na contemporaneidade, temos uma guinada no que concerne à busca pelos direitos. Como pontua Wermuth (2020), o Brasil se projeta como ator relevante no sistema internacional, o que lhe impõe o desafio de formular respostas institucionais adequadas à mobilidade humana. Tal demanda se torna particularmente evidente diante do aumento recente dos fluxos migratórios direcionados ao país, abrangendo tanto imigrantes quanto refugiados, com destaque para contingentes provenientes do Haiti, do Senegal e, mais recentemente, da Venezuela. Como elucida Wermuth (2020, p. 14):

É imperioso destacar que a nova legislação surge a partir de uma profícua interlocução com movimentos sociais, a exemplo da Conferência sobre Migrações e Refúgio (COMIGRAR), do Fórum Social Mundial das Migrações (FSMM) e do I Diálogo de Participação Social promovido pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg). Todos esses eventos, realizados entre os anos de 2013 e 2016, destacaram a importância de uma legislação sobre migrações que mantivesse sintonia com o direito internacional dos Direitos Humanos, em respeito ao princípio da convencionalidade.

Fomentada pelo início da discussão internacional e pelo estabelecimento de instituições voltadas ao trabalho com grupos migrantes e de refugiados, as primeiras mudanças nas políticas migratórias após três décadas se estabelecem. Assim, em “[...] 2013 foi proposta uma nova lei de migração por meio do Projeto de Lei do Senado nº 288, de autoria do senador Aloysio Nunes. Em agosto de 2015, o projeto foi aprovado pelo Senado e seguiu para a Câmara, onde tramitou como PL 2.516/2015” (Costa *et al.*, 2019 p. 180).

Com seus devidos ajustes e trâmites legais, finalmente, em 25 de maio de 2017, foi publicada no Diário Oficial da União a Lei nº 13.445, que promulga a nova Lei de Migração de 2017. Esse marco representa uma melhoria na busca pela humanização do migrante, avançou bastante em relação aos marcos anteriores, ao passo que reconhece o migrante como sujeito de direitos, assegurando-lhe igualdade jurídica em relação aos nacionais, bem como acesso a serviços públicos, garantias fundamentais e proteção social, carregando incisos importantes em seus artigos, como os descritos no art. 3º, sobre a política migratória brasileira e seus princípios e diretrizes (Brasil, 2017):

- I – universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos;
- II – repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação;
- III – não criminalização da migração;
- IV – não discriminação em razão dos critérios ou dos procedimentos pelos quais a pessoa foi admitida em território nacional;
- V – promoção de entrada regular e de regularização documental;

- VI – acolhida humanitária;
- VII – desenvolvimento econômico, turístico, social, cultural, esportivo, científico e tecnológico do Brasil;
- VIII – garantia do direito à reunião familiar;
- IX – igualdade de tratamento e de oportunidade ao migrante e a seus familiares;
- X – inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas

Em seu artigo 4º, trata sobre as garantias de direitos da população migrante, trabalhando em condição de igualdade com os nacionais, promovendo o direito à vida, à liberdade e à igualdade. Assegura, ainda:

- II – direito à liberdade de circulação em território nacional;
- VIII – acesso a serviços públicos de saúde e de assistência social e à previdência social, nos termos da lei, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória;
- IX – amplo acesso à justiça e à assistência jurídica integral gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;
- X – direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória;
- XI – garantia de cumprimento de obrigações legais e contratuais trabalhistas e de aplicação das normas de proteção ao trabalhador, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória;
- XV – direito de sair, de permanecer e de reingressar em território nacional, mesmo enquanto pendente pedido de autorização de residência, de prorrogação de estada ou de transformação de visto em autorização de residência; e
- XVI – direito do imigrante de ser informado sobre as garantias que lhe são asseguradas para fins de regularização migratória.

Outra mudança está na superação da categoria “estrangeiro”, substituída por uma tipologia mais ampla de “migrante”, com o objetivo de afastar conotações excludentes e reforçar a perspectiva inclusiva da legislação. Além disso, a nova lei promove a desburocratização dos processos migratórios, amplia mecanismos de regularização, institui políticas como a concessão de vistos humanitários e estabelece diretrizes para políticas públicas voltadas à integração social e econômica dos migrantes.

Não somente isso, os avanços permitiram que o Brasil construísse, nas últimas décadas, leis de amparo, visando a uma estruturação política, econômica e social que reconheça o indivíduo em deslocamento e sua situação no país. O quadro 2 representa os diferentes termos destinados ao campo da migração e a lei de amparo brasileira referente.

Quadro 2 – Termos da área da migração e suas leis de amparo no Brasil.

Termo	Definição	Lei brasileira de amparo
Migração	Deslocamentos populacionais dentro de um determinado espaço geográfico, podendo ser temporária ou definitiva. As migrações compõem relações físicas, se estende a representações econômicas, políticas, sociais e simbólicas	Lei brasileira nº 13.445, de 24 de maio de 2017
Emigrante	O emigrante é aquele que faz o movimento de saída do seu país de origem, para viver em outro país estrangeiro. Ocorrendo em sua maioria pela busca de melhores condições de vida	Lei brasileira nº 13.445, de 24 de maio de 2017
Imigrante	Imigrante é aquele que faz o movimento de entrada em um país de destino	Lei brasileira nº 13.445, de 24 de maio de 2017
Refugiado	Refugiados são pessoas que estão fora de seu país de origem por consequência de temor, causada por perseguição política e/ou religiosa, perseguição por motivações de raça/etnia ou nacionalidade, podendo também se mostrar por vias de generalizada violação de direitos humanos e conflitos armados	Lei brasileira nº 13.445, de 24 de maio de 2017; Lei brasileira nº 9.474/1997 – Art. 1º, de 22 de julho de 1997.
Refugiado ambiental	O refugiado ambiental é aquele que é forçado a deixar seu país de origem de forma definitiva ou temporária por motivação ambiental, que se reflete em perigo de vida, ou sobrevivência	Sem normativa específica reconhecida até o momento
Apátrida	Os apátridas são aqueles que não possuem nacionalidade reconhecida por nenhum país	Lei brasileira nº 13.445, de 24 de maio de 2017; Decreto nº 4.246, de 22 de maio de 2002.

Fonte: OIM: Glossário sobre Migrações (2009) e Glossário sobre Migrações (2025), elaborado pelo autor.

Nesse salto temporal, é importante ressaltar que significativos avanços foram conquistados diante da realidade dos fluxos migratórios, mas, de toda forma, levantam-se críticas nas perspectivas dos marcos legais e na classificação do sujeito migrante, amarras essas difíceis de serem superadas desde a primeira fase das políticas migratórias da fase da xenofilia.

Assim, Wermuth (2020) exemplifica que, diante da intensificação dos fluxos migratórios para o país, a legislação de 1980, considerada anacrônica e incompatível com os fundamentos do Estado Democrático de Direito instituído pela Constituição Federal, foi substituída pela Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017), que sinaliza uma mudança paradigmática, orientada pela promoção dos direitos humanos dos migrantes. Contudo, o Decreto regulamentador (Decreto nº 9.199/2017) apresenta elementos de retrocesso, como o uso da expressão “imigrante clandestino”, evidenciando a permanência de traços autoritários, perceptíveis também na retirada do Brasil do Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular, no âmbito da ONU.

Observa-se que, apesar do discurso de universalização de direitos, a política migratória

brasileira ainda opera sob condicionantes estruturais que limitam o acesso efetivo a esses direitos. Barreiras burocráticas, dificuldades na regularização migratória e insuficiência de políticas públicas de integração evidenciam um descompasso entre a previsão legal e a realidade vivenciada pelos migrantes.

3.3 Categorias de migração e refúgio e os números da migração internacional

As categorias migração e refúgio têm sido objeto de avaliação nas ciências humanas, sendo analisadas a partir das mais diversas perspectivas, como a histórica, a sociológica, a antropológica, entre outras. Um ponto em comum dessas análises repousa na questão da subjetividade dos indivíduos em diáspora, levantando discussões que remetem às experiências — tanto individuais quanto coletivas — a respeito de pertencimento, identidade e adaptação. Isso porque, diante da migração, as pessoas se veem forçadas a viver distantes de suas origens culturais, sociais, geográficas, etc., o que gera sofrimento (Hall, 2003; Cohen, 2008).

Historicamente, do ponto de vista das ciências humanas e sociais, a imigração, enquanto tema de investigação, não ocupava as preocupações dos pesquisadores entre o século XIX para o XX. A migração era avaliada como resultado do capitalismo e dos processos inerentes a ele, como a industrialização e a urbanização. Essa análise levava em conta a derrocada das comunidades rurais e oportunizava o surgimento de culturas com diversos matizes e caráter universalista, notadamente a competição entre imigrantes por postos de trabalho, em razão da premente necessidade de sobrevivência em espaços urbanos marcadamente diversos da realidade até então vivida por esses contingentes populacionais (Martins-Borges, 2013; Richmond, 1988).

Da perspectiva econômica, a teoria neoclássica aborda a migração internacional tendo como base as taxas salariais diferenciadas entre os países. Do ponto de vista da análise dos neoclássicos, o migrante elabora uma espécie de cálculo no qual está imbrincado o custo-benefício de sua experiência. É esse cálculo que condiciona suas deliberações e ações dentro do campo migratório. Aqui, a migração assume a condição de mera totalidade, na qual os indivíduos se movimentam em razão de um identificador específico de renda (Harris; Todaro, 1970).

A condição de refugiado gera sofrimento de todos os tipos, mas o sofrimento psíquico está sempre entre os mais prevalentes. Isso ocorre devido à mudança brusca de localidade e à consequente perda dos referenciais socioculturais que moldaram os indivíduos ao longo de sua formação. São muitos os traumas vividos pelos migrantes e muitas são suas perdas, desde

as econômicas até a separação e — por vezes — a morte de entes queridos. O próprio processo de deslocamento é bastante traumático, o que abala as pessoas durante e após os itinerários percorridos entre o antigo e o novo lar.

A propósito da condição de refugiado, o Guia Para Acolhimento de Migrantes, Refugiadas e Refugiados (2022, p. 6) expõe que:

Toda pessoa que cumpra com os elementos para ser reconhecida como refugiada em virtude das leis internacionais, regionais ou nacionais e que tenha sido obrigada a fugir do seu país de origem ou residência habitual por fundado temor de perseguição relacionado a questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política, ou então devido a grave e generalizada violação de direitos humanos ou circunstâncias que perturbem gravemente a ordem pública¹, e que necessitam de proteção internacional, incluindo assistência dos países para onde se deslocam e de organizações relevantes na área (Acnur, 2016; 2021).

Refugiadas e refugiados não podem ser expulsos ou devolvidos ao seu país de origem por terem suas vidas ameaçadas, a não ser que seja um retorno totalmente voluntário. Solicitar refúgio é um direito universal, e não há nada de ilegal nesse processo (Acnur, 2016; IMDH, MigraMundo e FICAS, 2019).

O refúgio é uma condição que tem diversas nuances, que se desdobram em muitas outras. É a perda e/ou o esgarçamento dos laços que constituem a psique das pessoas, dando sentido às suas vidas, impactando de forma negativa a saúde mental dos migrantes. Somam-se a essas questões a violência e os eventuais riscos à integridade física desses indivíduos em trânsito ou alocados em territórios muito diversos geograficamente e culturalmente do seu espaço de origem. É nesse cenário que emergem os muitos problemas mentais que acometem esses deslocados, a exemplo dos episódios de estresse pós-traumático, ansiedade generalizada, depressão, transtornos de humor e suicídio, como demonstram as pesquisas realizadas por Bäärnhielm *et al.* (2014); Fassin e Rechtman (2007); Ferreira, Lodetti e Borges (2021); Mirdal, Ryding e Sondej (2012).

Outros tantos obstáculos se verificam na condição de refugiado, geralmente atinentes a questões diversas, como as de caráter psicológico e também as mais práticas, por assim dizer. São muitos os desafios, como visto até aqui, e nem sempre os indivíduos estão preparados para enfrentá-los de forma adequada, até porque são desafios que surgem de forma não planejada e imperiosa (Syed; Özbilgin, 2009).

Autores como Amaral, Woldetsadik e Armenta (2018), Liebig (2018), Jamil, Aldhalimi e Arnetz (2012) e Kallick e Roldan (2018) analisam os muitos problemas que os refugiados enfrentam ao chegarem a outros países, enfatizando a inadequação inicial desses

indivíduos em novos cenários socioculturais. Além da inadequação que atinge a esfera do trabalho, o desconhecimento do idioma, os conflitos de identidade, gênero e idade, níveis de escolaridade reduzidos e os muitos transtornos de estresse pós-traumáticos também figuram como entraves à nova vida dos refugiados em solo estrangeiro.

No mundo laboral, Ager e Strang (2008), Jamil *et al.* (2012) e Schenner e Neergaard (2019) acentuam dois elementos mais difíceis de serem vencidos a curto prazo: o pouco ou nenhum domínio do novo idioma e a dificuldade de transferência de habilidades laborais. Tais barreiras contribuem sobremaneira para a baixa alocação de uma gama expressiva de refugiados nos postos de trabalho do país receptor, o que fatalmente reverbera na empregabilidade desses indivíduos, empurrando-os para subempregos ou mesmo para o trabalho informal.

Refúgio consiste no deslocamento compulsório de indivíduos entre fronteiras. A condição de refugiado implica o não retorno ao país de origem em segurança. O refúgio, enquanto mecanismo de proteção internacional, tem por objetivo oferecer alguma salvaguarda aos indivíduos que, por força das circunstâncias, tiveram de abandonar seus territórios, por causa de perseguições diversas, a exemplo de religião, raça, nacionalidade, opiniões políticas e violações de direitos humanos.

As distinções conceituais entre deslocamentos voluntários e forçados ajudam a compreender dinâmicas do deslocamento. Se, por um lado, parecem claramente diferenciadas pela oposição estabelecida entre voluntário e forçado, por outro, a formulação de planos, de um projeto de deslocamento — uma das características da migração voluntária — tantas vezes se fundamenta nas mesmas razões daqueles que se deslocam forçadamente. Borram-se, portanto, as fronteiras das definições e diferenciações entre uma e outra categoria, entre o que é voluntário e o que é forçado nos deslocamentos humanos contemporâneos (Brenner; Alvarenga, 2002, p. 3-4).

O refúgio é pautado pelo princípio da não devolução, no qual a proteção internacional objetiva salvaguardar os refugiados, garantindo que estes não sejam repatriados aos países originários, em que — fatalmente — suas vidas e liberdade correriam sério risco. Desse modo, verificam-se diferenças entre migração e refúgio. A primeira é marcada pelo caráter voluntário, ainda que condicionado por fatores diversos; a segunda, pauta-se pelo caráter compulsório do deslocamento. Outra característica que diferencia o refúgio é a proteção, isto porque refugiados têm direito à proteção internacional em razão de sua condição de insegurança pessoal, dado que, muitas vezes, refugiados são perseguidos políticos e passíveis de violência física com ameaça à vida.

Vale ressaltar que o processo e os regimes migratórios possuem características

multifacetadas que concernem as migrações de crise. Nesse cenário — e nesse estudo — reconhece-se que os processos de deslocamento são diversos e dinâmicos. Como já discutido, na contemporaneidade, em que se é instituído um sistema globalizado, as movimentações humanas ganham contextos heterogêneos, que partem das instabilidades políticas, econômicas e ambientais globais, caracterizadas pela descontinuidade, quadro que afeta direta e indiretamente o sujeito migrante. Para entender os fatores dessas movimentações dentro desses espaços globalizados, é necessário voltar o olhar para as situações de crise instituídas nas nações, que são fatores para que indivíduos e grupos humanos se lancem na incerteza do atravessamento de fronteiras.

Nessa perspectiva da migração, a qual também abarca o refúgio, dá-se destaque aos fatores da imobilidade e da falta de autonomia na tomada de decisão da permanência ou saída no país de origem e da condição do próprio migrante. Nesse panorama, os teóricos consideram que, para dar entendimento às dinâmicas migratórias, temos que avaliar no processo as crises humanitárias, a violação dos direitos humanos e os novos conflitos geopolíticos globais. Sobre o assunto, Moreira e Borba (2021) pontuam que merecem destaque as dimensões ambientais e humanitárias que envolvem as migrações, constituídas por rupturas capazes de deslocar um grande contingente de pessoas.

Buscando ampliar a percepção dos leitores sobre migração e refúgio, torna-se indispensável aprofundar a compreensão das múltiplas dimensões da jornada migratória, uma vez que suas causas contemporâneas refletem formações históricas e contextos políticos dos países de origem, trânsito e destino. Nesse sentido, em razão da diversidade das relações migratórias e da intensificação, nas últimas décadas, consolidou-se um vocabulário amplo e específico sobre a temática, desenvolvido e aprimorado por órgãos nacionais e internacionais comprometidos com a causa.

Esse vocabulário reúne termos fundamentais para a distinção das diferentes situações, motivações e características de cada indivíduo migrante, bem como de seu processo de deslocamento. Posto isso, o Quadro 3 apresenta alguns desses termos

Quadro 3 – Termos utilizados no campo das migrações

Termo	Definição
Migração	Processo de atravessamento de uma fronteira internacional ou de um Estado. É um movimento populacional que compreende qualquer deslocação de pessoas, independentemente da extensão

Migração assistida	Circulação de migrantes com o apoio de um governo, de governos ou de uma organização internacional, por oposição à migração espontânea e não assistida
Migração circular	A migração circular é o movimento temporário e mais permanente entre países. Quando um voluntário é ligado às necessidades laborais de países de origem e de destino, isso pode beneficiar todos os envolvidos
Migração clandestina	Migração secreta ou encoberta em violação às exigências em matéria de imigração. Pode ocorrer quando um estrangeiro viola os regulamentos de entrada de um país ou, tendo entrado legalmente, nele permanece em violação dos regulamentos de imigração
Migração de retorno	Deslocação de pessoas que regressam ao seu país de origem ou de residência habitual, geralmente depois de passarem, pelo menos, um ano noutro país. Este retorno pode ou não ser voluntário. A migração de retorno inclui o repatriamento voluntário
Migração espontânea	Indivíduo ou grupo que inicia e prossegue o seu plano de migração sem nenhuma ajuda externa. A migração espontânea é geralmente causada pelos fatores de atração e de repulsão e se caracteriza pela falta de auxílio estatal ou de qualquer outro tipo de auxílio nacional ou internacional
Migração forçada	Termo geral usado para caracterizar o movimento migratório em que existe um elemento de coação, nomeadamente ameaças à vida ou à sobrevivência, quer tenham origem em causas naturais, quer em causas provocadas pelo homem (por exemplo, movimentos de refugiados e pessoas internamente deslocadas, bem como pessoas deslocadas devido a desastres naturais ou ambientais, químicos ou nucleares, fome ou projetos de desenvolvimento)
Migração interna	Circulação de pessoas de uma região do país para outra, com a finalidade ou o efeito de fixar nova residência. Este tipo de migração pode ser temporário ou permanente. O migrante interno se desloca, mas permanece dentro do seu país de origem (por exemplo, migração de zonas rurais para zonas urbanas)
Migração internacional	Movimentos de pessoas que deixam os seus países de origem ou de residência habitual para se fixarem, permanentemente ou temporariamente, noutro país. Consequentemente, implica a transposição de fronteiras internacionais
Migração irregular	Movimento que ocorre fora do âmbito das normas reguladoras dos países de envio, de trânsito e de acolhimento. Não existe uma definição clara ou universalmente aceita de migração irregular. Da perspectiva dos países de destino, a entrada, a permanência e o trabalho num país são ilegais sempre que o migrante não tenha a necessária autorização ou os documentos exigidos pelos regulamentos de imigração relativos à entrada, permanência ou trabalho de um dado país
Migração laboral	Movimento de pessoas do seu Estado para outro Estado com a finalidade de encontrar emprego. A migração laboral está regulada pelas leis de migração da maioria dos Estados. Além disso, alguns Estados desempenham um papel ativo na regulação da migração laboral externa e procuram oportunidades no estrangeiro para os seus nacionais
Migração ordenada	Deslocação de pessoas do seu lugar de residência habitual para um novo lugar de residência, com respeito pelas leis e regulamentos que regem a saída do país de origem e a viagem, o trânsito e a entrada no país de acolhimento
Migração regular	Migração que ocorre por vias legais reconhecidas
Migração total/líquida	Soma das entradas ou das chegadas de imigrantes e das saídas ou das partidas de emigrantes que corresponde ao volume total de migração e se designa por migração

	total, distinguindo-se da migração líquida ou da balança migratória, que resulta da diferença entre as chegadas e as partidas. Este balanço se designa imigração líquida se número de chegadas for superior ao das partidas e emigração líquida se o número de partidas for superior ao número de chegadas
Migrante	No plano internacional, não existe uma definição universalmente aceita de migrante. O termo migrante compreende, geralmente, todos os casos em que a decisão de migrar é livremente tomada pelo indivíduo em questão, por razões de “conveniência pessoal” e sem a intervenção de fatores externos que o forcem a tal. Em consequência, este termo se aplica às pessoas e membros da família que se deslocam para outro país ou região a fim de melhorar as suas condições e das suas famílias
Migrante ambiental	O termo se aplica a pessoas ou grupos de pessoas que, devido a alterações ambientais repentinas ou progressivas que afetam negativamente as suas vidas ou as suas condições de vida, veem-se obrigados a deixar as suas residências habituais, ou escolhem fazê-lo, temporariamente ou permanentemente, deslocando-se dentro do próprio país ou para o estrangeiro
Migrante econômico	Pessoa que deixa o seu lugar de residência habitual para se instalar fora do seu país de origem, a fim de melhorar a sua qualidade de vida. Este termo pode ser usado para distinguir refugiados que evitam perseguições e também se refere a pessoas que tentam entrar num país sem a autorização e/ou recorrendo a procedimentos de asilo de má-fé. Aplica-se também a pessoas que se instalam fora do seu país de origem enquanto dura uma estação de colheita, mais propriamente designados por trabalhadores sazonais
Migrante qualificado	Trabalhador migrante ao qual, devido às suas qualificações, geralmente é concedido um tratamento relativamente preferencial à admissão num país de acolhimento (e, consequentemente, está sujeito a menos restrições no que se refere à duração da estadia, à mudança de emprego e ao reagrupamento familiar)

Fonte: OIM, Glossário sobre Migração (2009), Glossário sobre Migração (2025), elaborado pelo autor.

No que diz respeito à categoria refúgio no Brasil, o Ministério da Justiça e Segurança Pública informa que o país tem registrado números recordes de pedidos, o que reforça o protagonismo do Brasil com a recepção humanitária de estrangeiros no território brasileiro (Brasil, 2025). Nessa questão do acolhimento, o país se destaca, haja vista que elabora e mantém políticas públicas voltadas à proteção de migrantes, de refugiados e de apátridas.

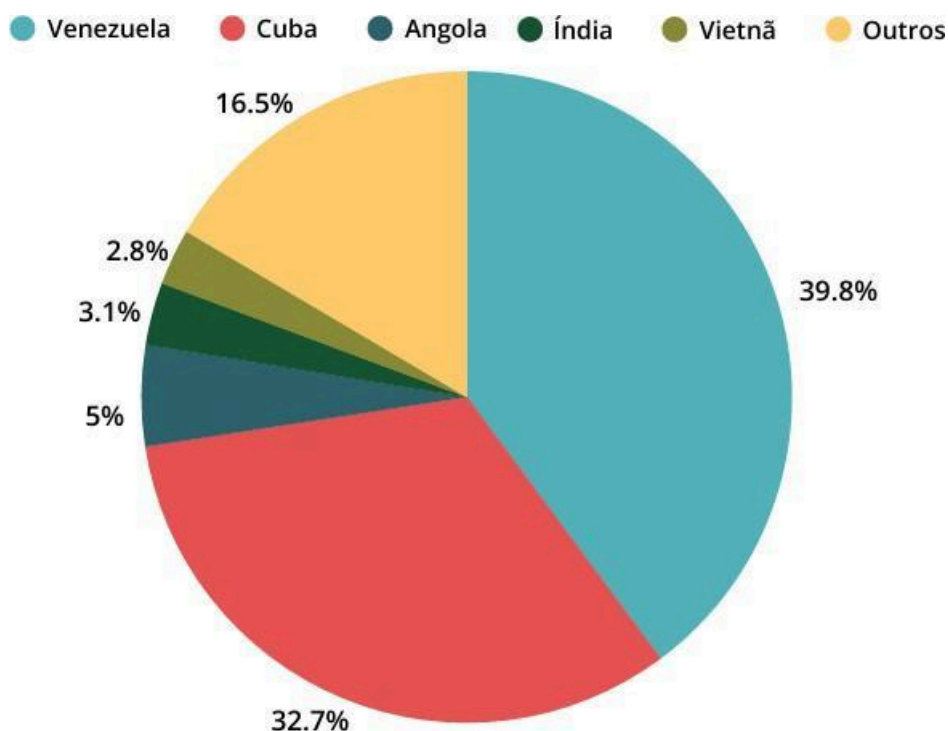
No Brasil, o Acnur, tendo como parâmetro pesquisas realizadas por instituições vinculadas ao Estado, tem envidado esforços para promover um acolhimento eficiente aos refugiados. No que tange especificamente à categoria de refugiados, notadamente os solicitantes de acolhimento no país, os dados apontam um vertiginoso crescimento de pedidos.

Como já apresentado, em 2024, o Brasil registrou, conforme o documento Refúgio em Números, publicado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), 68.159 novos pedidos de reconhecimento da condição de refugiado. Esses números indicam aumento de 16,3% em relação a 2023, segundo o Acnur e a Agência Brasil. Quanto à nacionalidade e à

origem dos solicitantes, o quantitativo de maior expressividade advém de países com reconhecidos problemas econômicos, a exemplo da Venezuela, de Cuba e de Angola, segundo os dados apresentados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (Brasil, 2024).

Ainda conforme o Acnur, em 2024, aproximadamente 122,1 milhões de indivíduos foram obrigados a deixar suas pátrias em razão de condições adversas, geralmente relacionadas às guerras. Para colaborar com a visualização, o Gráfico 1 mostra a distribuição relativa das solicitações de reconhecimento da condição de refugiado protocoladas no mesmo ano.

Gráfico 1 – Distribuição relativa das solicitações de reconhecimento da condição de refugiado protocoladas em 2024, segundo os principais países de nacionalidade ou residência habitual (2024).



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da CG Conare, Solicitações de Reconhecimento da Condição de Refugiado, 2024.

O Acnur tem envidado esforços, como já mencionado, no sentido de pensar e implementar políticas públicas para apoiar migrantes, refugiados e apátridas em várias partes do país. No Pará, por exemplo, institui-se o Dia Mundial do Refugiado — 21 de junho de 2022 —, iniciativa que obteve apoio unânime da Assembleia Legislativa do Pará (Alepa). Outros projetos com objetivos semelhantes também foram apresentados em Mato Grosso do Sul, como o Projeto de Lei nº 166/2023, que tem por finalidade estabelecer diretrizes para tornar mais céleres e eficientes os serviços destinados a migrantes, refugiados, apátridas,

asilados políticos, vítimas de tráfico humano e pessoas em condição análoga à escravidão, especialmente no âmbito de atuação do Estado de Mato Grosso do Sul.

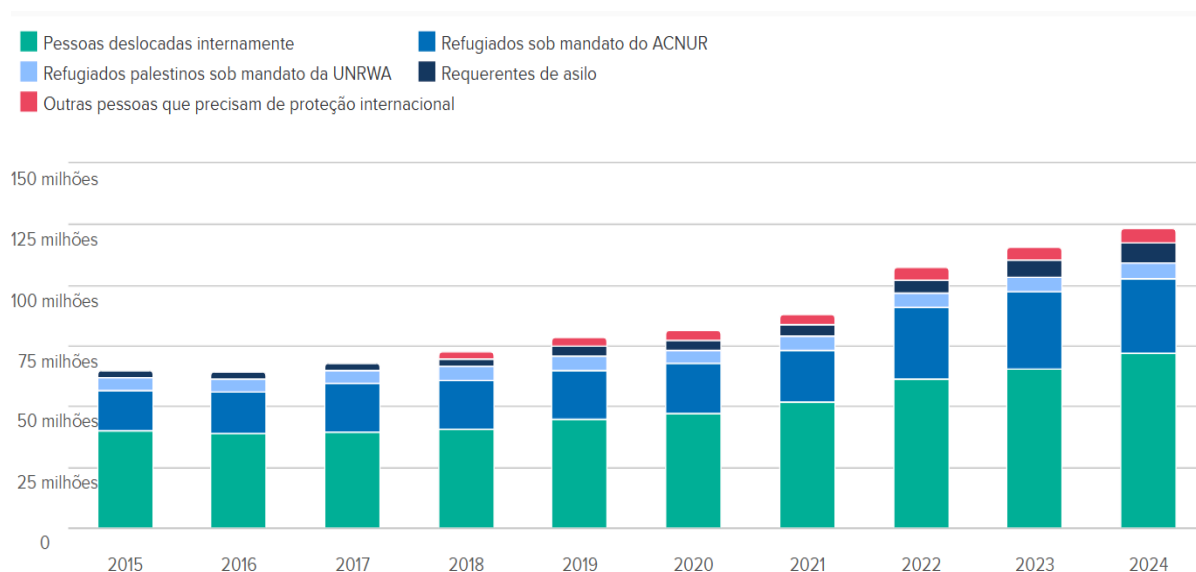
No que tange aos dados, a Polícia Federal, no ano de 2013, contabilizou 105.094 pedidos de residência no País, número que subiu de forma vertiginosa 10 anos mais tarde, alcançando 1,2 milhão de solicitações, representando o aumento da procura em mais de 10 vezes durante uma década (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2023).

Conforme Campos Martins e colaboradores (2024, p. 85), citando o Relatório Mundial das Migrações (World Migration Report 2022), publicado pela OIM,

[...] havia 281 milhões de migrantes internacionais, em 2021, o equivalente a 3,6 % da população global. Além disso, cerca de 40,5 milhões de pessoas foram forçadas a fugir em 2020, enquanto em 2019 esse número era de 31,5. Na América do Sul, o Brasil foi o quinto maior destino de venezuelanos ao lado de Colômbia, Peru, Chile e Equador. O documento ainda confere ao Brasil o status de referência por conceder vistos humanitários a migrantes e refugiados.

Dados do Acnur (2025) apresentam números semelhantes acerca dos deslocamentos forçados ao redor do mundo. Contabilizou, em 2024, um total de 123,2 milhões de indivíduos em trânsito entre as fronteiras. Desse total, 36,8 milhões são refugiados, 8,4 milhões são requerentes de asilo em um país de destino e 5,9 milhões precisam de proteção internacional, como apresenta o Gráfico 2, a seguir:

Gráfico 2 – Pessoas deslocadas à força em todo o mundo entre 2015 e 2024



“Alguns refugiados palestinos sob o mandato da UNRWA em Gaza também foram deslocados internamente em 2023 (1,2 milhão) e 2024 (1,4 milhão). Neste gráfico, esses refugiados deslocados internamente sob o mandato da UNRWA são contados apenas uma vez, sob o número de refugiados da Palestina sob o mandato da UNRWA”

Fonte: Relatório de tendências globais do Acnur, 2025.

Conforme informações divulgadas no último relatório Refúgio em Números, entre 2015 e 2024, o Estado brasileiro recebeu solicitações de reconhecimento da condição de refugiados de pessoas oriundas de 175 países, chegando a 454.165 pedidos. Desses pedidos, as principais nacionalidades são da Venezuela, de Cuba, do Haiti e de Angola, somando 82,6% do total de solicitações na última década. Somente em 2024, registrou-se o total de 68.159 solicitações de asilo, um aumento de 16,3% em relação ao ano anterior, quando houve 58.628 pedidos (Acnur, 2025). A Tabela 1 apresentada indica o número de processos de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado no Estado Brasileiro.

Tabela 1 – Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado decididas, por sexo, segundo o país de nacionalidade ou de residência habitual, Brasil, 2024.

País de nacionalidade ou residência habitual	Número de solicitações			
	Total	Sexo		
		Masculino	Feminino	Não especificado
Total	67.791	40.600	23.752	3.439
Venezuela	28.122	15.107	11.415	1.600
Nepal	10.201	7.982	1.570	649
Angola	8.382	4.584	3.755	43
Cuba	8.149	4.637	3.491	21
Colômbia	1.847	1.118	727	2
Índia	1.312	742	28	542
China	676	451	218	7
Haiti	670	363	269	38
Vietnã	565	388	177	0
Nigéria	525	440	60	25
Outros	7.342	4.788	2.042	512

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare/MJSP), 2024.

Nota-se, pelos números apresentados, que o Brasil se destaca pela capacidade de recepção de estrangeiros da América do Sul, reforçando o compromisso constitucional constante da Constituição de 1988. Não obstante, a recepção desses contingentes de estrangeiros não ocorre de forma institucionalmente planejada, o que acarreta problemas ao desenvolvimento local das regiões receptoras (Ipea, 2021).

A distinção entre as categorias de migração e refúgio, embora amplamente utilizadas,

revela-se menos rígida do que sugere a classificação normativa. Conforme evidenciado na discussão acima, a separação entre deslocamentos voluntários e forçados tende a se diluir, uma vez que fatores econômicos, políticos e sociais frequentemente se entrelaçam nas trajetórias migratórias. Nesse sentido, a nomenclatura “migrante” e “refugiado” não deve ser compreendida como categorias estanques, mas como construções analíticas e jurídicas que buscam organizar um fenômeno intrinsecamente complexo. Ainda que o termo “refugiado” possua maior precisão legal, por estar vinculado à proteção internacional e ao princípio da não devolução, sua aplicação não esgota a diversidade das experiências de deslocamento.

Diferenciar essas categorias, portanto, continua sendo necessário, sobretudo no âmbito institucional, uma vez que tais distinções fundamentam o acesso a direitos, políticas públicas e mecanismos de proteção. No entanto, essa diferenciação não pode ser naturalizada ou tratada como neutra. Ao contrário, deve ser constantemente problematizada, pois carrega implicações políticas relevantes, incluindo a definição de quem merece proteção e quem permanece à margem dos sistemas de acolhimento. Assim, a discussão sobre nomenclaturas ultrapassa o plano conceitual e se insere no campo das disputas por reconhecimento e direitos.

No que se refere aos números da migração internacional, estes também demandam uma leitura crítica. Embora apontem para um crescimento expressivo dos deslocamentos humanos em escala global, tais dados tendem a simplificar realidades complexas, convertendo sujeitos em categorias estatísticas. Além disso, apresentam limitações significativas, como a subnotificação de migrantes em situação irregular, as dificuldades de mensuração de fluxos informais e as divergências metodológicas entre países e organismos internacionais. Dessa forma, os números disponíveis não capturam plenamente as dimensões qualitativas da migração, como os processos de adaptação, as experiências de exclusão ou as dinâmicas territoriais envolvidas.

Outro aspecto relevante diz respeito ao uso político desses dados. Em determinados contextos, números elevados podem ser mobilizados para justificar políticas restritivas e discursos de securitização, reforçando percepções de ameaça associadas aos migrantes e refugiados. Em outros, podem ser utilizados para fundamentar políticas de acolhimento e cooperação internacional. Isso evidencia que os dados não são neutros, mas inseridos em disputas discursivas que influenciam diretamente a governança migratória.

Diante disso, torna-se fundamental não apenas quantificar, mas qualificar a análise dos fluxos migratórios, compreendendo-os como fenômenos sociais totais, conforme indicado no texto, atravessados por dimensões econômicas, políticas, culturais e subjetivas. Tal perspectiva permite superar leituras reducionistas e reconhecer a centralidade do sujeito

migrante, suas experiências e suas estratégias de inserção nos territórios de destino.

Por fim, a problematização das categorias e dos números da migração internacional evidencia a necessidade de um olhar crítico e interdisciplinar sobre o fenômeno migratório. Mais do que estabelecer classificações rígidas ou reproduzir dados agregados, é imprescindível compreender as dinâmicas que produzem os deslocamentos e os efeitos que estes geram nos territórios de acolhimento. Assim, o debate desenvolvido neste subcapítulo fornece subsídios teóricos fundamentais para a análise das relações entre migração e desenvolvimento local, que será aprofundada na seção seguinte, ao considerar os impactos desses fluxos nas dinâmicas territoriais, sociais e institucionais.

3.4 Desenvolvimento Local

De acordo com estudiosos do tema (Ávila, 2000; Martin, 1999; Santos; Rodriguez-Garavito, 2006), o desenvolvimento local é um termo relativo aos processos atinentes à melhoria socioeconômica de um determinado local, processos estes que englobam fatores socioculturais, econômicos e ambientais. A premissa básica do desenvolvimento local repousa na concepção de que as localidades, em suas especificidades, são detentoras de recursos com potencial probabilidade de exploração econômica, que poderiam promover o bem-estar da comunidade local, agregando valor aos seus produtos, gerando renda e viabilizando melhores condições socioeconômicas.

No que diz respeito ao aspecto histórico, o conceito de desenvolvimento local guarda estreita relação com abordagens em que o crescimento econômico era a tônica, porém, com o passar do tempo, abordagens mais abrangentes foram sendo associadas ao conceito. Dessas novas abordagens, incluem-se as preocupações com o bem-estar social, a participação cidadã e a sustentabilidade (Breitbach, 2012).

Conforme Breitbach (2012), a área de estudos de organização industrial muito contribuiu com as discussões acerca do desenvolvimento econômico, principalmente nas últimas décadas. Nesse período, buscava-se, a partir de observações empíricas, associar ao exame teórico a atribuição da pequena empresa no cenário econômico. Os avanços em questão promoveram um maior alcance na elaboração de políticas públicas na esfera do desenvolvimento regional e local.

O desenvolvimento local tem sido amplamente discutido no âmbito estatal, especificamente no que diz respeito ao planejamento e à execução de políticas públicas nas esferas governamentais. Em verdade, esse processo se inicia na década de 1970, tendo como

base contextos de caráter autoritário e centralizador (Martins; Caldas, 2009).

Em verdade, muitos são os conceitos e definições que recaem sobre o desenvolvimento local enquanto categoria de análise. Não obstante, para Ávila (2000), o que mais representa a significação do conceito é aquele elaborado pela União Europeia, em 1995, nos seguintes termos:

El desarrollo local es el proceso reactivador de la economía y dinamizador de la sociedade local, mediante el aprovechamiento eficiente de los recursos endógenos existentes en una determinada zona, capaz de estimular y diversificar sú crecimiento económico, crear empleo y mejorar la calidad de vida de la comunidad local, siendo el resultado de um compromiso por el que se entiende el espacio como lugar de solidaridad activa, lo que implica cambios de actitudes y comportamientos de grupos e individuos.

Percebe-se que o desenvolvimento local busca melhorias econômicas para as pessoas localizadas em diversas comunidades, tentando, para tanto, utilizar os recursos de uma região para potencializar os ganhos financeiros e gerar renda para as famílias envolvidas nos processos produtivos. No entanto, tudo isso deve ser realizado sem impactar negativamente a natureza, sem comprometer as riquezas naturais, nem a fauna e a flora dessas regiões.

Contudo, salienta-se que, durante muito tempo, o conceito de desenvolvimento estava ligado apenas ao processo de crescimento econômico e produtivo de um país, no sentido de aumentar, progredir e se desenvolver economicamente. Nessa perspectiva, o desenvolvimento de uma sociedade era mensurado puramente pelo estágio econômico que esta atingia, atrelado a medidores como PIB, índices de rendimento, fatores de produção e exportação. Então, o alcance favorável desse estágio econômico comprovaria o desenvolvimento social de uma nação. Entretanto, Ávila (2000) questiona essa perspectiva de desenvolvimento puramente econômica, alegando que o desenvolvimento pleno implica medições qualitativas do processo de evolução econômica, e não somente o caráter quantitativo, alegando que: “No processo de desenvolvimento, o alvo central é o ser humano como artesão do seu êxito ou fracasso, pois se requer que cada um, ao se tornar responsável pelo seu próprio progresso, de toda a ordem e em todas as direções [...]”. (Ávila *et al.*, 2000, p. 23).

Sendo assim, é importante ver como as medições afetam e repercutem na população, pois mudanças quantitativas, como a capacitação de renda, não necessariamente convergem em transformações qualitativas para os indivíduos dessa sociedade, nos aspectos humanos e educacionais, por exemplo. Ávila (2000) ainda sugere que, no que preconiza o desenvolvimento, busca-se o conjunto — social e econômico — que caminha interativamente, para que, assim, o desenvolvimento ocorra na totalidade. Dessa forma, “as dimensões de concretude da vida humana: saúde, higiene, salubridade, trabalho, segurança, educação,

moradia, lazer, cultura, iniciativa, criatividade e congêneres” (Ávila, 2000, p. 25).

Sendo assim, no DL, a relação de desenvolvimento reflete a prosperidade de uma determinada comunidade que, por meio de ações protagonizadas por atores locais, transforma as relações culturais e humanas atreladas às relações econômicas em uma escala profunda e contínua. Aqui, as próprias comunidades, de forma endógena, organizam-se no âmbito social, envolvendo locais de trabalho, escolas, meio ambiente, organizações políticas e institucionais. Assim:

No processo de desenvolvimento, o alvo central é o ser humano como artesão do seu êxito ou fracasso, pois se requer que cada um, ao se tornar responsável pelo seu próprio progresso, de toda a ordem e em todas as direções, influencie o seu entorno como fonte irradiadora de mudanças, de evolução cultural, de dinamização tecnológica e de equilíbrio meio-ambiental [...] (Ávila 2000, p. 23).

Nantes e Castilho (2005) vão além do que é apresentado por Ávila e evidenciam que a força motora do processo de desenvolvimento não é puramente individual, mas sim coletiva. As transformações devem ser contínuas e autônomas dentro das comunidades, em que se revelam o sentimento de pertencimento e a solidariedade dos atores. Esses são a força motriz geradora da verdadeira mudança endógena, agindo verdadeiramente de dentro para fora e de fora para dentro. As autoras enfatizam que, nas comunidades, o termo ainda se relaciona com projetos inovadores e mobilizadores, que podem envolver todos os atores, articulando as potencialidades locais.

Segundo Brostolin (2007), sob a perspectiva do DL, as estratégias de promoção do desenvolvimento humano devem pautar-se na descentralização das ações, de modo a superar a centralidade da intervenção estatal e incorporar a participação ativa dos diferentes atores sociais. Nesse contexto, observa-se que planos nacionais de desenvolvimento tendem a apresentar limitações recorrentes, sobretudo em razão da exclusão dos próprios beneficiários nos processos de planejamento e implementação das políticas públicas.

Portanto, o desenvolvimento não se efetiva sem a consideração do ser humano em sua integralidade, compreendendo-o em suas dimensões social, cultural, econômica e política. Nessa perspectiva, torna-se fundamental promover o despertar da consciência crítica diante da realidade cotidiana, de modo a possibilitar que os indivíduos não apenas compreendam as estruturas que condicionam suas vivências, mas também atuem de forma ativa na sua transformação. Tal processo está intrinsecamente relacionado ao papel da educação, entendida como instrumento de emancipação e de formação cidadã, capaz de fomentar a autonomia, a participação social e o engajamento coletivo.

Diante do exposto, para se alcançar o desenvolvimento, é necessário visualizar o indivíduo em sua integridade e como pontua Brostolin (2007, p. 108):

Uma comunidade desenvolve-se quando torna dinâmicas suas potencialidades. E, para isso acontecer, é necessário a reunião de vários fatores, dentre eles, o nível educacional da população. É preciso a existência de pessoas com condições de tomar iniciativas, assumir responsabilidades e empreender novos negócios, buscando apoio no poder local e em outros níveis de governo, pois desenvolver implica sempre em mudanças e participação da sociedade.

Diante desse arcabouço teórico, torna-se necessário aprofundar a análise por meio da sistematização de subitens que examinem os conceitos estruturantes do DL, tais como espaço, lugar, território, sentimento de pertencimento, comunidade, atores locais e agentes de desenvolvimento. Esses elementos serão discutidos em articulação com as dinâmicas migratórias contemporâneas, buscando compreender como os fluxos migratórios reconfiguram territórios, redefinem relações sociais e influenciam processos de inserção e participação dos sujeitos migrantes nas comunidades de acolhimento

3.4.1 Espaço, local e lugar

Os termos espaço, local e lugar possuem conceitos amplos e, quando abordados no contexto do DL, assumem conotações ainda mais complexas. Vai ser no espaço que o desabrochamento das relações humanas acontece, é nele que ocorre a materialidade da vida que o anima, constituído por interações sociais.

Milton Santos (1999) elucida que o espaço é composto por um conjunto indissociável de sistemas de objetos e ações, que devem ser considerados de forma conjunta, como um quadro único no qual a história se dá. Sua formação ocorre com as movimentações interpessoais, atribuindo relações materiais e também de trocas sociais. Nessa análise, o espaço surge teoricamente da natureza pura, contemplada por objetos naturais que, com a intervenção humana, aos poucos, vão sendo substituídos por objetos artificiais, e sua dinâmica é a transformação.

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. (Santos, 1999, p. 39).

O espaço, então, aplica-se a um sistema de ações conjuntas das interações humanas

empregados na natureza humana, algo não estático, dialético, entre relações naturais e sociais. “O conceito de espaço reúne o mental e o cultural, o social e o histórico. Reconstituindo um processo complexo: descoberta (de espaços novos, desconhecidos, continentes ou o cosmos) — produção (da organização espacial própria a cada sociedade) [...]” (Lefebvre 2006, p. 9). O espaço se movimenta por meio de relações de trabalho, transporte e fluxos de produtos e matérias-primas, organizando-se nas relações de produção e forças produtivas, o que implica a participação de todos (Lefebvre, 2006).

Em concordância entre os autores, é no espaço onde acontecem as transformações humanas, tendo seu início na natureza pura até chegar à sua urbanização, isto é, os atores se apoderam dessa dimensão espacial, sendo possível sua territorialização futura. As noções de local e lugar estão relacionadas ao espaço vivido dos sujeitos, como se revelam suas representações identitárias, culturais e históricas no ambiente vivido.

Castilho (2013) acentua que o espaço se transforma em lugar a partir da vivência, no qual os atores se apropriam desse espaço natural em um processo de mudanças substanciais no campo físico e simbólico. Para Tuan (1977), os indivíduos atribuem significados e valores ao se organizarem nos espaços, e nesse aspecto, a compreensão de espaço e lugar é complementar: o espaço se transforma em lugar a partir do momento que nele atribui valor. “Na experiência, o significado de espaço frequentemente se funde com o de lugar. O que começa com espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor.” (Tuan 1977, p. 6).

Uma vez que os entrelaçamentos culturais e identitários dos grupos se desenrolam nos locais, cria-se o caminho para o estabelecimento do sentimento de pertencimento dos atores dentro das comunidades. Bailly (1995) explica que o lugar se manifesta pelo sentimento de pertencimento do grupo, em que o local só ganha sentido a partir do processo de geração de valores comuns.

Por fim, Raffestin (1993) aponta que o espaço é como o ambiente inicial, puro, preexiste a qualquer ação. Vai ser nele que as ações humanas vão se desenrolar, pois, uma vez nele inseridos, os indivíduos podem agir e dele se apoderar, abrindo espaço para o processo de territorialização. O espaço, portanto, “preexiste a qualquer ação. ‘Local’ de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar” (Raffestin, 1993, p. 144).

3.4.2 Território e territorialidade

Dialogando sobre as diferentes noções sobre território, inicia-se com a percepção de Raffestin (1993), que identifica que o território surge por meio da alteração do espaço pelos atores sociais, que se apoderam desse espaço concreto e abstrato, propiciando o processo de “territorialização”. Como sugere o autor, “o território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível” (Raffestin, 1993, p. 143). Assim, ressalta-se que o território é formado por diferentes relações sociais que surgem da interação humana. Esse território se torna um espaço marcado por diferentes fenômenos, como sentimento de pertença, relações de poder e controle que nele ocorrem. Nesse aspecto, o território é um espaço em que foram projetados energia, informação e trabalho.

Para Haesbaert (2004), o território se configura na categoria política, ligada às relações de poder, que são associadas aos setores institucionais do Estado, mas também nas relações de poder que ocorrem entre os indivíduos. Ponderam-se, nessa perspectiva, as dimensões culturais e simbólicas do território vivido e sua categoria econômica, que enxerga o território como fonte de recursos, local em que ocorrem o embate das classes sociais e as relações de trabalho.

Em acordo, Ávila pontua que o conceito de território é diferente do de espaço, contudo, esses interagem em seus sentidos:

Território e espaço se complementam em um todo bidimensional, o primeiro como base de sustentação e delimitação geofísica para que o segundo emergja e flua com configurações próprias de dinamismos fenomenológicos, inclusive vitais, nos limites do primeiro (Ávila, 2000, p. 30).

Dialogando com Haesbaert (2005, p. 4), “podemos então afirmar que o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” (Haesbaert, 2005, p. 4).

Quando esse processo de apropriação do espaço fixo se realiza de forma concreta, inicia-se o processo de territorialização do espaço. Assim, conforme Santos (1997), essa ação de territorialidade parte da autenticidade local, de ações coletivas promovidas pelos atores locais, envoltos pelo sentimento de pertencer de forma consciente a algo — um conjunto —, e parte de iniciativas efetivas para a emancipação deste local. Essas ações humanas, iniciadas em um determinado ambiente e em um espaço-tempo, possibilitam que esse espaço/lugar se modifique, criando características próprias e concebendo, agora, um território formado por

uma teia de relações. São essas transformações concretas que categorizam sua emancipação.

Ainda na mesma perspectiva de conceitos, Castilho (2013) complementa que o território é a extensão do espaço, formado pelas relações vividas nele. Entende-se que ele, constituído de vínculos simbólicos, culturais, econômicos e de poder, passa a ser agora o que gera o sentimento de pertença a partir do cotidiano vivido; isto é, os indivíduos reconhecem nele sua história e identidade. Em harmonia, Santos (2019, p. 43) afirma que o território que perpassa pelo processo de territorialização: “[...] pode ser considerado como um movimento que modifica as comunidades, com características de solidariedade e preponderância de relações primárias tão importantes para a composição da coletividade”.

Andrade (1995), abordando o território, destaca a ideia de poder e relembra que o território também está sujeito ao controle estabelecido pelo setor estatal ou pelas grandes empresas, que estendem sua teia de controle a essas grandes extensões, em que as relações humanas acontecem e, por isso, são influenciadas por esse controle. Essas relações de poder, marcadas pelo controle, afetam direta e indiretamente as possibilidades que os indivíduos têm de pertencer ou se sentir acolhidos nesses espaços.

As noções de espaço apresentadas acima são importantes, uma vez que conversam de forma direta com o campo do DL, destacando os papéis dos atores locais e das comunidades nos processos de pertencimento, territorialização, vivências e emancipação. Contudo, no contexto das migrações, devemos pensar o território não apenas na percepção de espaço fixo territorializado, mas também em sua concepção de mobilidade/trânsito, comum aos processos migratórios. A compreensão contemporânea da noção de território tem sido profundamente influenciada pelas discussões acerca dos fluxos⁷, das mobilidades e das interconexões culturais que atravessam os espaços sociais.

Nesse sentido, a perspectiva antropológica de autores como Lobo (2013), Routledge (2010) e Hannerz (1997) tem progressivamente deslocado o olhar de concepções estáticas de espaço para interpretações que enfatizam dinâmicas de circulação, relações e processos sociais em movimento. Dessa maneira, as sociedades atuais estão marcadas por intensos processos de mobilidade e interconexão, nos quais pessoas, objetos, informações e valores circulam continuamente em escalas diversas, reconfigurando as formas de organização social e espacial.

Nessa direção, o território vivenciado pelo migrante passa pelo fluxo em um espaço

⁷ Conforme Hannerz (1997, p. 10), o termo fluxo “[...] já se tornou transdisciplinar, um modo de fazer referência a coisas que não permanecem no seu lugar, a mobilidades e expansões variadas, à globalização em muitas dimensões”.

que não permanece fixo em um único lugar, mas que envolve mobilidades e expansões variadas em diferentes dimensões da vida social. Assim, o território trabalhado pode ser compreendido a partir de circuitos de circulação que envolvem fluxos de capital, trabalho, mercadorias, informações e imagens, configurando um cenário no qual múltiplos atores e instituições participam dessas dinâmicas de mobilidade. Hannerz (1997), ao trabalhar sobre fronteiras, fluxos e híbridos, ressaltou que, tratando-se de fluxos, a cultura se move entre correntes específicas, como o fluxo migratório, e introduz toda uma gama de modalidades. Entretanto, podem ocorrer de formas descontínuas entre pessoas, pelas relações que estão em constantes transformações.

A partir dessa perspectiva, o território deixa de ser compreendido exclusivamente como uma delimitação física ou administrativa, permitindo compreendê-lo como resultado de relações sociais em constante transformação. Nesse sentido, a cultura e os sistemas de significados não podem ser analisados como entidades estáticas, mas como processos dinâmicos que envolvem circulação, apropriação e recriação contínua.

Além disso, os territórios contemporâneos são constituídos por múltiplas escalas de interação. As trajetórias de indivíduos e grupos sociais frequentemente atravessam diferentes contextos geográficos e culturais, produzindo redes que conectam lugares distintos e redefinem os significados de pertencimento e identidade. Nesse sentido, as dinâmicas de circulação e deslocamento se tornam elementos fundamentais para compreender como se formam relações sociais, identidades e circuitos culturais em contextos marcados pela mobilidade. Freitas (2014), em resenha sobre vidas móveis de Routledge (2010), aponta que o autor elucida que os constantes avanços tecnológicos aumentaram significativamente o fluxo de pessoas e de informações. A globalização altera, de forma sem precedentes, as dimensões de tempo e espaço entre as pessoas e lugares, instituições, nações e culturas.

Em continuidade, o conceito de fluxo e globalização⁸ se tornam centrais para compreender as transformações nas formas de apropriação e organização do território. Autores como Bauman (1998) e Marc Augé (2010) analisam a mobilidade no contexto da globalização da economia, em que o processo migratório se expande e ganha dimensões inimagináveis e traz aspectos de trocas desiguais, economicamente e culturalmente, entre

⁸ A globalização conforme (Bauman, 1998) é um processo caracterizado pela intensificação das interconexões econômicas, sociais, políticas e culturais em escala mundial, marcado, sobretudo, pela ampliação da circulação de capitais, mercadorias, informações e pessoas entre diferentes regiões do planeta. O autor destaca que esse processo não ocorre de forma homogênea, pois, enquanto alguns grupos sociais possuem maior liberdade de mobilidade e acesso aos benefícios da globalização, outros permanecem limitados por fronteiras econômicas, políticas e sociais.

indivíduos.

Para Bauman, a globalização intensificou a mobilidade de capitais, informações e pessoas, produzindo um cenário marcado por profundas desigualdades entre aqueles que possuem liberdade de circulação e aqueles cuja mobilidade ocorre por necessidade ou imposição estrutural. Nesse sentido, o autor argumenta que a globalização gera uma divisão entre indivíduos “globalizados”, capazes de transitar livremente pelos espaços, e aqueles que permanecem restritos a condições precárias de deslocamento. Conforme Bauman (1998, p. 25), ao se questionar sobre os benefícios e malefícios da globalização, pondera-se que:

Ela emancipa certos seres humanos das restrições territoriais e torna extraterritoriais certos significados geradores de comunidade — ao mesmo tempo que desnuda o território, no qual outras pessoas continuam sendo confinadas, do seu significado e da sua capacidade de doar identidade. Para algumas pessoas ela augura uma liberdade sem precedentes face aos obstáculos físicos e uma capacidade inaudita de se mover e agir a distância. Para outras, pressagia a impossibilidade de domesticar e se apropriar da localidade da qual têm pouca chance de se libertar para mudar-se para outro lugar.

Quanto à migração e ao território, avançando as concepções abordadas pelos primeiros autores apresentados neste subtópico, as noções desses conceitos devem também ser compreendidas como parte das transformações estruturais da modernidade globalizada, na qual fluxos econômicos e políticos produzem deslocamentos populacionais em escala transnacional. Tais processos revelam as contradições da globalização, que, ao mesmo tempo, amplia conexões globais e intensifica processos de exclusão social.

Assim, Augé (2010) salienta que é importante perceber que, ao mesmo tempo que a globalização prevê a produção de um espaço de hiperconexão, de alta mobilidade, de pessoas, produtos, imagens e informações, ela também impõe um cenário desafiador, pois nas relações migratórias se revela a exclusão do migrante, que enfrenta uma fronteira física e política marcada pelo controle do Estado, na qual o migrante aparece como figura invisibilizada e fragilizada. Ademais, quando se pensa em território de acolhimento, deve-se levar em consideração as ideias supracitadas, em que as vivências nos territórios para o sujeito migrante são desafiadoras.

3.4.3 Comunidade e sentimento de pertencimento

Se no DL se prioriza o desenvolvimento pleno nos âmbitos econômicos, sociais, humanos, culturais e educacionais, em busca de transformações profundas e contínuas, as comunidades e os indivíduos, por intermédio do sentimento de pertencimento e do

protagonismo, são o foco dessa transformação.

Segundo Ávila (2000), o sentido de comunidade se configura por um agrupamento de pessoas que interagem e se articulam em relacionamentos primários, tais como os vínculos que os indivíduos formam entre eles e as cadeias de contatos, originadas e desenvolvidas ao longo do cotidiano vivido, de forma espontânea e informal. As secundárias, por sua vez, são pautadas em relacionamentos dentro das comunidades instituídas nas regras formais, tais como leis, normas, regimentos, regulamentos, etc. Esses são de controle externo, implicados na comunidade de forma exógena, sem seu controle direto.

Para o DL, a “comunidade ideal” — a desejada — é aquela em que as relações primárias se sobressaem sobre as secundárias ou, ao menos, haja estabilidade entre as duas. “A ‘comunidade média ideal’ para efeito do desenvolvimento local é aquela *stricto sensu* em que haja certa (não exagerada) preponderância dos relacionamentos primários sobre os secundários ou no máximo se conste o equilíbrio entre essas duas categorias” (Ávila, 2000, p. 33). Por efeito, o desenvolvimento esperado necessita ser endógeno (de dentro para fora da comunidade) e sobrepujar o desenvolvimento de caráter exógeno (de fora para dentro da comunidade). O ideal é que o processo de desenvolvimento se dê de dentro para fora e de fora para dentro, relacionando-se de forma democrática.

Nesse modelo de comunidade, compartilham-se os interesses, os objetivos e os sentimentos em comum, bem como partilham-se laços de coesão entre os indivíduos. Esses são os elos fundamentais para se criar um sentimento de pertencimento das comunidades nos territórios em um efeito de emancipação que parte dos próprios atores locais, constituindo um sentido de pertencer a uma coletividade, estar ligado a um lugar.

Quando o sentimento de pertença se desabrocha dentro das comunidades, ele é capaz de contagiar os atores locais, sendo fundamental para a participação e o envolvimento destes nos movimentos de mudança, propiciando a união comunitária. Neste aspecto, o sentimento de pertença se torna crucial para que os indivíduos dentro das comunidades se sintam parte do processo de desenvolvimento e, assim, mobilizem-se frente ao cotidiano vivido. “O sentimento de pertencimento é uma grande ferramenta para o verdadeiro desabrochar do DL, além de despertar e criar a identidade do ator com as estruturas de cultura, crenças, valores e forma de vida da comunidade, desperta a iniciativa de participação sobre o futuro da comunidade” (Nantes; Castilho 2015, p. 40).

Quando os sujeitos interagem dentro de espaços, lugares e territórios, desabrocham-se as manifestações econômicas, culturais e identitárias, que, na perspectiva de Nantes e Castilho (2015, p. 34):

O sentimento de pertencimento nos projeta a escolher aquela comunidade, aquele projeto, aquele lugar, sob o olhar dos conceitos de desenvolvimento local, que contribuem para o desabrochamento do sentimento de pertencimento que passou de espaço para território e lugar, respeitando a cultura, o histórico passado e a situação econômica de cada lugar.

Para Le Bourlegat (2006), cada espaço de vida é um lugar existencial em que é possível o amadurecimento dos sentimentos de afetividade e de pertencimento. Esses espaços serão animados por relações familiares, comunitárias e societárias. Trabalhando o sentimento de pertença, possibilita-se o despertar dos membros da comunidade, por meio de ações que garantam seu futuro e sobrevivência. Observam-se os relacionamentos afetivos traçados na solidariedade, elemento fundamental e indispensável para que ocorra o desenvolvimento local.

3.4.4 Atores locais e agente de Desenvolvimento Local

As comunidades são vividas pelos indivíduos, entretanto, não podemos categorizar e utilizar como sinônimos os termos “atores locais”, “indivíduos” ou “sujeitos”. Os atores locais são aqueles que, de forma ativa e consciente, agem frente ao seu cotidiano vivido, de forma emancipadora, sendo protagonistas do seu processo de desenvolvimento. Ele não está alheio às ações que atingem a sua comunidade — não é produto, e sim produtor — é aquele que, de forma colaborativa, assumindo e dividindo riscos, participa da cocriação de respostas para as problemáticas encontradas em seu território. Por esse motivo, o DL faz ressalvas a ações puramente assistencialistas, que colocam os atores unicamente como receptores de ações externas, produto do desenvolvimento, alheios às ações e meros receptores.

Os agentes de DL são aqueles que mobilizam os recursos e as potencialidades locais para a promoção e o desenvolvimento das comunidades. Almejam a implementação do DL de forma endógena e emancipatória, agindo como intermediadores da comunidade, para esta ser agente-agenciadora de seu próprio desenvolvimento. Não são aqueles que carregam consigo todas as respostas, muito menos se comportam como salvadores dessas comunidades; pelo contrário, posicionam-se como agentes-agenciadores, intermediadores e pedagogos comunitários.

Conforme Ávila (2000), o agente de DL se caracteriza como um indivíduo que realiza função estratégica de implementação do DL e que age conforme os princípios estabelecidos pelo campo teórico da área. Atua na intermediação entre a comunidade no seu próprio processo de desenvolvimento, caracterizado de forma endógena, de dentro para fora, e e

exógena, de fora para dentro.

Essa abordagem é importante, pois propicia à comunidade o desenvolvimento de suas potencialidades. “Diz-se que uma comunidade se desenvolve quando torna dinâmicas suas potencialidades. E, para isso acontecer, é necessária a reunião de vários fatores, dentre eles, o nível educacional da população” (Brostolin 2007, p. 108). Castells (2003) defende que as comunidades locais são estruturadas pela interação coletiva, formando, assim, sua própria identidade local, fazendo uso dessa estrutura para criar uma reação defensiva ao atual contexto social da globalização.

3.5 Escuta e acolhimento

O início da discussão sobre acolhimento perpassa pelo sentido do ato de acolher, em que a construção do conceito, apesar de parecer uma palavra comum de nosso idioma, percorre a complexidade dessa ação. O acolhimento, conforme a perspectiva desse estudo, deve ser tratado na sua concepção mais profunda e diversificada, que envolve o ser humano.

Os estudos sobre o sentido de acolhimento são amplamente discutidos na área da saúde, ligados à prática de acolher pacientes. Contudo, essa ação necessita de atenção, pois é necessário trabalhar as diferentes relações de acolhimento, designadas nos diversos espaços sociais produzidos pela relação humana. Nesse sentido, nas fronteiras delimitadas pelas nações detentoras da hegemonia das suas fronteiras, o paradigma do acolher o indivíduo, em grande parte das situações, é reduzido a meros parâmetros legais, ficando a segundo plano os aspectos fundamentais da humanidade e da subjetividade das comunidades que se relacionam com esses territórios. Por isso, pela ótica do DL, as nuances do acolhimento tomam caminhos específicos com base na escuta qualificada, na atuação do agente de DL e na participação efetiva dos atores, como abordado nos excertos seguintes.

O entendimento sobre o termo acolhimento apresentado no Dicionário Aurélio relaciona o conceito a partir de “ato/ação realizada”. Retiram-se, então, as seguintes percepções:

ACOLHIMENTO é o ato ou efeito de acolher, recepção. Atenção, consideração. Refúgio, abrigo, agasalho. ACOLHER significa dar agasalho ou acolhida a; hospedar. Atender; receber. Dar crédito a dar ouvidos a. Admitir, aceitar. Tomar em consideração. Agasalhar-se, hospedar-se. Abrigar-se, recolher-se (Ferreira, 2004, p. 27).

Portanto, a primeira percepção apresentada, com base no Dicionário Aurélio, sugere que o acolhimento é um ato — de recepcionar, prover abrigo e refúgio — a algo ou alguém.

Percebe-se a atenção necessária ao cuidado humano, em que o acolhimento se desenrola no ato, na prática em si, quase como um processo, ainda que não completo. Esse sentido de complexidade do processo só será adicionado pelos autores seguintes.

Matumoto (1998) aborda o acolhimento não apenas como recepção, mas destaca seu valor processual, que deve ser realizado por todos de maneira humanizada, dando crédito àquilo que o outro traz, escutando-o e entendendo sua queixa como algo digno de atenção. No mesmo sentido processual, Ferreira (2009) pontua que seu significado está na busca pela humanização e na garantia de resolução de problemas dos usuários de forma efetiva, com uma postura capaz de acolher, escutar e entregar respostas adequadas.

Em acréscimo, acolher está atrelado ao fator “resolução de problemas” de indivíduos, em que a ação de acolher se desenrola na escuta, no atendimento e na garantia de acesso a serviços e direitos básicos. Solla (2005) colabora ao tratar do assunto na área da saúde, preocupando-se com a garantia de acesso a todas as pessoas, em que, por meio da escuta qualificada de seus problemas, torna-se possível a transposição/resolução efetiva de obstáculos. Em conformidade, Ferreira (2009, p. 21) assevera que “o acolhimento permite produzir condições de equidade na utilização dos serviços de saúde, desencadeando ações e ordenamento da oferta de serviços, otimizando os recursos existentes para responder às reais necessidades de saúde da população, com maior resolução” (Ferreira, 2009, p. 21).

Em vista disso, autores que trabalham sobre o tema em diferentes áreas do conhecimento relacionam o acolhimento e o seu sentido de busca pela equidade ao acesso a serviços públicos. Porém, o conceito expressamente trabalhado dentro da área da saúde possibilita pensar a ação como uma atitude ligada à busca pela equidade dos indivíduos dentro dos territórios, visando a um processo de humanização. Volta aqui a importância dada ao processo, não somente a um ato pontual, prezando pelo sentido da promoção à humanização em seus diferentes espaços de ocupação, entendendo o próximo como uma figura humana dotada de direitos básicos, que demanda atividades de médio e longo prazo.

Outro sentido do termo foi o trabalhado no conceito religioso desenvolvido pela Igreja Católica, discutindo que essa ação surge dos ensinamentos de Cristo. Gasques (1996) aponta que o acolhimento tem sua origem na palavra de Jesus, aparecendo como sinônimo de buscar e acolher os excluídos, assim como de vencer obstáculos e despertar a necessidade de mudança de vida. Almejam-se, então, as transformações profundas, por meio de valores a partir dos valores, entendendo o significado da vida. Essa percepção religiosa, conforme Ferreira (2009), traz elementos importantes, pois parte, sobretudo, da premissa da valorização humana e da tomada de uma postura mais solidária e respeitosa com o outro em ações

solidárias, mas não necessariamente processuais.

O acolhimento também se resulta no sentido de cuidado, e como identifica o Manual de atendimento jurídico a migrantes e refugiados (2022, p. 13), nos contextos sociojurídicos, “podemos dizer que o termo ‘cuidado’ corresponde às ações, pautadas em um pensamento reflexivo e responsável, que têm como objetivo a garantia de direitos para melhoria da qualidade de vida e redução de riscos pessoal e social dos assistidos”.

Nota-se que as diferentes noções sobre acolhimento podem compreender significados amplos e complexos, porém, como verificado anteriormente, o DL visa a um tipo específico de acolhimento, aquele praticado pelos agentes de DL, que segue alguns preceitos. O ideal é que esse seja pautado em princípios como a escuta qualificada, o fortalecimento das redes, a resolução de problemas, partindo da necessidade dos atores, a exaltação das potencialidades locais e o protagonismo dos atores na sua emancipação.

Essa preocupação vem de uma demanda do acolhimento que a contemporaneidade exige, sendo uma necessidade real dentro dos territórios, nos quais sociedades formadas por grupos heterogêneos, de diferentes realidades econômicas, culturais e sociais, demandam a integração efetiva de indivíduos dentro dessas sociedades. Nesse aspecto, foram construídas, nas últimas décadas, inúmeras ações para acolhimento em esferas políticas e sociais, organizadas por setores públicos, privados e pela comunidade civil.

Como exemplo, no Brasil, a política humanitária referente aos migrantes é responsável pelo acolhimento desses estrangeiros no país. A política em questão envolve processos que realizam escuta qualificada; promovem acesso a serviços de assistência social — por meio do Centro de Referência da Assistência Social (Cras) e do Sistema Único de Assistência Social (Suas) — e realizam apoio institucional nas dinâmicas burocráticas necessárias à regulamentação da condição civil dos migrantes, providenciando acesso à documentação e buscando integração socioeconômica dessas pessoas.

Para viabilizar esse processo de acolhimento, faz-se necessário um esforço conjunto que congrega diferentes frentes de trabalho, desde o processo inicial de acolhida dos migrantes na chegada ao país até sua inserção e consequente integração na sociedade receptora. Essa dinâmica de ação exige tempo e consome recursos, portanto, são imprescindíveis a colaboração e o envolvimento direto do poder público, especialmente de organizações da sociedade civil, como o Acnur.

O Brasil, apesar dos problemas enfrentados no que diz respeito à efetiva implementação de políticas públicas de acolhimento, tem envidado esforços no sentido de promover o acolhimento a migrantes que chegam ao país. Muitos desses esforços têm na Lei

de Migração (Lei nº 13.445/2017) sua sustentação legal, tendo em vista que é esta que objetiva a salvaguarda, a promoção e a interação socioeconômica desses indivíduos em solo brasileiro.

Um ponto no qual o Brasil tem investido, no que tange às políticas de recepção de migrantes, é o acolhimento humanitário, notadamente por meio da elaboração de uma Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apátrida⁹, formalizada pela Lei nº 13.445/2017 (Brasil, 2017). Outra ação adotada pelo País se refere à criação e ao desenvolvimento de movimentos que visem à integração de migrantes por meio da colaboração entre os poderes públicos (federal, estaduais e municipais), com a participação efetiva da sociedade civil e de organizações internacionais.

Iniciativas nesse sentido podem ser verificadas na implementação de programas como o Visto Humanitário para afegãos e a Operação Acolhida, que são, entre outros, exemplos ilustrativos dos esforços realizados para promover, da melhor forma possível, acolhimento e interiorização de estrangeiros migrantes no Brasil. Mas o Brasil não tem se preocupado somente com os migrantes, mas também com os emigrantes, aqueles brasileiros que, por diversos motivos resolveram, sair do País.

Os brasileiros costumam emigrar desde de década de 1970, quase sempre em busca de melhores condições e oportunidades em outros países, como o caso da emigração para o Paraguai, “cuja lógica está diretamente relacionada à expansão da fronteira agrícola brasileira, sobretudo ao cultivo da soja e à criação de gado, e também à própria política paraguaia de atração de imigrantes” (Reis, 2011, p. 48).

Desde meados da década de 1980, o Brasil tem alterado sua relação com seus nacionais emigrantes, buscando promover políticas públicas que visem à proteção dessas pessoas mesmo fora do país. Mas nem sempre essa preocupação esteve presente na agenda dos representantes do povo, tendo sido, por muito tempo, negligenciada a presença de brasileiros em território estrangeiro.

Com a crescente preocupação com seus nacionais em terras estrangeiras, o Brasil se dedicou, a partir da década de 1980, conforme mencionado, ao fortalecimento dos laços entre o país e os emigrantes ao redor do mundo (Sales, 1999; Sprandel, 2010). De acordo com Reis

⁹ Apátridas são pessoas que não possuem nenhuma nacionalidade e que não são consideradas nacionais de nenhum país. A apátrida pode ocorrer por discriminação contra minorias, por falhas no reconhecimento das e dos residentes de um país como cidadãos quando há uma secessão, ou seja, um país se torna independente, ou quando há conflito de leis entre países. Normalmente, são pessoas que costumam sofrer severas perseguições e privações, e muitas vezes o problema dessas pessoas se torna “invisível”. Muitas não podem frequentar escolas, ir a médicos, acessar o mercado de trabalho, ter uma conta em banco, uma casa ou mesmo se casar. Dados da ONU mostram que ao menos 10 milhões de pessoas no mundo se encontram nessa situação (Acnur, 2021; IMDH, MigraMundo e FICAS, 2019; OIM, 2021). (2022, p. 7)

(2011, p. 50),

No plano institucional, a primeira medida de importância para os brasileiros no exterior se deu em 1995, quando o então ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, implementou o Programa de Apoio aos Brasileiros no Exterior, que consistia basicamente na criação dos chamados “consulados itinerantes” para atender a regiões nas quais a presença brasileira vinha crescendo. Em **Brasileiros longe de casa**, a socióloga Teresa Sales (1999) destaca a importância dessa iniciativa para impulsionar a organização dos brasileiros na cidade de Boston em meados dos anos 1990. Os consulados itinerantes continuam a funcionar. Só no ano passado, de acordo com o MRE (s/d): “Foram realizados ao longo de 2010, pela rede consular brasileira, um total de 284 consulados itinerantes, espalhados em 21 países; 159 cidades, com atendimento de um total de 33.898 nacionais brasileiros e processamento de 37.109 documentos diversos”.

Portanto, apesar de o Brasil estar bem aquém do ideal no que diz respeito ao acolhimento de estrangeiros, é inegável que existem esforços no sentido de melhorar as condições de vida de indivíduos estrangeiros em território brasileiro. Outro fator a ser levado em consideração quando se analisam as políticas públicas em relação aos migrantes são as características de incerteza dos eventos que desencadeiam processos migratórios em determinados países.

Não tem como prever, pelo menos não com antecedência suficiente para melhor preparar o país, as ondas migratórias que podem, de repente, assolar o continente sul-americano. Mesmo sendo possível a previsão, adotar, em curto prazo, políticas públicas que contemplem as necessidades dos migrantes é um processo por demais caro, com consequências muito expressivas para a economia do país de destino desses contingentes migratórios.

Assim, notabiliza-se a descontinuidade de ações concretas, talvez pelo modo/modelo de implementação das ações, focadas em intervenções vindas de cima para baixo (*top-down*) e pelo fator unicamente assistencialista de grande parte delas. Dessa forma, nessa realidade, os problemas territoriais atingem diferentes grupos sociais, gerando sentimento de marginalização, fazendo com que indivíduos se sintam deslocados dentro do seu próprio território, sem de fato se apropriarem dele. Nesse quadro, os princípios elaborados na tese apontam que a tarefa do agente de DL é utilizar o aporte teórico do seu campo de estudo para estabelecer a promoção das comunidades, propondo o real acolhimento e desenvolvimento dentro desses espaços.

O processo de acolhimento perpassa por diferentes etapas, mas, para ser efetivo, é preciso que alguns caminhos sejam seguidos. Vale ressaltar que os preceitos discutidos visam

à compreensão de práticas coletivas aplicadas ao contexto da migração. Em análise, acredita-se que os caminhos mais consistentes encontrados, que respeitam as ideias presentes no DL, se colocados em prática de forma efetiva, podem auxiliar não somente os agentes, mas toda uma rede interessada no processo de acolhimento.

Posto isso, para que ocorra o acolhimento no território, é necessário, a priori, identificar o ator/comunidade foco — o sujeito migrante — em que as ações do agente serão aplicadas, identificando também em qual território estão inseridas — neste caso, o Estado de Mato Grosso do Sul. Observa-se que só nessa primeira ação grande quantidade de esforço é destinada, pois é necessário conhecer e estudar profundamente o seu ator, para que não ocorra no processo de acolhimento a criação de novos empecilhos em vez da solução dos já existentes, que, a longo prazo, não possam ser revertidos. Para evitar essas situações, é salutar que o agente analise sistematicamente o processo histórico, cultural, econômico e social de seu ator, compreendendo o encadeamento que o levou a aquele determinado espaço ocupado.

É possível chegar nesse caminho por meio de pesquisas de campo, entrevistas, questionários, histórias de vida e estudos etnográficos, que podem ajudar a conhecer a fundo o contexto desejado, pois erros na perspectiva cultural podem afastar definitivamente o agente de seu público. Portanto, o acolhimento no território perpassa, sobretudo, pela escuta qualificada do público estudado, a fim de evitar tais cenários.

Matumoto (1998) aponta que, na escuta qualificada, é preciso estar atento a todo tipo de expressão das necessidades dos indivíduos, seja por meio da comunicação verbal, não verbal, corporal, de expressão facial, seja na busca de encontrar as necessidades provenientes dos atores. Nesse ínterim, a escuta realizada deve ultrapassar a capacitação das mensagens verbais, buscando o significado além do falado, no qual se anseia um maior entendimento das necessidades dos atores locais e se faz portadora das possibilidades de satisfazê-las. Será por meio desse processo que se torna possível a observação das potencialidades dos atores nas comunidades. Cabe ao agente de DL, em seu estudo, identificar as adversidades a serem resolvidas e captar as potencialidades existentes nessa comunidade para a possível resolução. É necessário captar as causas de exclusão e entender como os atores em conjunto podem participar de forma efetiva em seu processo de acolhimento.

Consoante a Teixeira (2003), a escuta no acolhimento se caracteriza como uma técnica de conversa capaz de proporcionar a busca de uma maior “ciência” das necessidades que o indivíduo traz consigo e das possibilidades e dos modos de transpassá-las. Nesse aspecto, a assimilação das potencialidades se entende, conforme Ferro (2003, p. 36):

A pequena importância destinada ao local, sobre as questões

desenvolvimentistas, ao grande questionamento sobre a possibilidade de analisar se a comunidade pode, quer ou possui algo latente capaz de promover e/ou desencadear o processo de desenvolvimento, a isso chamamos potencialidade.

Se acrescenta que o acolhimento no território ocorrerá de forma satisfatória, quando trabalhado de forma corresponsável e cooperativa, produzindo o fortalecimento da autonomia dos atores locais nesses espaços. Nesse sentido, para que ocorra de fato o acolhimento no território, como preza o DL, é preciso trabalhar em rede — trabalhando as hélices do desenvolvimento — tendo envolvimento da universidade, da sociedade civil, do setor público, de empresas e do ambiente, como será explicado no tópico 3.6 Inovação Aberta 2.0, conceito evidenciado dentro das perspectivas do DL.

3.6 O papel da Universidade na integração de imigrantes e refugiados

As universidades exercem papel relevante no que tange à integração e ao fortalecimento identitário de migrantes e refugiados, dado que atuam como suportes ao aprendizado da língua nativa do país acolhedor. à formação acadêmica e à oferta de qualificação para o mercado de trabalho. Além disso, promovem intercâmbios culturais e, com isso, possibilitam transformação sociocultural e cidadania (Rocha, 2022; Rodrigues, 2021). No Brasil, os migrantes e refugiados encontram portas abertas nas universidades brasileiras, notadamente por meio de processos seletivos específicos — geralmente, sob os cuidados da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM) do Acnur.

Rodrigues (2021) enfatiza o fato de que a educação, no que diz respeito à hospitalidade, entende a pessoa migrante não como mão de obra a ser explorada, não pela eventual utilidade que representa ao país no qual se encontra, mas pela sua condição humana, que, acima de todos os interesses, merece respeito e dignidade. O autor reforça que a educação, nesse contexto, é imprescindível aos refugiados, para salvaguardar-lhes o acesso à instrução como componente fundamental à integração social, econômica e cultural. Mas a hospitalidade, no que concerne ao ensino superior, não se restringe a receber, acolher; tem a ver com a elaboração de políticas públicas de caráter institucional que visem promover a inserção dos refugiados, como a disponibilidade de vagas específicas e a concessão de bolsas de estudo e apoio psicossocial (Rodrigues, 2021).

Ainda quanto à universidade e ao seu papel social em relação aos migrantes e refugiados, existe a prestação de serviços relacionados ao apoio jurídico e psicossocial. Esses serviços geralmente são prestados por meio de projetos de extensão, em que são oferecidas

assistência jurídica e atenção psicossocial gratuitas, projetos que auxiliam os migrantes a lidar minimamente com questões legais e dirimir o trauma da migração (Nascimento, 2022).

Outro aspecto de vital importância em relação ao papel das universidades é a produção de conhecimento que tais instituições realizam, contribuindo sobremaneira para a elaboração de políticas públicas que têm como objeto os migrantes e refugiados. Essa produção intelectual e técnica das instituições de ensino superior resulta de pesquisas e estudos cujos dados alicerçam uma gama variada de ações por parte do Estado, servindo ainda para promover maior sensibilização sobre o tema na sociedade na qual os migrantes e refugiados estão inseridos. Tais conhecimentos veiculam de forma didática as realidades vivenciadas por estes indivíduos no país que os acolhe, gerando empatia e facultando políticas públicas que objetivam o combate à xenofobia, o que desencadeia a criação de uma cultura de acolhimento nas comunidades locais (Oliveira; Giroto; Paula, 2024).

No que diz respeito ao desenvolvimento local, essa influência do ensino superior na realidade de migrantes e refugiados auxilia o crescimento econômico da região, posto que movimenta a economia e facilita a integração social, além de combater o desemprego que acomete indivíduos estrangeiros. Outro papel importante das universidades é a revalidação de diplomas dos países de origem dos migrantes e refugiados, dirimindo, desse modo, o subemprego de profissionais qualificados. Em verdade, é preciso reconhecer que o papel das universidades vai muito além da oferta de educação formal, visto que as ações empreendidas pelos estabelecimentos de ensino superior acabam por promover a cidadania ativa e a solidariedade, contribuindo sobremaneira para a construção de grupos humanos mais justos e mais propensos à inclusão de migrantes e refugiados.

Em Campo Grande, estado de Mato Grosso do Sul, algumas iniciativas têm sido tomadas no sentido de auxiliar os migrantes e refugiados. A Uems tem prestado assistência aos migrantes por meio do programa Uems Acolhe, implantado em 2017. Graças a essa ação, muitos migrantes e refugiados, como venezuelanos, têm acessado cursos de língua portuguesa, bem como outros cursos voltados à capacitação técnica desses indivíduos, eventos que serão descritos posteriormente.

3.7 Inovação Aberta 2.0 no ecossistema de inovação em rede

A IA2 se fundamenta nos pressupostos teóricos da Inovação Aberta tradicional, contudo, amplia essa abordagem ao enfatizar processos de inovação centrados no usuário, bem como ao reconhecer a relevância dos ecossistemas colaborativos de inovação em rede

como elementos estruturantes para a geração, a circulação e a aplicação do conhecimento. A IA2 traz um novo olhar para a inovação, baseado em princípios de colaboração integrada e valor compartilhado e cocriado, tendo como característica os ecossistemas de inovação que cultivam tecnologias exponenciais de adoção extrarrápida.

A sua essência é a experimentação multidisciplinar, com pesquisa colaborativa que irá acelerar o processo inovador e melhorar a qualidade de seus resultados por intermédio do papel ativo das partes interessadas. A Inovação Aberta é centrada no valor compartilhado e na visão compartilhada, buscando a prosperidade sustentável e a melhoria do bem-estar humano. Como regra, seu sucesso é caracterizado em função de quão bem e mais rapidamente são adotados os ecossistemas de inovação — inovação essa orientada para e pelo usuário¹⁰ —, adicionando a governança colaborativa, com base nas cinco hélices do desenvolvimento.

Com isso, os ecossistemas de inovação em rede são, em comparação às afirmações de Hamad *et al.* (2015), um ecossistema formado pelas interações de indivíduos em relacionamentos complexos, que buscam a viabilização do desenvolvimento da inovação com repercussão social. Os ecossistemas de inovação são construídos por uma rede de relações na qual a informação e o talento tomam destaque em processos cocriativos.

Segundo Teixeira *et al.* (2017), o ecossistema de inovação é formado por um sistema interorganizacional que contempla ligações entre todos os participantes, nas quais essas ligações mostram um fluxo de valor e conhecimento, descrito como um sistema dinâmico, composto por pessoas e instituições interconectadas.

Os ecossistemas de inovação se constituem num conjunto de indivíduos, comunidades, organizações, recursos materiais, normas e políticas por meio de universidades, governo, institutos de pesquisa, laboratórios, pequenas e grandes empresas e os mercados financeiros numa determinada região, que trabalham de modo coletivo a fim de permitir os fluxos de conhecimento, amparando o desenvolvimento tecnológico e gerando inovação para o mercado (Wessner, 2007 *apud* Teixeira, 2017, p. 6).

Os ecossistemas de inovação em rede se caracterizam como sistemas interconectados, compostos por diversos atores institucionais, como universidades, empresas, governo e organizações da sociedade. Nesse ambiente, as relações colaborativas e a interdependência entre os participantes possibilitam a circulação de conhecimento, informações e recursos estratégicos. A estrutura em rede favorece processos de cooperação e aprendizagem coletiva, fundamentais para a geração de soluções inovadoras. Assim, a inovação é concebida como resultado da interação contínua entre os diferentes agentes que compõem o ecossistema,

¹⁰ Ressalta-se que os “usuários” destacados na pesquisa se revelam como os migrantes, principais beneficiários das ações de acolhimento.

contribuindo para o desenvolvimento tecnológico e econômico.

Nesse quadro, este subtópico versa sobre as perspectivas e os olhares da Inovação Aberta, discutindo como ela pode colaborar para a elaboração de ações destinadas a migrantes, mais inclusivas e acolhedoras. Nesse sentido, na IA2, valoriza-se a mudança nos produtos, priorizando um processo participativo, com inovação disruptiva e/ou catalítica, com foco no bem-estar humano. Em vista disso, entendem-se as ações formuladas pelas universidades como um produto, a ser entregue ao usuário (refugiado/migrante). Sendo assim, define-se que, para ocorrerem ações mais inclusivas nas IES, é necessário trazer para o processo de sua formulação não somente a academia, representada muitas vezes pelo colegiado da instituição, mas também o seu usuário final e as demais partes interessadas que fazem parte do cenário migratório.

Por esse motivo, o foco central é, de alguma forma, colaborar para o quadro atual das ações das IES, colaborando para as problemáticas existentes na sua implementação. Por conseguinte, por meio de preceitos, propõe-se a melhoria das ações, tendo como base os princípios da Inovação aberta 2.0, que trará soluções criativas alcançadas não somente pelos pesquisadores, mas principalmente pelos protagonistas, que são os refugiados/migrantes. Isto posto, será denotado que, na Inovação Aberta, governo, academia, empresa e sociedade civil trabalham em conjunto, compartilhando valores, riscos, ideias e conhecimentos, para o melhoramento de produtos e serviços. Espera-se, então, que esses preceitos possam ser instrumento, um mecanismo real e diário a ser usado pelas universidade (mas não somente por elas), para o exercício da melhoria das ações.

Consoante a Curley e Salmelin (2014), na era do conhecimento e da responsabilidade ecológica, torna-se necessária a prática de ações globais que lidem melhor com as demandas de um mundo globalizado de maneira mais criativa e sustentável. Nessa nova perspectiva, para o enfrentamento dos novos desafios crescentes de atuação conjunta, os caminhos de inovação passam a ser motor do dinamismo para soluções criativas. Para tanto, soluções mais criativas são buscadas em diferentes áreas da sociedade, ressaltando-se a necessidade da atuação em rede e da aprendizagem interativa para o enfrentamento das problemáticas contemporâneas.

Esse é o cenário em o que modela os processos de desenvolvimento e inovação, são ações focadas em soluções inovativas, que possam ser trabalhadas com diferentes grupos interessados na resolução dos problemas. No modelo de IA2, adota-se a prerrogativa da impossibilidade de as instituições agirem de forma isolada, com decisões tomadas de cima para baixo, em que os processos inovativos agem de forma lenta, com baixa adesão de seus

destinatários. Por conclusão, o sucesso da IA2 se caracteriza por quão bem e rápido uma inovação é adotada pelo usuário e pela aplicação consistente dos seus conceitos.

Relevantes para esse modelo são os princípios de valor e visão compartilhados. Segundo Porter e Kramer (2011), o valor compartilhado é um conceito em que a empresa e a comunidade geram valores não somente econômicos, mas também de bem-estar para a sociedade, criando mecanismos para o enfrentamento dos desafios de forma sustentável. Curley e Salmelin (2013) apontam que o valor compartilhado traz benefícios a todos, por meio de novos bens e serviços em um processo de ganha-ganha, que beneficia empresas, universidades, governo e a sociedade civil.

A virada de chave da IA2 está na inovação, que agora passa a ser encarada como a produção de ideias ajustada às necessidades do usuário. Curley e Salmelin (2013) compreendem que a verdadeira inovação acontece quando o usuário se torna cocriador desse valor, participando no processo ativo da inovação do produto, e não apenas na parte final como receptor, passivo.

Destarte, para que haja a Inovação Aberta, as ideias devem percorrer as diferentes instituições, nas quais diversos participantes cooperam e cocriam novos produtos, dividindo riscos e ideias. Essa adaptação de ideias parte da criação de produtos ou serviços já existentes, de forma ajustada às necessidades específicas do usuário, em que as respostas surgem por meio de soluções sociais inovadoras fundamentais para a vida e o bem-estar coletivos, com colaboração, diálogo e aprendizagem interativa.

Curley e Salmelin (2013) pontuam que, nesse processo, ocorre uma extensa rede de colaboração cocriativa com os atores da sociedade, em que o compartilhamento em rede permitirá a resolução de problemas com base na inovação em uma escala maior. Ideias compartilhadas e confiança mútua são o perfil de quem pensa nesse modelo. A interação é intensa e deve ocorrer de todos os lados ativamente.

Outra característica é os modelos de hélice quádrupla e hélice quántupla aplicados. Mineiro *et al.* (2018) aludem que o conceito de hélice quádrupla consiste em uma perspectiva de inovação que envolve a interação entre empresas, universidade, governo e sociedade civil. Dado isso, produtos, serviços e soluções devem ser trabalhados em conjunto por essas quatro esferas, que, por consequência, dividem lucros, conhecimentos, ideias, ganhos e perdas, com envolvimento singular da sociedade civil, representada pelo usuário, que possui papel de protagonista co-desenvolvedor, caracterizando um modelo interacional que impulsiona o desenvolvimento.

Na abordagem da quántupla hélice, Mineiro *et al.* (2018) incorporam a dimensão

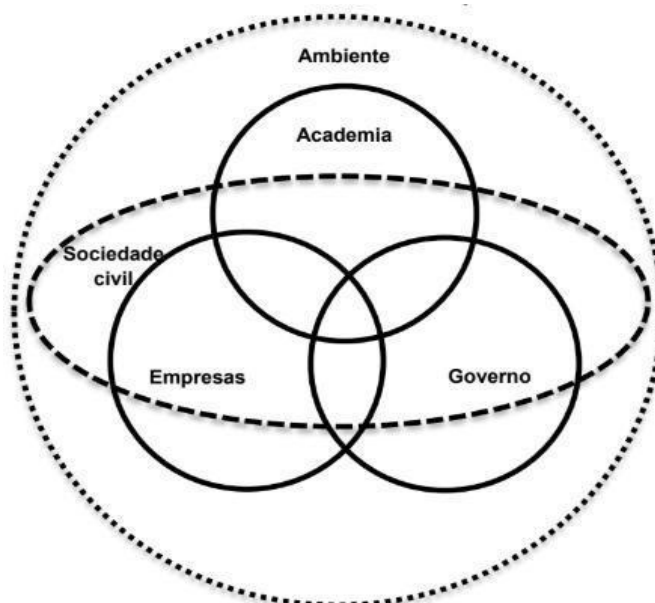
ambiental ao modelo, que passa a ser composto por empresa, universidade, governo, sociedade civil e ambiente. Nesse contexto, as preocupações com o equilíbrio sustentável do desenvolvimento são integradas ao modelo interacional, tornando-se elementos constitutivos do processo.

As soluções inovativas, agora, pensam também na responsabilidade ecológica e nos desafios ambientais inseridos no bem-estar humano. Portanto, na quintupla hélice, o conhecimento é formado por meio de interações recíprocas, em que os agentes objetivam soluções de problemas com base na colaboração de todas as esferas citadas.

Novos produtos e serviços surgem por meio do engajamento coletivo, em que cada agente cumpre seu papel, seja para fornecimento de material humano, maquinário, formulação e compartilhamento de informação, investimento de capital, promoção de política e ações públicas, organizando uma verdadeira rede de apoio mútuo. Curley e Salmelin (2013) pontuam que as hélices na IA2 consistem na união da sociedade civil, que age de forma a gerar mudanças que essas partes sozinhas de forma isolada não conseguiriam.

Quando trabalham em conjunto, ocorre uma soma de esforços que cobre e suplementa as faltas e as dificuldades que ocorrem quando as partes trabalham de forma isolada. Dessa forma, a IA2 pode agir como um instrumento efetivo de interação, pois se relaciona com diferentes visões, realidades e pontos de vista, gerando ações interdisciplinares, em relações verticalizadas e horizontalizadas, criando um verdadeiro ecossistema de inovação, como representado no modelo da figura 6.

Figura 6 – As cinco hélices do ecossistema de inovação.



Fonte: Adaptado de Carayannis e Campbell (2022)

Essa mobilização conjunta, conforme Andion Alperstedt e Graeff (2020), gera uma dinâmica ecossistêmica colaborativa que concentra seus esforços para a resolução de problemas/dilemas que visam o bem-estar coletivo, atendendo a um público que até então não tinha suas necessidades atendidas/supridas. Os autores compreendem esse processo como um verdadeiro ecossistema de inovação de característica social, que tem características únicas ao ser organizado por grupos distintos de atores, produzindo resoluções inovadoras em forma de serviços e produtos mais ajustados às necessidades específicas do usuário final.

Em virtude disso, os termos cocriação, compartilhamento e colaboração, na IA2, referem-se à relação de diálogo entre todas as partes interessadas no desenvolvimento de um produto, decorrente de uma espécie de aprendizagem interativa. Ansell e Torfing (2021) afirmam que, nesse aspecto, é comum um compartilhamento dos recursos disponíveis, como ideias, conhecimentos, aparelhagem tecnológica e conhecimento financeiro, visando atingir objetivos comuns a todos os envolvidos. O interessante é que na cocriação há um procedimento de engajamento coletivo, em que os riscos são avaliados em conjunto, projetando, testando, implementando e promovendo resoluções criativas para que, no fim, os benefícios atinjam todas as partes envolvidas.

A interação entre esses grupos — empresas, governo, academia e sociedade civil — é orientada por uma governança colaborativa, organizada por essas redes de atores. Por essa orientação, o processo de governança não deve ficar centrado em apenas um dos componentes da hélice, que se sobressai e coordena as demais em uma liderança com tomadas de decisão unicamente de cima para baixo (*top-down*); pelo contrário, as esferas se organizam em lideranças colaborativas, podendo ser necessário haver uma liderança rotativa que estimule as demais. Dessa forma, a liderança, que consiste na organização das tomadas de decisão, deve ser, ao mesmo tempo, tanto *top-down* quanto *bottom-up*, estimulando uma ação de governança compartilhada.

Moulaert *et al.* (2019) afirmam que a governança compartilhada é um modelo, ao mesmo tempo, horizontal e verticalizado, com ações coordenadas e organizadas por uma rede de atores ou agentes. Na prática, as lideranças de escala interna da organização social atuam ativamente com os protagonistas, as lideranças de origem externa e as demais autoridades políticas, criando governanças mais inclusivas e de participação mais direta das partes.

Bartz, Turcato e Baggio (2019), em um levantamento bibliométrico, mostram que, na governança colaborativa, é possível equilibrar os diferentes interesses dos atores por intermédio de atividades coletivas, que visam ao aumento do esforço coletivo. Essa intervenção gera um processo de negociação entre as partes, que coletivamente criam regras e

normativas em comum, para regular suas interações e seu campo de atividades.

Uma vez tomadas essas decisões, essas regras em comum devem ser compartilhadas e seguidas por todos, enquanto as negociações ocorrem. Essas tomadas de decisões podem ocorrer em espaços específicos, conhecidos como arenas públicas, de suma importância para o funcionamento da IA2. Por meio das arenas, disponibiliza-se um espaço ideal para a discussão conjunta dos anseios, a troca de informação e a apresentação das dificuldades, possibilitando um espaço vivo para tomadas de decisões coletivas em ambientes propícios. As arenas públicas, segundo Cefai (2017), são espaços coletivos construídos por esses atores, destinados principalmente à organização e ao enfrentamento de uma situação indesejada. Nessas arenas, os integrantes se engajam para o enfrentamento da problemática encontrada, visando explicá-la para, no fim, encontrar metas e estabelecer estratégias para superá-la.

A dinâmica nas arenas públicas é uma governança de democracia participativa, buscando metas e objetivos em comum, podendo ser representados por espaços físicos e determinados ou digitais, organizados pelas novas tecnologias da informação. Como exemplos, têm-se os laboratórios vivos (*living labs*) e as plataformas colaborativas.

Puerari *et al.* (2018) pontuam que os *livings labs* se apresentam como uma modalidade de arenas públicas, com espaços de experimentação, para o enfrentamento de uma realidade vivida específica, em que, por meio de aprendizagem interativa e cocriação, objetiva-se o protagonismo de soluções centradas e inovativas em tempo real, aplicadas a uma realidade real. Já as plataformas colaborativas são estruturas que possibilitam a interação de diversos *living labs*, que podem intensificar a inter-relação de diferentes colaboradores.

Conforme Ansell e Gash (2018), as plataformas colaborativas favorecem a interdependência mútua e a troca de informações, ligando diversas soluções sociais inovadoras, porém, sem tirar a autonomia das partes. As plataformas colaborativas são extremamente relevantes por poderem ser trabalhadas em escala mais ampla em nível nacional e global. Em governanças digitais, mais comum em sites governamentais, que se utilizam das redes digitais, as plataformas agem de maneira estratégica para atrair devidamente outras arenas, interessadas em resoluções de problemas em comum, facilitando e ampliando o processo de colaboração, catalisando as partes e produzindo esforço conjunto para transpor questões específicas que se apresentam em diferentes áreas, como saúde, moradia, educação, economia entre outros, formando uma grande rede de colaboração de escala mais ampla.

A inovação, a todo momento exibida no corpo teórico da IA2, é exemplificada pelos teóricos, tendo a inovação disruptiva e catalítica como orientações desse modelo. Christensen

et al. (2006), quando tratam da inovação disruptiva, entendem-na como aquela que causa uma reviravolta em um determinado setor, ao trazer alternativas simples e satisfatórias a um grupo social que não havia sido atendido até o momento. Esse olhar sobre a inovação não atende aos padrões tradicionais nem mantém a sustentação de produtos já existentes; pelo contrário, a inovação disruptiva é uma solução mais simples e barata, que atinge uma parcela de clientes esquecidos pelo mercado tradicional.

Já a inovação catalítica é entendida como um modelo de inovação disruptiva que dá ênfase às mudanças sociais proporcionadas pela inovação, não de forma involuntária, como no modelo disruptivo, mas sim como foco fundamental. Christensen *et al.* (2006) pontuam que a inovação catalítica promove uma mudança social sistêmica positiva e é comum nos setores de saúde, educação e desenvolvimento econômico. Ela age em áreas comumente ignoradas por mercados competidores já estabelecidos, que a menosprezam por não serem de ordem lucrativa.

A IA2 se torna fundamental em um processo de acolhimento positivo, pois possibilita uma abordagem multidisciplinar de um determinado problema, trazendo diferentes perspectivas para sua resolução, com abordagem de diferentes áreas. Nela, a governança, que antes ficava focada em apenas um setor social, agora é feita e discutida em conjunto, de modo que o usuário, que antes só fazia parte do processo final de confecção de um produto, bem ou serviço, agora faz parte da formulação integral desse processo.

Permite a integração de diferentes agentes, criando um verdadeiro ecossistema de inovação que coloca o bem-estar não como parte do processo de inovação, mas como foco fundamental nas soluções de empecilhos do cotidiano vivido. Reafirma-se a importância central que a IA2 pode ter para orientar a tomada de decisões de ações para migrantes e refugiados nas universidades de Mato Grosso do Sul, de forma integrada e inovativa, ao ter o usuário como protagonista na tomada de decisões que influenciam diretamente a sua vida.

4 ACOLHIMENTO A IMIGRANTES E REFUGIADOS PELAS UNIVERSIDADES DE MATO GROSSO DO SUL

“Migrantes e refugiados não são peões no tabuleiro de xadrez da humanidade. [...] São crianças, mulheres e homens que partem ou são forçados a deixar suas casas por várias razões, que partilham um desejo legítimo de saber e ter, mas acima de tudo, de ser mais”.

Papa Francisco (2013)

Nesta seção, serão discutidos os resultados obtidos por meio da pesquisa bibliográfica e de campo sobre as ações, já tecendo caminhos para um possível processo de intervenção com apoio da IA2. Essa investigação dialoga com os procedimentos metodológicos abordados na pesquisa, em conjunto com a fundamentação teórica explicitada nas seções anteriores, que concerne ao DL.

Compreende-se que o Estado de Mato Grosso do Sul desenvolve um papel significativo no cenário migratório, como local de passagem de pessoas em deslocamento ou como escolha para local de destino desse público. Destaca-se a relevância que as universidades têm para o desenvolvimento de uma sociedade e o papel que elas vêm desempenhando em ações para o acolhimento e inserção de refugiados e migrantes. Dessa forma, ressalta-se a importância que o levantamento de dados pode ter em um possível papel de divulgação para a sociedade.

Ao retratar as diferentes ações realizadas pelas IES, utilizou-se de tabelas, gráficos e figuras para planificar, da melhor forma possível, o material encontrado em relatórios, produções científicas, sites oficiais das instituições e entrevistas. Durante esse procedimento, destaque-se o olhar da prática da ação em rede, em que a inovação toma caráter disruptivo e catalítico, para atuar nas ações já existentes.

Observa-se que, no Brasil, já existem importantes instituições de atuação com lideranças universitárias, com ênfase em órgãos como o Acnur e a Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM), que agem em conjunto com Organizações Não Governamentais (ONGs)¹¹, empresas, instituições religiosas e colegiados docentes. Contudo, ainda é possível enxergar algumas problemáticas que são características de quando não se trabalha verdadeiramente em rede, sem o protagonismo do beneficiário¹², que deve agir como centro dessas ações. Esse

¹¹ O chamado Terceiro Setor compreende uma gama de organizações e instituições que se apresentam com pressupostos e promessas para o enfrentamento da questão social e estão inseridos no processo de reestruturação do capital. Nesse contexto, está inserido o que se denomina Organização Não Governamental (ONG) (Souza, 2021, p. 152).

¹² Perceba como todas as nomenclaturas aqui se convergem: usuários, beneficiados, migrantes, refugiados e atores locais. Todos tomam o mesmo caráter de protagonistas no processo de cocriação.

modelo antigo cria lacunas de atuação, projetando serviços que excluem uma parcela significativa do alvo de beneficiários, como será discutido nos subtópicos seguintes.

É claro que as IES vêm criando nos últimos anos mecanismos para transpor essas problemáticas por intermédio de pesquisas e estudos que visem à identificação desses problemas, para encontrar o melhor caminho para solucioná-los. E é justamente nesse viés que os preceitos desenvolvidos neste capítulo foram propostos, para transpor ou colaborar com esse modelo de atuação.

Assim, os resultados foram organizados em subseções, primeiro dividindo as principais atividades realizadas por IES para atuação com migrantes, para, em seguida, apresentar as ações realizadas pelas universidades de MS, contrapondo-as aos processos de exclusão observados. Tudo isso busca refletir e discutir sobre essa complexidade, para, por fim, tratar da colaboração final que o link digital pode reunir de forma conjunta às ações realizadas em Mato Grosso do Sul.

Nos últimos anos, universidades espalhadas pelo Brasil, e não somente de Mato Grosso do Sul, vêm realizando atividades com migrantes em território nacional, seja em situação de permanência, seja em situação de trânsito. É possível encontrar dados dessas ações em diversos relatórios e pesquisas realizados entre os anos de 2020 e 2025. Com base na pesquisa de campo elaborada em entrevista e na busca de sites e documentações disponibilizadas nas cinco instituições, UCDB, UFMS, UFGD, Uems e Uniderp, foram encontradas, embora não em todas, iniciativas destinadas ao público migrante nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, tais como: ensino da língua portuguesa, desenvolvimento de grupos de pesquisa e estudos, seminários, colóquios, palestras, realização de ações sociais, projetos culturais, serviço de saúde, assessoria jurídica e ingresso facilitado a refugiados e migrantes em situação de vulnerabilidade¹³.

Atividades de ensino, pesquisa e extensão são fundamentais, pois fortalecem o aprendizado e a disseminação de conhecimento, promovendo ainda mais as iniciativas de garantia dos direitos internacionais dos migrantes. Essa difusão acadêmica tem se demonstrado um ponto fundamental no acesso a direitos e a serviços no Brasil, movimentação essa caracterizada por uma abordagem inclusiva que busca consolidar o acolhimento no ambiente universitário.

Em algumas das instituições, salienta-se que as ações estão mais avançadas, no que

¹³ Grupo ou sector da sociedade que é mais susceptível a práticas discriminatórias, à violência, a desastres naturais ou ambientais ou a dificuldades económicas do que outros grupos no seio do Estado; qualquer grupo ou sector da sociedade (tais como mulheres, crianças ou idosos) que corre mais riscos em situações de conflito ou de crise” (OIM, 2009, p. 31).

concerne à organização e ao planejamento a médio e longo prazo, como também a projetos para mitigar atividades excludentes. Contudo, em outras IES, foram encontradas atividades mais pontuais, em que o acolhimento se revela menos efetivo e mais momentâneo, sem atuação e planejamento em rede. Nessa perspectiva, o Quadro 4 apresenta a divisão das ações de acolhimento a imigrantes e refugiados realizadas pelas universidades de Mato Grosso do Sul.

Quadro 4 – Ações de acolhimento a imigrantes e refugiados nas universidades de Mato Grosso do Sul

UNIVERSIDADES	ATIVIDADES	PÚBLICO	AÇÕES DE PERMANÊNCIA
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)	1) Revalidação de diplomas; 2) Ingresso facilitado; 3) Ações sociais e culturais; 4) Ensino da Língua Portuguesa; 5) Produções científicas; 6) Integração laboral; 7) Assistência jurídica; 8) Serviços de saúde e psicossocial.	Refugiados; Migrantes forçados; Apátridas.	Bolsas de estudo; Auxílio financeiro; Auxílio moradia; Auxílio alimentação.
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (Uems)	1) Revalidação de diplomas; 2) Ingresso facilitado; 3) Ações sociais e culturais; 4) Ensino da Língua Portuguesa; 5) Produções científicas; 6) Integração laboral; 7) Assistência jurídica; 8) Serviços de saúde e psicossocial.	Refugiados; Migrantes forçados; Apátridas.	Bolsas de estudo; Auxílio Financeiro.
Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)	1) Ações sociais e culturais; 2) Produções científicas; 3) Assistência Jurídica; 4) Serviços de saúde e psicossocial.	Refugiados; Migrantes forçados; Apátridas.	Não realiza.
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	1) Revalidação de diplomas; 2) Ingresso facilitado; 3) Ações sociais e culturais; 4) Ensino da Língua Portuguesa; 5) Produções científicas; 6) Integração laboral; 7) Assistência Jurídica; 8) Serviços de saúde e psicossocial.	Refugiados; Migrantes forçados; Apátridas.	Bolsas de estudo; Auxílio financeiro; Auxílio moradia; Auxílio alimentação; Residência estudantil.
Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (Uniderp)	1) Ações sociais e culturais.	Refugiados; Migrantes forçados.	Não realiza.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Não obstante, é oportuno ressaltar que o processo de acolhimento em Mato Grosso do

Sul¹⁴ tomou, nas últimas décadas, caráter assistencialista e emergencial, sem apoio efetivo do setor público. O atendimento a refugiados e a migrantes forçados acaba sendo apenas momentâneo e paliativo, em passagens em casas de apoio, que, em grande parte das vezes, operam sem pessoal e materiais suficientes, gerando poucas perspectivas de inclusão social, levantando o entrave sobre qual é o real acolhimento que ocorre no estado.

Souza (2021) aponta que falta a atuação concreta do setor público, com base em políticas públicas eficazes para o atendimento aos migrantes que adentram a fronteira, para que ocorra verdadeiro acolhimento. Assim, no campo das políticas públicas, o acolhimento deve ser compreendido a partir da categoria dialética da totalidade, não se restringindo a uma ação isolada ou episódica, mas se configurando como um processo contínuo, relacional e dialógico.

Desse modo, o acolher deve, diferentemente do que se aplica atualmente, envolver a interação entre sujeitos — aqueles que ofertam e aqueles que recebem o cuidado —, com vistas à realização integral das etapas necessárias à garantia da integralidade do atendimento no âmbito das políticas públicas. Assim, a análise do processo de inclusão e exclusão desse público, sob esse enfoque, evidencia a existência de uma inclusão de caráter perverso no que se refere ao acolhimento. Desse modo, o acolhimento, enquanto política destinada à população refugiada, deve transcender a provisão de necessidades básicas, orientando-se para o reconhecimento e o atendimento do sujeito em sua integralidade humana. No âmbito das políticas públicas, confere-se que:

[...] não foi constatada a participação e o envolvimento da esfera municipal, no âmbito desse Comitê, de forma a estabelecer uma rede de acolhimento e também pensar na possibilidade de construção de política pública, visto que os/as refugiados/as, quando buscam acesso à saúde, educação, trabalho e outros, o fazem nos municípios em que estão vivendo e que executam essas políticas (Souza, 2021, p. 160).

Desse modo, o atendimento à comunidade migrante não pode ser puramente assistencialista, aplicado somente nas primeiras semanas em que o usuário busca ajuda nas casas de apoio e nos demais serviços públicos, agindo somente no amparo às necessidades básicas, mas deve objetivar o acolhimento do sujeito migrante, em sua totalidade, extrapolando o atendimento das necessidades primárias. Esse acolhimento perverso que ocorre em MS, discutido por Souza (2021), decorre de um certo descompasso entre os setores, pois o acolhimento não é compreendido como um movimento processual contínuo, que deve

¹⁴ Mas não unicamente neste Estado, pois, conforme Souza (2020), o Brasil vem desempenhando uma política de “aparência” para o acolhimento de migrantes e refugiados, revelando a falta de estrutura e a ausência de política pública de acolhimento.

ser desenvolvido em etapas que antecedem, acompanham e sucedem a recepção desse público.

Dessa forma, esse acolhimento se revela perverso, no sentido de que tenta incluir os migrantes e refugiados, mas, ao mesmo tempo, essa inclusão se caracteriza como uma forma de exclusão, uma vez que o atendimento é para as necessidades iniciais como a fome, moradia; contudo, em médio e longo prazos, ele não apresenta alternativas de inserção integral na sociedade de acolhimento (Souza, 2021, p. 225).

É na dinâmica desse modelo de demandas imediatas do cotidiano vivido da comunidade migrante que se inserem às ações da IES. Elas surgiram nesse cenário de descompasso entre os setores, que, nos últimos anos, fez com que as universidades enfrentassem, por meio de serviços, essas adversidades. Assim, nos trechos a seguir, desenrolam-se os produtos disponibilizados por elas.

4.1 Ingresso facilitado

Nos últimos anos, universidades espalhadas pelo Brasil disponibilizam bolsas de estudo para a admissão no ensino superior, com vagas em diferentes áreas do conhecimento. Desde 2003, o Acnur trabalha com a implementação da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVm) em cooperação com centros universitários nacionais, para a elaboração de estudos, pesquisas e relatórios sobre a temática. O centro vem realizando relatórios anuais que apresentam diversos dados com relações diretas e indiretas de universidades, migrantes e refugiados

A CSVm é um programa do Acnur que visa ao fortalecimento do aprendizado de professores e estudantes de IES brasileiras, públicas e privadas, nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. O programa conta com 42 instituições de ensino superior distribuídas pelo país, formando uma verdadeira rede de atuação nas universidades, na busca por consolidar o acolhimento de refugiados e migrantes em situação de vulnerabilidade. Suas ações contam com a revalidação de diplomas, projetos de acolhimento linguístico, integração social, assessoria jurídica, serviços de saúde mental e apoio psicossocial.

De acordo com o relatório anual da Cátedra Sérgio Vieira de Mello¹⁵ (Acnur, 2022), o programa é fundamental para a garantia de que pessoas refugiadas e migrantes possam ter

¹⁵ É uma iniciativa criada em 2003 pelo Acnur, em parceria com universidades brasileiras, com objetivo de promover a educação, pesquisa e extensão acadêmica voltada à população refugiada. A iniciativa do projeto recebeu o nome de “Cátedra Sérgio Vieira de Mello” em homenagem ao brasileiro Sérgio Vieira de Mello, que morreu no Iraque, em 2003, em um atentado à sede da ONU naquele país, depois de passar grande parte de sua carreira proAcnural nas Nações Unidas, trabalhando com pessoas refugiadas como funcionário do Acnur.

acesso a direitos e serviços no Brasil, visando a uma educação protetora. Portanto, a citada instituição possibilita a atuação coordenada das IES, fortalecendo ações conjuntas para a proteção de pessoas em situação de deslocamento, por meio do compartilhamento de práticas e informações.

Em conformidade com o acima exposto, as universidades parceiras atuam “por meio de cursos de graduação e/ou pós-graduação [...] de modo a fortalecer uma abordagem inclusiva, educação protetora e pesquisa aplicada a fim de consolidar o acolhimento de pessoas” (Relatório Anual da Cátedra Sérgio Vieira de Mello, Acnur, 2022). Entretanto, pontua-se que cada universidade atua por meio de editais e ações próprias, não havendo interferência direta da instituição. A CSVM atua apenas como parceira, compartilhando metas, ideias e objetivos a serem alcançados.

Conforme o relatório anual da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (Acnur, 2022), das 34 universidades parceiras, 22 contaram com procedimentos de ingresso facilitado nos cursos de graduação e pós-graduação, dos quais 18 desses ocorreram por meio de edital específico, garantindo um total de 771 vagas para esse grupo. Essa iniciativa se mostra relevante, pois promove a inserção educacional e a melhoria da qualidade de vida de pessoas refugiadas e migrantes.

A entrada no ensino superior fortalece a inclusão e consolida o acolhimento na comunidade, ressaltando a importância que a educação tem para a formação social de um país e a autossuficiência dessa população. O relatório ainda aponta que 470 refugiados e migrantes forçados são estudantes de graduação, 18 alunos são do mestrado e 8 do doutorado, totalizando, entre os anos 2021 e 2022, 496 matriculados no ensino superior em IES parceiras. O Quadro 5 mostra a relação de universidades parceiras da CSVM, e o destaque em negrito se dá às universidades que contaram com procedimento de ingresso facilitado para graduação e pós-graduação.

Quadro 5 – Instituições de ensino superior vinculadas à CSVM.

Instituições de Ensino Superior conveniadas 2022	
1	Universidade Federal de Roraima (UFRR)
2	Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
3	Universidade Federal da Bahia (UFBA)
4	Universidade Federal da Bahia (UFBA)
5	Universidade Federal de Goiás (UFG)

6	Universidade de Brasília (UnB)
7	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas)
8	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
9	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
10	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
11	Universidade de Vila Velha (UVV)
12	Universidade Federal Fluminense (UFF)
13	Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)
14	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
15	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)
16	Universidade Federal de Grandes Dourados (UFGD)
17	Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (Uems)
18	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
19	Universidade Federal do ABC (UFABC)
20	Universidade Católica de Santos (UNISANTOS)
21	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
22	Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)
23	Universidade de São Paulo (USP)
24	Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)
25	Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)
26	Universidade Federal do Paraná (UFPR)
27	Universidade de Curitiba (UniCuritiba)
28	Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)
29	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
30	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS)
31	Universidade de Passo Fundo (UPF)
32	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
33	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
34	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Fonte: Elaborado pelo autor com base no relatório anual da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (Acnur, 2022)

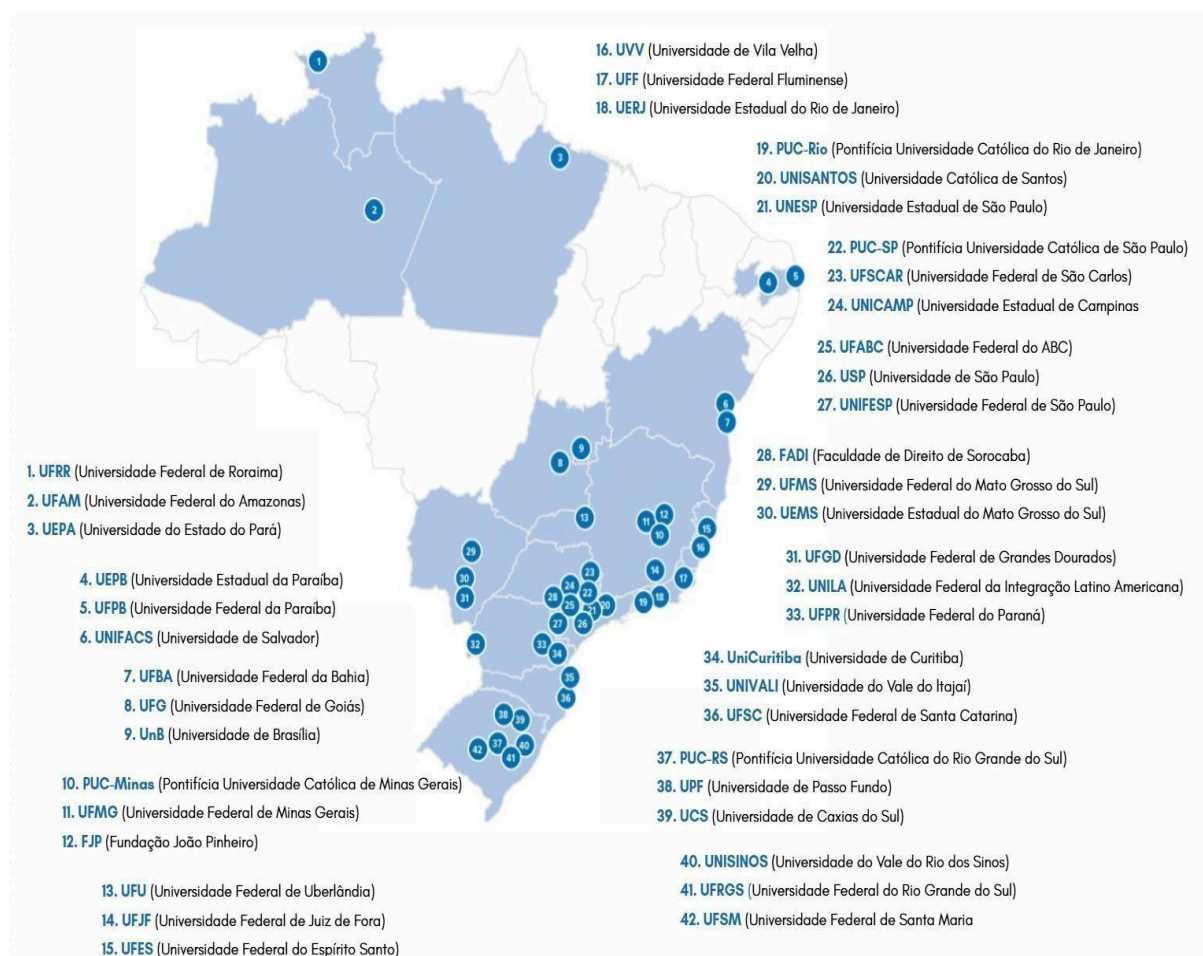
As ações adotadas pelas IES brasileiras são de suma importância para a formação pessoal e a inclusão desses grupos. Por sua vez, esse trabalho apresenta o papel que a educação tem para a qualidade de vida e o bem-estar humano. Nesse aspecto, as ações de ingresso facilitado são imprescindíveis, pois, de acordo com o relatório da CSVSM (2022), estabelecem uma rede universitária de apoio, visando à proteção e à qualidade do ensino aos migrantes forçados. Também oferecem serviços de apoio e de ensino acadêmico, incentivando a produção de pesquisas sobre a temática do refúgio e sua difusão.

Em 2024, esse número aumentou, conforme indicado no relatório da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (2024). Em julho do referido ano, 42 instituições de ensino superior encontravam-se vinculadas à Cátedra no Brasil, incluindo três das universidades analisadas nesta tese: UFMS, Uems e UFGD. Ainda segundo o relatório, dentre as 42 instituições filiadas, 25 disponibilizam editais específicos para o ingresso de refugiados em cursos de graduação e pós-graduação.

Entre 2023 e 2024, 25 universidades contaram com procedimento de ingresso facilitado para graduação e pós-graduação, sendo que em 18 delas ocorreu por edital específico para pessoas refugiadas e/ou outras pessoas com necessidades de proteção internacional. A CSVSM conseguiu garantir, assim, 1590 vagas específicas para pessoas refugiadas e solicitantes dessa condição em cursos de graduação. (Cátedra Sérgio Vieira de Mello, Acnur, 2024).

Segundo o relatório, atualmente, 709 pessoas refugiadas e solicitantes da condição de refúgio estudam em IES brasileiras, sendo 30 estudantes de mestrado e 18 de doutorado. Dessa maneira, a CSVSM, entre os anos de 2023 e 2024, promoveu ainda mais o acesso ao ensino superior para pessoas refugiadas e/ou outras pessoas com necessidades de proteção internacional. Entretanto, ressalta-se que esse número pode ser ainda maior, visto que algumas universidades relataram que o cadastro de matrícula realizado por meios virtuais acaba por não comportar essas classificações, o que dificulta a identificação dessas pessoas no meio acadêmico. Na Figura 7, apresentada a seguir, é possível visualizar a disposição das IES conveniadas à Cátedra em junho de 2024 pelo Brasil.

Figura 7 – Mapa das instituições de Ensino Superior conveniadas à CSVSM no Brasil em julho de 2024.



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no relatório da CSVSM (2024)

É preciso esclarecer que os editais, nos últimos anos, foram feitos na forma mais inclusiva possível. Com isso, nota-se o evidente aumento do número de refugiados e migrantes em situação de risco ingressando nas IES brasileiras. Contudo, apesar dessa importante atuação, estudos sistematizados entre 2020 e 2022, com a intenção de compreender como se dá a condição de aceitação e seus impactos, mostraram algumas adversidades às quais essa população está sujeita para alcançar o ensino superior.

O Quadro 6 exhibe os dilemas encontrados nos editais de ingresso facilitado, divididos nas ordens linguística, de documentação, do número de vagas, das ações de permanência e da disponibilização de informações. O breve quadro foi montado a partir dos apontamentos dos autores Peres *et al.* (2022), Rocha *et al.* (2022), Biesdorf *et al.* (2020), Redin e Bertoldo (2021), West (2022) e Perelles (2021) e o relatório anual da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVSM). O questionamento e as reflexões acerca desses dilemas é se o ingresso disponibilizado pelas IES parceiras é, de fato, facilitador.

Quadro 6 – Dilemas encontrados em editais de ingresso facilitado entre 2020 e 2022.

ORDEM	PROCESSOS NÃO FACILITADORES ENCONTRADOS
Linguística	Falta de acessibilidade linguística no site e nos editais, realização da redação de textos e entrevistas apenas na língua portuguesa. Provas redigidas apenas no idioma nacional, exigência da proficiência em língua portuguesa do candidato
Documentação	Exigência da documentação comprobatória da situação de mobilidade/deslocamento no ato da matrícula. Exigência da tradução oficial de documentação em cartório, comprovação de documentação escolar por órgãos oficiais, desligamento imediato na falta de entrega de documentação comprobatória
Vagas	Disponibilidade apenas por vagas ociosas ou por porcentagem da totalidade de vagas. Editais sem garantia de vagas durante o ano vigente, falta de especificação do quantitativo de vagas, disponibilização de vagas somente após aprovação do colegiado do curso. Chamada apenas pela nota do Enem/Sisu
Permanência	Falta de cursos de ensino da língua portuguesa, projetos de pesquisa, ensino e extensão, falta de bolsas com auxílio moradia, transporte e alimentação
Informação	Critério de seleção definida por cada curso individualmente, editais com informações inconclusivas e confusas
Outros	Publicação dos resultados com os nomes dos candidatos, editais sem diferenciação de seleção para refugiados/migrantes e demais candidatos, descontinuidade das ações, cobrança de taxa para pagamento da inscrição

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos autores Peres *et al.* (2022), Rocha *et al.* (2022), Biesdorf *et al.* (2020), Redin e Bertoldo (2021), West (2022), Perelles (2021) e relatório anual da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (Acnur, 2022)

Como exposto no Quadro 6, os procedimentos de incorporação realizados nos últimos anos expõem alguns obstáculos que impactam diretamente a entrada de refugiados e migrantes nas IES brasileiras. Alguns processos não facilitadores tendem a afastar um grande público, devido às dificuldades iniciais que os editais acarretam para os não nacionais. Entre eles, identificam-se a falta de informações claras, editais e sites sem acessibilidade linguística, rigidez na entrega de documentações e editais que não abordam mecanismos de permanência.

Na análise dos editais, os autores Rocha *et al.* (2022) discutem se o ingresso “facilitado” que ocorre nas instituições de ensino superior é de fato “facilitado”. Fazendo o uso de aspas em questionamento, os autores revisam alguns fatores que podem acarretar entraves nos processos de admissão. Nesse contexto, o estudo mostra que os editais de ingresso realizados pelas instituições parceiras da CSVN variam de acordo com a interpretação de cada instituição, em que cada uma utiliza normativas próprias, sendo essas definidas pelo respectivo colegiado. Tal panorama torna o sistema de aceitação complexo, pois não há uniformização das ações.

Do exposto, ao tratar dos dilemas encontrados, salienta-se a importância da acessibilidade linguística em sites e editais destinados a não nacionais. Os impasses para acessar informações podem ser identificados desde o início do processo seletivo, quando o

candidato tem dificuldade para entender os requisitos iniciais para sua candidatura, principalmente aqueles com termos mais técnicos, por não ter ainda o domínio da língua portuguesa. Rocha *et al.* (2022) destacam que a pessoa em situação de refúgio chega ao país sem falar a língua nacional, necessitando de tempo para o seu domínio; portanto, sites, editais e resoluções podem se tornar critérios eliminatórios antes mesmo da realização de provas e testes.

Instituições que disponibilizam editais nas línguas inglesa, francesa e espanhola mostram uma maior acessibilidade linguística, possibilitando também que a informação chegue a um número maior de pessoas. Disponibilizar editais na língua nativa do candidato atenua as dúvidas que os editais podem gerar, abrindo possibilidades a não nacionais que estejam há menos tempo no país, e não somente aqueles que residem no país há mais tempo e que possuem maior domínio da língua portuguesa. Como pontua Perelles (2021), a língua de acolhimento é fundamental no contexto migratório, sendo um instrumento para sua autonomia e promoção.

Em muitos editais, foi identificada a solicitação de diferentes documentos de comprovação da situação de refúgio para que ocorra a continuidade do processo seletivo. Conforme Rocha *et al.* (2022), nos editais, foram identificados como comprovantes da situação legal no país: Carteira de Identidade de Estrangeiro (CIE), Registro Nacional de Estrangeiros (RNE) atestado expedido pelo Comitê Nacional para Refugiados (Conare), Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM), passaporte, entre outros. No entanto, vale destacar que a apresentação, no ato de matrícula, de documentação comprobatória pode se tornar um entrave, devido à multiplicidade de formas de migração e situações legais que cada indivíduo migrante possui ao chegar no país. A falta de flexibilidade na entrega de documentações pode provocar diminuição na homologação de inscrições, reduzindo o acesso de alguns candidatos, ou ocasionar o seu desligamento imediato.

Em complemento aos fatores acima citados, o custo financeiro destinado ao pagamento de autenticação, à revalidação de diplomas e à tradução em órgãos oficiais pode se revelar como outro empecilho para homologação de inscrições, convertendo os editais facilitados em um verdadeiro pesadelo para migrantes. Para West (2022, p. 22), “o reconhecimento da escolaridade por meio da Secretaria de Estado de Educação, por exemplo, é um procedimento caro para realidade vulnerável dos refugiados e demorado do ponto de vista do prazo de realização de matrícula”.

Editais que utilizaram mais de um modelo de documentação para comprovação da situação de refúgio e até mesmo disponibilizaram colegiado para validação de documentação

não oficial mostraram maior preocupação e acessibilidade administrativa. Vale ressaltar que grande parte dos refugiados, devido à urgência do deslocamento, tende a deixar muita documentação no país de origem, ficando sem opção de retorno para recuperá-las.

Em relação ao quantitativo de vagas, diversos editais não apresentaram informações claras sobre o número disponibilizado, sendo o critério diferente em cada instituição, podendo ser decidida por um colegiado de cada área a sua disponibilidade ou não. Apesar de contemplarem diferentes áreas do conhecimento, o quantitativo de vagas, em sua maioria, é retirado de vagas ociosas e remanescentes, de transferência ou desligamento, trazendo o acesso a um quantitativo reduzido de estudantes.

Além dos fatores citados, Rocha *et al.* (2022) apontam que é necessário analisar as políticas de ações afirmativas presentes nos editais e como elas podem ser atrativas para que haja uma maior taxa de procura desse público pelo ensino superior. É fundamental pensar na permanência desses estudantes durante o período de formação. Muitos deles, devido à condição em que saem de seu país e na qual se encontram no país de destino, não possuem condições econômicas para concluir o curso. Programas como o de apoio linguístico, projetos extensionistas, auxílio-moradia, transporte e alimentação podem garantir maior adesão de matriculados que finalizam o curso. Argumenta-se que:

Para muitas pessoas, a falta de recursos para aportar em alojamento, alimentação e transporte dificultam ou impossibilitam a permanência na universidade. Para evitar um aumento na evasão, algumas universidades têm apoiado os estudantes em diversas frentes, como auxílio financeiro, bolsas de estudo, auxílio moradia, vagas em residência estudantil, apoio com auxílio transporte, entre outros (Relatório Anual da Cátedra Sérgio Vieira de Mello, Acnur, 2022)

Ademais, alguns editais apresentaram uma falta de preservação da identidade, fator esse que pode impactar diretamente na segurança da pessoa sem situação de refúgio, devido à natureza de perseguição que esta esteja sofrendo no país de origem. West (2022) pontua que algumas IES oferecem a possibilidade da adoção de um nome social ao candidato, resguardando a sua identidade e protegendo sua condição de refúgio. Esses contratempos mostram que algumas questões precisam ser transpassadas para que o ingresso facilitado seja de fato um mecanismo facilitador da admissão e que não traga constrangimentos ao candidato.

Não foi encontrado, em pesquisas documentais, se as elaborações dos editais pelas IES tiveram participação de setores fora do âmbito acadêmico. Apesar de facilitadoras, as normativas de entrada se mostram ineficazes para uma grande parcela do grupo consumidor/atendido. Com isso, no tópico 4.2 “De beneficiados a atores, práticas da Inovação

2.0 em uso”, discorre-se sobre como a IA2 pode atuar frente a esse produto, para que haja uma parcela maior de adesão e satisfação das partes, criando alternativas inovativas, tendo como protagonistas os próprios migrantes e refugiados. Os serviços discutidos a seguir também transpassam pelas problemáticas apresentadas nessa discussão.

4.2 Ações sociais e culturais

Esses modelos de ações estão mais situados quando as universidades colaboram com ONGs, instituições religiosas e demais projetos sociais, para auxiliar famílias migrantes que entram no território em estado de vulnerabilidade. Os projetos ligados a ações sociais contam com iniciativas de doação de alimentos, itens de higiene pessoal e brinquedos, divulgação de informações sobre moradia e trabalho, localização de centros de saúde e busca por atendimento escolar e por creches, promovendo também celebrações e feiras importantes para a cultura dos migrantes, sintetizadas à cultura local.

Esse trabalho sociocultural desenvolvido pelas IES contribui para o processo de inserção junto à comunidade civil, ofertando atividades como oficinas de dança, musicalização, aulas de teatro, pintura, cinema e empreendedorismo. Age também, desenvolvendo projetos ligados à cultura e à economia, como a realização de festividades voltadas à economia local, como gastronomia, vestuário e artesanato, valorizando os saberes dos povos migrantes.

A UCDB possui um projeto de extensão em parceria com o Centro de Apoio ao Migrante (Cedami), que realiza a festa de Páscoa para os migrantes, com o objetivo de fomentar ações culturais de inserção. Os integrantes dessa ação, com participação de acadêmicos, mestrandos, doutorandos e docentes da IES, realizam neste evento rodas de conversa, trocas de histórias de vida, atividades lúdicas com as crianças e adolescentes e, depois, um lanche coletivo. Ao final, com o intuito de firmar as relações culturais características e propícias dessa celebração forte no Brasil, os participantes entregam doces e ovos de chocolate, fruto da arrecadação voluntária de diversos cursos da universidade, como Educação Física, Direito, Serviço Social, Pedagogia, Medicina Veterinária e a já citada Psicologia.

No mesmo campo, a Uems desenvolve o projeto de extensão “Ateliê da moda Brasil/Haiti/Venezuela: o trabalho e a inclusão social das mulheres empreendedoras” na região de Nova Andradina, visando articular a inclusão e o empoderamento de migrantes. O projeto se organiza como um importante elemento de acolhimento no território, ao possibilitar

que mulheres migrantes em situação de vulnerabilidade social gerem renda e se tornem autossuficientes.

Esse interessante serviço possui parceria com a startup Incubadora Elos (DNA da Uems)¹⁶, que, junto ao Ateliê de Moda, estimula o empreendedorismo além da venda, pois disponibiliza cursos profissionalizantes de costura, capacitação de mulheres nesse setor para promoção das mesmas no mercado de trabalho. A ação também marca o resgate da identidade cultural das comunidades envolvidas por intermédio da moda, somada às culturas dos migrantes. Acrescenta-se que esse serviço pode também entrar no fortalecimento da rede, pensando nas esferas do ambiente e da sustentabilidade, da comunidade civil e de empresas, uma vez que a matéria-prima utilizada para as peças é reutilizável, de saco de rações vazios a banners usados, doados pela comunidade civil, comércio local e as universidades.

No mesmo sentido, a Uniderp conta com o Núcleo de Acessibilidade, Inclusão e Direitos Humanos (Naid), um núcleo de apoio responsável por providenciar recursos e serviços de acessibilidade a grupos específicos. Focada em inclusão e acolhimento acadêmico para estudantes, a ação atua em parceria com o núcleo corporativo, responsável pela orientação de acessibilidade, estruturando o apoio educacional. Apesar de não ser uma ação específica para o grupo migrante, a IES prevê que esta ação inclua o migrante que esteja em estado de vulnerabilidade, pensando na melhor forma de atendê-lo.

Outrossim, a Uems possui o Setor de Acolhimento a Refugiados, Migrantes e Apátridas (Seac), responsável por coordenar ações sociais voltadas ao acolhimento humanitário e educacional à comunidade migrante. Suas ações contemplam a integração de caráter cultural, o suporte educacional e a articulação em rede, propiciando a disseminação do conhecimento nas áreas de migração e interculturalidade.

4.3 Ensino da Língua Portuguesa

A falta de domínio da língua portuguesa é um dos principais empecilhos enfrentados pela população em situação de deslocamento, impactando todas as esferas de atendimento realizadas no processo de acolhimento, principalmente para os recém-chegados. Sem que

¹⁶ A Elos foi um Programa de Extensão vinculado à Pró-Reitoria de Extensão iniciado em 2006, que buscou ações de emancipação socioeconômica para populações que precisam de alternativas geradoras de renda e trabalho. Delas poderiam participar projetos com as temáticas em economia solidária, associação, cooperativismo, geração trabalho e renda, trabalho em grupo, entre outros. Elos recebe empresas, grupos, associações e cooperativas populares voltadas ao atendimento de coletividades, preferencialmente em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Disponível em: <https://www.uems.br/pro-reitoria/proec/DIVISAO-DE-EXTENSAO/Setor-de-incubadoras-e-Empresas-Juniores/Incubadora-ELO>. Acesso em: 01 de jan. 2026.

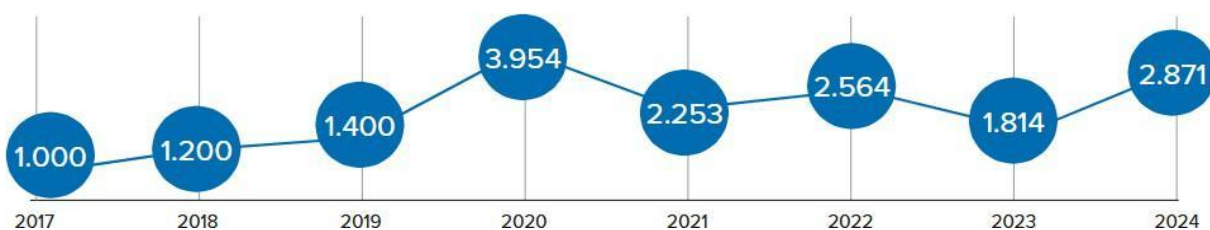
ocorra a compreensão mútua, há uma grande possibilidade de que não aconteçam de forma satisfatória processos como o de inserção social, educacional e laboral desses indivíduos.

O domínio do idioma pode constituir-se como instrumento de emancipação da comunidade migrante, na medida em que viabiliza o acesso a serviços e direitos, bem como a compreensão de denominações de órgãos públicos, instituições de ensino, empresas e demais instâncias sociais, além de possibilitar a identificação e interpretação de documentos e normativas. Ao ingressar no território nacional, o migrante passa a interagir predominantemente em língua portuguesa, desde a leitura de sinalizações informativas até os primeiros contatos com órgãos de fiscalização e organizações não governamentais.¹⁷

Conforme aponta o relatório da CSVM (2024), grande parte dos atendimentos na rede local ocorre exclusivamente no idioma do país de destino; nesse cenário, as instituições de ensino superior têm sido incentivadas a ofertar, de forma gratuita, cursos de Português como Língua de Acolhimento, destinados a refugiados e solicitantes de refúgio, estejam ou não formalmente vinculados às universidades, de modo a favorecer sua inclusão social e institucional.

Entre 2023 e 2024, foram ofertadas mais de 2.800 vagas de curso em 29 universidades, incluindo duas universidades de Mato Grosso do Sul, a UFGD e a Uems, apresentando um aumento substancial de ofertas entre 2017 e 2024, como apresentado no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Vagas anuais em cursos de português disponibilizados nas IES ligadas a CSVM.



Fonte: CSVM, 2024.

Para o público migrante que se desloca entre países, o idioma pode desempenhar papel central por abordar questões culturais e simbólicas. Como aponta Grosso (2021), o português, como língua de acolhimento, só fará sentido quando se revelar útil à comunicação, com uma abordagem plurilíngue e intercultural. “Pelo exposto, língua de acolhimento é um conceito

¹⁷ Há casos em que os migrantes são recebidos por familiares ou redes de apoio, formada por grupos que vieram antes para o país. Nesses casos, os contatos são mais receptivos e realizados por uma comunicação mais próxima do migrante.

que ultrapassa largamente os saberes linguísticos e didáticos, aglomerando vários elementos de outros conhecimentos, especialmente o socioeducativo e o político” (Grosso 2021, p. 16).

A autora também expressa preocupação ao identificar que a língua de acolhimento, na prática pedagógica, deve ser trabalhada de forma adaptada ao público migrante e exercida dentro do seu contexto social. Nesse âmbito, ações como conhecimentos e experiências do próprio ensinante também são fundamentais na prática, tendo em vista a compreensão do seu papel enquanto ator social.

A Uems vem desempenhando papel fundamental em serviços para inserção de migrantes no estado, abordando o acolhimento linguístico, humanitário e educacional. Esse trabalho é resultado de uma série de ações de extensão promovidas com a finalidade de atender, em diversas áreas do conhecimento, à comunidade migrante internacional.

Conforme CSVM (2024), desde 2017, a Uems desenvolve o programa Uems Acolhe, voltado ao acolhimento linguístico, humanitário e educacional de migrantes internacionais e que já beneficiou mais de 2.500 pessoas. A iniciativa tem como finalidade principal o ensino da língua portuguesa como estratégia para a redução das barreiras linguísticas enfrentadas por refugiados em processo de inserção social no estado de Mato Grosso do Sul. Para além das atividades de ensino do idioma, o programa contempla a realização de oficinas temáticas relacionadas ao acesso a direitos no contexto local. Ademais, no segundo semestre de 2023, uma parceria estabelecida entre a Uems, o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare/MJ) e o Acnur possibilitou a capacitação de pessoas haitianas para atuarem como multiplicadoras do conhecimento da língua portuguesa.

O projeto, formado por docentes, discentes bolsistas e voluntários, disponibiliza o curso Português para Migrantes Internacionais: Módulo Acolhimento em diferentes polos espalhados pelo estado, cobrindo os municípios de Campo Grande, Cassilândia, Corumbá, Dourados, Naviraí, Nova Andradina e Sidrolândia. Para inscrição no curso, diversos elementos da escuta qualificada são utilizados para atender ao maior número possível de usuários, como a não desclassificação do candidato caso esse não possua os documentos necessários. Não fazendo distinção de nacionalidade ou situação migratória, o programa ainda oferece:

[...] oficinas de acolhimentos, orientações socioassistenciais, serviços oferecidos pela rede de parceria e a possibilidade de ingresso na universidade, por meio de edital específico, destinado ao público migrante. (Magalhães; Silva, 2024, p. 1)

Magalhães e Silva (2024) identificam que esse produto de acolhimento linguístico, humanitário e educacional tem por objetivo o reconhecimento da cidadania plena de

migrantes no estado de Mato Grosso do Sul, na luta pela defesa de seus direitos, na assistência jurídica, na integração laboral e sociocultural e na estimulação de políticas públicas. Em conjunto com a DAE/Proec¹⁸, o Uems Acolhe, dentro e fora da universidade, busca:

[...] promover condições para que refugiados e migrantes em situação de vulnerabilidade tenham acesso à aprendizagem da língua portuguesa e à capacitação e treinamento em atividades de geração de renda e de inserção no mercado de trabalho; promover a integração de migrantes e refugiados e oferecer-lhes oportunidades para realização de atividades de caráter cultural, de suporte à educação, de formação e complementação na dimensão humana, social e comunitária (Magalhães; Silva, 2024, p. 9)

No que se refere ao acolhimento linguístico, entendido como uma prática que ultrapassa a mera superação da barreira idiomática, evidencia-se sua centralidade ao reconhecer o papel da linguagem nas dinâmicas de acolhimento e na promoção de uma escuta qualificada. Nessa perspectiva, também se destaca a necessidade de desenvolver estratégias voltadas à formação de agentes de acolhimento, capazes de atuar em diferentes setores e responder, de forma sensível e eficaz, às demandas desse público.

Voltado ao acolhimento linguístico, que ultrapassa a barreira do idioma, é fundamental pois identifica a importância que o mesmo toma, nas perspectivas do acolhimento e da escuta qualificada, buscando também alternativas para a demanda de formação de agentes de acolhimento em diferentes setores de atuação.

Entretanto, apesar de se falar muito sobre a formação do migrante no idioma local, pouco se trabalha a troca cultural e a instrumentalização daquele que o recebe. A rede acaba investindo muito na absorção da cultura local daquele que chega ao território e investe pouco quando se trata de aprender o idioma e a cultura dos povos que aqui chegam. Nesse aspecto, temos muito o que aprender utilizando a IA2, colocando os atores para colaborarem na formação da rede, ensinando também o idioma para o público não migrante. Imagine-se um cenário em que o migrante, ao chegar ao país de destino, é recebido com informações disponibilizadas em sua língua materna: em que medida tal iniciativa poderia potencializar as perspectivas de acolhimento discutidas até o momento? Ademais, problematiza-se a construção de uma escuta qualificada quando esta se limita à atuação dos atores locais, sem a correspondente formação e desenvolvimento de competências específicas nos agentes

¹⁸ A Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (Proec) é o órgão responsável pelo planejamento, coordenação, execução, controle, supervisão e avaliação das atividades de extensão, cultura e assuntos comunitários da Uems. A Proec tem por missão “promover a interação e a integração entre a comunidade acadêmica e a sociedade, por meio de ações que estimulem o desenvolvimento social, cultural, artístico, científico, econômico e político”. A Divisão de Articulação e Apoio Estudantil (DAE) tem como proposta planejar, assessorar e executar ações de apoio e acompanhamento da política de assuntos estudantis no que se refere ao acolhimento, bem-estar e atendimento à comunidade discente, propiciando seu protagonismo no âmbito acadêmico, nas áreas de esporte, lazer, movimentos estudantis e políticas sociais. Disponível em: <https://www.uems.br/pro-reitoria/proec>. Acesso em: 02 de jan. 2026.

responsáveis pelo acolhimento.

4.4 Seminários, palestras e produções científicas

Essas iniciativas estão ligadas principalmente às áreas do eixo de ensino e pesquisa, em que as universidades trabalham temas ligados ao acolhimento e ao deslocamento forçado de pessoas entre fronteiras e aos direitos humanos. Inúmeras produções científicas, como artigos, livros, teses e dissertações, são publicadas por ano, destinadas a compreender e a colaborar com a questão migratória. Esse material é complementado por grupos de estudo e pesquisa, congressos e jornadas formativas voltados à discussão das problemáticas migratórias e dos principais mecanismos para melhorar esse cenário. É por intermédio dessas iniciativas que se realiza a formação acadêmica de discentes e docentes que também atuam em campo e, de fato, agem no cotidiano vivido dos territórios.

As universidades também têm disponibilizado disciplinas específicas dentro dos cursos, com a iniciativa dos estudos de migrações. Essas disciplinas se destacam por trabalhar mais diretamente na formação acadêmica de discentes migrantes e não migrantes não como um tema transversal, mas como enfoque, o que possibilita uma atuação mais direta e efetiva.

Como apresenta o relatório CSVM (2024), as IES brasileiras ofereceram em suas grades curriculares, entre 2023 e julho de 2024, 234 disciplinas¹⁹ ligadas ao tema de deslocamento forçado, tanto em cursos de graduação quanto de pós-graduação, alcançando aproximadamente 6.093 alunos. Essa iniciativa colabora para a promoção da temática, para trocas de informações, para a capacitação de futuros profissionais do setor público e para a formação dos próprios atores locais, fortalecendo a rede.

Palestras, oficinas, simpósios e demais ações de promoção científica são igualmente desenvolvidos por universidades, com disponibilidade também de bolsas científicas financiadas pelo setor público, para a fomentação de publicações acadêmicas e projetos ligados à temática. Por meio dessa articulação do conhecimento científico, estimulada dentro do meio acadêmico, é possível instrumentalizar agentes e atores para atender às necessidades da comunidade em que as IES atuantes do Estado se inserem, propiciando a transformação da realidade social.

¹⁹ há disciplinas vinculadas com o tema oferecidas nos cursos de Administração e Administração Pública, Antropologia, Ciências Agrárias, Ciências Sociais, Ciências Sociais Aplicadas, Comunicação, Demografia, Direito, Economia, Geografia, Gestão Pública, História, Jornalismo, Letras, Linguística, Literatura, Medicina, Pedagogia, Política Internacional Contemporânea, Psicologia, Relações Internacionais, Saúde Coletiva, Segurança Internacional, Serviço Social, Sociologia e Tecnologia e Sustentabilidade (CSVM, 2024, p. 9)

Esse processo, que parte da produção científica e vai até a atuação na realidade voltada a serviços públicos e atuações sociais, possui impacto significativo no cenário migratório, buscando vias para o acolhimento local. A UCDB vem se dedicando amplamente nos últimos anos a ações ligadas a essa área, como grupos de pesquisa e de estudo conectados a grupos dentro e fora do estado, bem como à participação dos docentes em discussões sobre a melhoria da realidade e da integração de migrantes e refugiados por meio do Comitê Estadual para Refugiados, Migrantes e Apátridas (Cerma).

A instituição também se articula por meio do Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria Sócio-Histórica, Migrações e Políticas Sociais (Gepemps). Certificado pelo CNPq e sediado nesta IES, o Gepemps surgiu como ação em 2013, com o intuito de investigar as intersecções entre migração, refúgio e desigualdade social sob a ótica da Psicologia Sócio-Histórica. O grupo, que analisa políticas públicas e subjetividades, apesar de estar vinculado principalmente ao curso de Psicologia à pós-graduação da mesma área, tem como participantes voluntários e bolsistas discentes de diversos cursos presentes na instituição.

O Gepemps é uma ação que, por meio da pesquisa e do ensino, já realizou diversos trabalhos, como publicação de livros, teses e dissertações, bem como organização e participação em colóquios e palestras. Ao utilizar a perspectiva socio-histórica para entender fenômenos sociais, subjetivos e singulares, o grupo se reúne regularmente para discutir o cenário da migração e do refúgio nos estados, fomentando a participação em ações diretas nos centros de atendimento e também em ações sociais pelos participantes, que, por vezes, vão a campo para compreender e agir nessa realidade. A atuação integra alunos de iniciação científica, mestrado e doutorado, além de professores doutores da UCDB. Ainda contou com o incentivo de ações como Mulheres na Ciência, programa que estimula a produção científica de mulheres pesquisadoras. Em conjunto a essa e outras iniciativas dentro do grupo de estudos, ações e pesquisas foram destinadas à realidade da mulher migrante, que tem aspectos específicos dentro das relações migratórias.

A UCDB, com representantes docentes, participa da discussão sobre cenário migratório por meio da realização de conferências e conselhos, como a Conferência Estadual de Migrações, Refúgio e Apátrida (Cemigrar) e o já referenciado Comitê Estadual para Refugiados, Migrantes e Apátridas em MS (Cerma-MS). A Cemigrar tem como foco discutir, em nível estadual, a promoção de políticas públicas para migrantes, refugiados e apátridas, buscando garantir a inclusão deste público, prezando os direitos humanos. A conferência do Cemigrar-MS, sediada na UCDB, teve sua primeira edição em 2024, elegendo delegados para a segunda etapa de discussão em cenário nacional, com representantes que discutiram e vão

eleger propostas de políticas públicas para migrantes.

O evento contou com a integração de outras universidades do estado, além de discentes, representantes do setor público e também a presença significativa dos migrantes, mostrando a possibilidade de atuação no modelo de IA2. Discutindo sobre cidadania em movimento, os debates propostos circularam pelos eixos de igualdade de tratamento e acesso a serviços públicos, interculturalidade e diversidade, enfrentamento às violações de direitos, inserção socioeconômica, regularização migratória e documental, entre outros. A conferência mostra também a atuação com diferentes setores participantes, como Ministério Público do Mato Grosso do Sul (MPMS); Defensoria Pública da União (DPU); Defensoria Pública do Estado do Mato Grosso do Sul (DPGE-MS), a UFMS, Uems, UCDB, UFGD, Polícia Federal (PF); Serviço Pastoral do Migrante Diocese de Santa Cruz Corumbá (SPM-MS); e o Cerma-MS.

Já o Cerma é um órgão consultivo, de caráter permanente, que propõe ações e iniciativas de atenção e defesa aos refugiados, migrantes e apátridas, com a finalidade de promover sua inserção no território sul-mato-grossense, observando as especificidades interculturais, bem como propor e acompanhar a implementação de políticas públicas estaduais voltadas à promoção e à proteção de seus direitos. Nesse contexto, cabe ainda o acompanhamento da elaboração e do monitoramento do Plano Estadual de Políticas de Atenção a Refugiados, Migrantes e Apátridas, visando assegurar o acesso desse público às políticas públicas no âmbito estadual. De modo semelhante, Cerma atua no apoio, na viabilização, na implementação e na fiscalização das políticas públicas direcionadas a refugiados, migrantes e apátridas em todas as esferas da administração pública estadual, com vistas à garantia da promoção e da proteção de seus direitos.

A UCDB promove também o projeto de extensão “Cidadania Sem fronteiras”, atuando no acolhimento de migrantes em situação de vulnerabilidade. Essa iniciativa foca em prover orientações sobre direitos, deveres e acesso a serviços públicos em ações com adultos e crianças. Composto por docentes e bolsistas discentes e voluntários, esse serviço possui parcerias com o Cedami e, além das ações jurídicas e de saúde, também fomenta ações culturais, como a Páscoa dos Migrantes e produções didáticas de cartilhas informativas, por exemplo.

O Programa encaminha o atendimento aos migrantes para setores como o Núcleo de Práticas Jurídicas (Nuprajur) da Católica e para a Clínica-Escola UCDB. Esse projeto de extensão se destaca ao buscar a inserção social na comunidade local, atendendo, de forma multidisciplinar, com as disciplinas de Psicologia, Direito, Educação Física, Medicina

Veterinária, Pedagogia e Serviço Social. Conforme Azevedo *et al.* (2022, p. 17):

Além disso, o projeto tem suscitado reflexões e discussões dentro da Universidade, possibilitando que professores e estudantes ampliem seus conhecimentos sobre a temática da migração e assim possam disseminar tais informações com outras pessoas e grupos, especialmente dentro da Universidade, a fim de ampliar os entendimentos sobre a migração e o refúgio não somente na extensão, mas de modo a expandir este diálogo para o ensino e a pesquisa.

O grupo também realiza rodas de conversa, atendimentos individuais e orientação em grupo sobre políticas públicas, direitos, saúde, entre outros temas. Auxiliam na produção de currículos e em modos de comportamento em entrevistas de emprego, promovendo, durante os encontros, atividades recreativas ligadas à área de educação física para crianças migrantes. Adicionalmente, a UFMS possui o Observatório Fronteiriço das Migrações Internacionais (Migrafon), iniciado em 2021, que articula pesquisadores de pós-graduação desta IES, em parceria com a UFGD, a Uems e a CSVN. No campo da pesquisa, ensino e extensão, o observatório investiga as dinâmicas e as especificidades referentes à migração internacional nas fronteiras, a fim de construir propostas de atuação política e social. Tem como objetivo analisar e transformar as adversidades dos processos migratórios nos espaços fronteiriços, buscando o aprofundamento do conhecimento teórico e metodológico da produção científica atual.

4.5 Integração laboral

Outro desafio que as universidades estão enfrentando para promover o acolhimento está na integração laboral da comunidade migrante, uma vez que é por meio do trabalho que esse público pode buscar sua emancipação e qualidade de vida.

É por meio do trabalho e emprego que pessoas refugiadas podem se integrar de forma completa no Brasil, atingindo a independência financeira e a autossuficiência. O tema do trabalho se relaciona à perspectiva de uma vida digna e empoderamento. Quando integrada do ponto de vista laboral, a população refugiada contribui economicamente para a diversificação da economia e com suas capacidades para a sociedade como um todo (Cátedra Sérgio Vieira de Mello, 2024, p. 23)

É importante que o migrante receba informações e tenha conhecimento de como funciona o mercado de trabalho, compreendendo como ocorrem os caminhos legais para o ingresso e sua regularização laboral. As universidades também vêm contribuindo para levar esse conhecimento ao público, para melhor atendê-lo, e realizando produções científicas que mostram como essa integração está ocorrendo em todo o Brasil, sugerindo melhorias para a

integração social. Entre 2023 e 2024, 17 universidades brasileiras ofereceram serviços de inserção laboral, contemplando mais de 600 atendimentos.

A OIM prevê caminhos para esse processo de integração que pode possibilitar o acolhimento, projetando oportunidades para esse público com base em processos formativos, importantes para que a ação realmente funcione. Para que essa ação seja efetiva, ela se apoia em quatro alicerces — inserção e integração laboral, treinamentos e capacitações, fomento e empreendedorismo e acesso a direitos e informações — que devem ser pautados em parcerias.

4.6 Assessoria Jurídica

Outra ação realizada pelas universidades e pela rede é o acesso à justiça e assistência jurídica para a proteção de migrantes forçados e refugiados, serviço fundamental para o processo de integração e acolhida na sociedade. Os principais serviços de assessoria jurídica, são os atendimentos de pré-documentação, orientação para solicitação da documentação de condição de refúgio, revalidação de diplomas ligados diretamente a universidades, regulamentação de documentação de identificação de origem e nacional. Serviços esses, que podem ter valor de custo alto para esse público, que ainda está passando por processo de inserção laboral.

Para ambientação, o relatório da CSVN (2024, p. 15) identificou que “entre julho de 2023 e julho de 2024, 24 universidades ofereceram serviço de assessoria jurídica, realizando mais de 7.100 atendimentos”. Houve trabalho intenso e relevante para que a rede de alguma forma, garantisse o acesso a estes serviços para esta população, desenvolvendo projetos junto a cursos e ações docentes de pesquisa e extensão, para evitar que migrantes fiquem com documentação vencida e irregular, facilitando um processo que muitas vezes confronta com a burocracia.

A busca por assistência jurídica, percorre por longos processos de espera somados a sobrecarga de setores públicos, fazendo com que a intervenção das universidades nesse setor seja fundamental para agilizar esses atendimentos, que podem ser determinantes na situação de acolhimento no território. Nesse aspecto, a busca pela regulamentação, entra no processo de acolhimento por impactar outros pontos, como saúde física e mental, acesso a instituições de ensino básico e superior e a inserção laboral, passa pelo âmbito de atendimento desse público, considerado em vulnerabilidade.

As principais dificuldades encontradas, para que a população tenha acesso a esse direito, está o desconhecimento sobre os direitos e a falta de acesso à informação dos

usuários, como também a má formação dos servidores do poder público, somadas às barreiras linguísticas e socioculturais, entraves burocráticos, falta de acesso a documentos que estão retidos no país de origem. A falta de acesso a essa documentação pode intensificar a situação de vulnerabilidade desse público, afastando as perspectivas de escuta, inserção e acolhimento no território.

Entraves burocráticos no acesso aos serviços e direitos, assim como dificuldades no acesso à documentação — incluindo, por exemplo, os documentos dos países de origem solicitados para o Registro Nacional Migratório e o comprovante de residência — foram também indicados como barreiras enfrentadas pela população migrante. [...] A ausência de políticas públicas voltadas à população migrante é observada como um impedimento para o acesso aos serviços públicos em diferentes campos, como saúde, educação (incluindo o nível superior) e habitação. Tal panorama corrobora o receio de uma parcela das pessoas migrantes, especialmente daquelas em situação indocumentada, de ocupar determinados espaços nas cidades ou mesmo denunciar crimes e violências dos quais são vítimas, como a xenofobia e a discriminação. (Waldman *et al.* 2020 p. 31)

Diante desse cenário, essas ações encontradas têm sido importantes, por desenvolver também capacitação e sensibilização para atendimento dessa população, principalmente ao tentar transpassar as barreiras linguísticas, socioculturais e de periferização.

Não somente isto, as universidades têm se engajado ao realizar outro importante serviço, que é o estabelecimento de procedimentos de revalidação de diplomas, que leva em conta as condições relatadas acima. Nota-se como esse processo jurídico, interfere em outras ações como o ingresso facilitado e inserção laboral. A revalidação possibilita que os indivíduos tenham em posse os documentos comprobatórios de suas qualificações acadêmicas, abrindo campo para que a comunidade encontre melhores condições de trabalho e busque a inserção e a autossuficiência.

Além desses elementos, essa população pode desenvolver novos projetos de vida e aspirações profissionais, contribuindo também para o desenvolvimento efetivo da sua comunidade em perspectiva local. Para realizar essa ação é necessário:

No Brasil, para que o diploma expedido por uma instituição estrangeira seja reconhecido como válido, a pessoa interessada deve apresentar uma série de documentos a uma universidade pública, que será responsável por analisar se aquele diploma pode ou não equivaler a um currículo de ensino válido no país. Neste sentido, as IES que compõem a CSVM criam procedimentos de revalidação voltados especificamente para a população refugiada, a fim de que essas pessoas possam prosseguir com seus estudos e eventuais aspirações acadêmicas. (Cátedra Sérgio Vieira de Mello, 2024. p. 14)

As universidades compreendem que ter o diploma validado viabiliza o acesso a vagas de trabalho condizentes com a formação profissional obtida no país de origem, aumentando

também a média salarial para sustento e qualidade de vida. Nessa perspectiva, essas ações se pautam em normativas que garantem o processo facilitado para revalidação.

“o artigo 14, da Portaria Normativa nº 22/ 2016, do Ministério da Educação, prevê que pessoas reconhecidas como refugiadas no Brasil têm direito a um processo facilitado para revalidação de diplomas, a fim de que essa população tenha a oportunidade de aproveitar as conquistas acadêmicas anteriormente obtidas.” (Cátedra Sérgio Vieira de Mello, 2024. p. 14)

Entretanto, esses direitos sempre entram em conflito com os já citados empecilhos existentes, que impedem o processo de acolhimento, que são a falta de divulgação das informações, desconhecimento das leis do país, dificuldades linguísticas e culturais e pagamento de taxas, fazendo com que grande parte da população não tenha acesso a esse recurso.

As universidades ligadas à CSVm fazem também um trabalho ligado ao processo de revalidação de diplomas de Ensino Superior, apoiando o reconhecimento da conclusão do Ensino Médio, facilitando o acesso ao ensino universitário no Brasil. A UFGD vem realizando importante ação nessa área, na imagem 1, identificam-se refugiados e migrantes da Venezuela, com seus certificados de equivalência produzidos pelo Conselho Estadual de Educação do Mato Grosso do Sul (CEE-MS), com apoio da CSVm da UFGD.

Imagem 1 – Refugiados e migrantes venezuelanos recebem seus certificados de equivalência



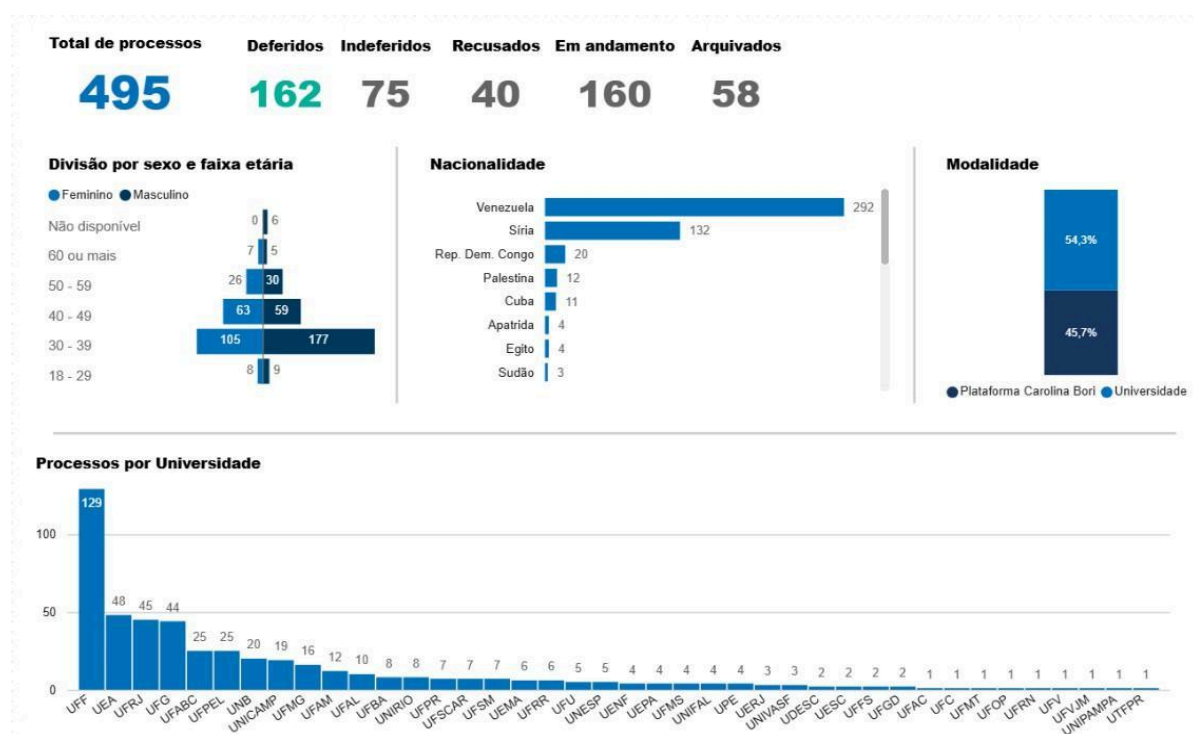
Fonte: Cátedra Sérgio Vieira de Mello, 2024. p. 14

As IES estão buscando atuar em rede junto ao setor público para fomentar determinações que ampliem o benefício da gratuidade da revalidação de diplomas, fruto da colaboração não apenas em nível estadual. O Acnur e as CSVm, em 2023, produziram um relatório intitulado “Revalidação de Diplomas de pessoas refugiadas: desafios e

oportunidades”, que trata do atual modelo de revalidação de diplomas²⁰ presente no Brasil, fichando os aspectos técnicos da revalidação, sendo importante material para consulta da rede. Esse documento aponta que, entre 2023 e 2024, 219 diplomas foram revalidados pelas IES brasileiras que compõem a CSVm, entre elas uma universidade do Estado: UFPR (60), UFSM (56), UFMS (27), UFF (26) e UFRR (26)

Os dados indicam que esse tipo de atividade só tem aumentado nos últimos anos. Com base no relatório do Acnur (2025), entre 2016 e 2022, foram abertos cerca de 495 processos de revalidação de diplomas, dos quais 162 foram deferidos. As principais nacionalidades atendidas são a venezuelana e a síria, enquanto os principais cursos para revalidação são Direito, Pedagogia, Administração, Ciências Contábeis e Odontologia, como apresenta o Gráfico 4.

Gráfico 4 – Números da revalidação de diplomas em território nacional entre 2017 e 2024



Fonte: Agência da ONU para Refugiados (2025).

Em complemento, a UFMS possui a Liga Acadêmica de Direito Internacional dos Refugiados (Ladir), uma ação discente que visa fomentar, na formação acadêmica de

²⁰ Verifica-se que os diplomas revalidados eram de variados cursos, entre os quais: Administração, Agronomia, Antropologia, Arquitetura e Urbanismo, Biologia, Biotecnologia, Ciência da Computação, Ciências Ambientais, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Ciências Jurídicas e Sociais, Direito, Educação, Enfermagem, Engenharia, Engenharia de Petróleo, Engenharia de Produção, Engenharia de Telecomunicações, Engenharia Florestal, Engenharia Mecânica, Farmácia, Física, Geografia, Geologia, Humanidades, Letras, Matemática, Medicina, Odontologia, Pedagogia, Psicologia e Saúde (Cátedra Sérgio Vieira de Mello, 2024).

estudantes da área de Direito, estudos e atuação no campo migratório. Dessa forma, busca atuar na assistência jurídica para refugiados, solicitantes de refúgio, apátridas e demais migrantes em situação de exclusão social, visando à proteção e à efetivação dos direitos humanos para esse grupo. A associação acadêmica, reconhecida pela IES, também busca investigar problemáticas relacionadas à migração no campo da pesquisa e da produção científica, participando de congressos e publicações nesse campo de conhecimento.

4.7 Serviços de saúde e psicossocial.

Outro tipo de atuação encontrada são os serviços de atendimento de saúde e psicossocial, trabalhos que, a cada ano, mostram-se mais necessários para a comunidade. Ao adentrar um novo território, a falta de compreensão das leis e a busca por direitos deixam o migrante em estado de vulnerabilidade, e quando se trata de serviços de saúde, a falta de acesso pode acarretar complicações irreversíveis.

Como analisa a OIM (2022), a comunidade migrante pode enfrentar obstáculos no acesso aos serviços de saúde por conta de uma série de fatores, como barreiras linguísticas, irregularidades no status migratório, desconhecimento normativo do sistema de saúde do país, perda ou falta de documentação, barreiras culturais e de discriminação, medo de deportação, entre outros. Nesse quadro, dependem das políticas e de intervenções da rede para terem acesso aos cuidados de saúde.

Acentua-se que a Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 9.474/1997 asseguram o direito à saúde aos solicitantes da condição de refúgio e às pessoas refugiadas, mas o acesso eficaz a este direito é um desafio diário para essa população. Por essa questão, as IES vêm oferecendo serviços complementares de apoio à saúde física e mental para a população migrante, normalmente ligados aos cursos de graduação e pós-graduação ligados à área da saúde, em atividades como “acesso aos hospitais e clínicas mantidas pelas IES; aos serviços de atenção básica e odontologia oferecidos pela universidade; atendimentos emergenciais; e encaminhamentos voltados para a área de saúde” (CSVM, 2024, p. 19). Também é possível encontrar serviços nas áreas de “capacitações para a sensibilização de gestores e profissionais que atuam na área da saúde” (CSVM, 2024, p. 19).

O migrante internacional, independentemente do seu status migratório, deve ser incluído no fluxo normal do serviço de saúde do país, sendo necessária a adoção de estratégias para acolhê-lo e inseri-lo no sistema. Levam-se em consideração as questões culturais e linguísticas, bem como a história sociocultural dessa população. Conforme

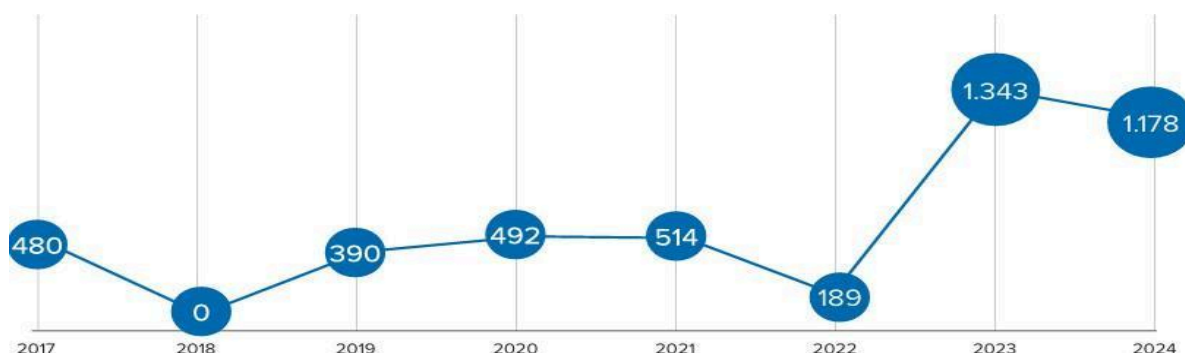
Delamuta (2020), nos encontros entre a saúde pública e a população migrante, a interação se fundamenta em diferentes formas de comunicação, como a língua, os gestos, a entonação, os rituais e outros meios expressivos, com o objetivo de respeitar a singularidade dos sujeitos e favorecer a escuta empática, o acolhimento e a compreensão das necessidades e das mensagens silenciosas presentes na comunicação não verbal.

Os serviços de atendimento psicossocial também foram ações realizadas pelas IES, no âmbito da atuação em saúde. Segundo relatório da CVSM (2024), o processo de deslocamento forçado pode acarretar profundos traumas nos indivíduos que o vivenciaram. Por conta desse cenário, o encaminhamento para o apoio à saúde mental e ao bem-estar psicossocial foi objeto de atuação fundamental para o acolhimento de pessoas com necessidade de proteção internacional.

Visando ao acolhimento no território, os serviços de apoio psicossocial cumprem tarefa importante na prevenção e mitigação de problemas sociais acarretados pelo deslocamento forçado. É comum acompanhar nas casas de recepção variados casos de migrantes e refugiados com traumas gerados por abusos, violência física e mental, entre outros. O processo de acolhimento e de escuta qualificada passa importantemente pelo acesso pleno e eficiente aos serviços de saúde de uma comunidade que necessita muito.

Essa ação não é característica apenas das universidades de Mato Grosso do Sul em 2024, conforme dados do relatório da CSVM (2024). No Brasil, 17 IES convencionadas à Cátedra reportaram que oferecem esses serviços. O encaminhamento é realizado por organizações da sociedade civil (presença das hélices), que possuem contato direto com solicitantes e pessoas refugiadas. Essa atitude mostra que as IES são elemento fundamental para a rede de acolhida, possibilitando o apoio na integração e na proteção desta população, realizando número elevado de atendimentos, como apresenta o Gráfico 5, eo que evidencia a relevância da atuação das IES em escala estadual e nacional, entre os anos de 2017 e 2024.

Gráfico 5 – Atendimentos de saúde/psicossociais realizados pelas IES convenionadas à CSVm



Fonte: Cátedra Sérgio Vieira de Mello, 2024.

A pesquisa de campo identificou que as universidades vêm trabalhando para enfrentar as adversidades que se geram ao implementar os produtos. Programas de flexibilização de ingresso facilitado, de revalidação de diplomas e iniciativas de permanência nas universidades existem em diversas IES.

Entre os desafios encontrados, além dos já citados, estão a burocracia, os custos, o tempo de espera, a falta de recursos, a vontade política, a falta de comunicação e transparência, a alta demanda, a falta de treinamento de servidores, a interlocução entre órgãos públicos e privados, a falta de padronização, entre outros. Outro entrave esbarra na periferização das migrações. Sobre isso, Waldman (2020) ressalta que os migrantes enfrentam a situação em que os aparelhos públicos de atendimento são centrais e a questão geográfica dificulta muito, pois as pessoas têm que se locomover até o centro da cidade para serem atendidas, o que implica gastar uma ou duas vezes com transporte ao longo do dia. Nesse aspecto, o enfrentamento das IES parte da flexibilização para aumentar o número de migrantes atendidos. Como aponta o relatório da CSVm (2024, p. 15)

Para colaborar com a revalidação de diplomas, atualmente, 14 IES conveniadas à CSVm possuem programa específico ou norma sobre facilitação de revalidação de diplomas de pessoas refugiadas, apátridas, solicitantes da condição de refugiado, ou beneficiárias de vistos humanitários. Neste caso, realiza-se a flexibilização do processo de revalidação de diplomas de graduação obtidos no exterior quando ocorre a falta de algum documento.

Do mesmo modo, criaram programas de permanência nas universidades, pois a falta de recursos para custear gastos como os de alimentação, alojamento e transporte pode impossibilitar que uma parcela do público permaneça na universidade, aumentando a evasão. Para isso, algumas universidades, incluindo a UFMS e a UFGD, têm apoiado estudantes em serviços de auxílio financeiro, como as já citadas bolsas de estudo, auxílio-moradia, vagas em

residência estudantil, auxílio-transporte, entre outros (CVSM, 2024).

Assim, nos últimos anos, as universidades de Mato Grosso do Sul têm desenvolvido ações voltadas ao acolhimento de refugiados e migrantes nas dimensões de pesquisa, ensino e extensão. Tais iniciativas, entretanto, articulam-se, por vezes, de forma fragmentada com os diferentes setores da sociedade, conforme evidenciado por dados provenientes de editais, notícias, produções científicas e páginas institucionais.

Dessa forma, torna-se necessário reposicionar o usuário como elemento central na resolução dessas adversidades, promovendo a consolidação de um ecossistema de inovação em rede, temática que será aprofundada no tópico seguinte.

5 PLATAFORMA DE ENGAJAMENTO: PRINCÍPIOS DO ECOSSISTEMA DE INOVAÇÃO EM REDE

O presente capítulo tem como objetivo apresentar e fundamentar a proposta de uma plataforma de engajamento, com mediação digital, voltada à operacionalização dos princípios do Ecosistema de Inovação em Rede no contexto do acolhimento a imigrantes e refugiados pelas universidades de Mato Grosso do Sul. Após a análise das ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelas IES investigadas, bem como a identificação de suas potencialidades e limitações, evidencia-se a necessidade de um instrumento integrador capaz de facilitar, em tempo real, o processo de cocriação de soluções inteligentes, por meio do conjunto de partes envolvidas na governança migratória, com base nos princípios do Ecosistema de Inovação em Rede.

Nesse sentido, o capítulo propõe a construção de um ambiente digital estruturado sob os pressupostos da IA2, com ênfase na cocriação, na governança compartilhada, na participação ativa dos usuários e na atuação colaborativa entre universidade, poder público, setor privado, sociedade civil e comunidade migrante. Busca-se, portanto, delinear os fundamentos conceituais e estratégicos da plataforma, destacando seu papel como mediadora de processos colaborativos e catalisadora de soluções inteligentes

Além disso, objetiva-se demonstrar como a referida plataforma pode fortalecer a integração das ações já existentes, ampliar sua visibilidade, reduzir sobreposições e lacunas institucionais e potencializar o alcance territorial das iniciativas. Dessa forma, o capítulo apresenta não apenas uma proposta instrumental, mas uma estratégia estruturante para o aprimoramento das políticas universitárias de acolhimento, fundamentada em uma lógica multissetorial, multidimensional e orientada às necessidades reais dos migrantes e refugiados.

As plataformas de engajamento se configuram como ambientes digitais que possibilitam a interação entre diferentes atores sociais, favorecendo processos colaborativos de criação e compartilhamento de conhecimento. Inseridas no contexto da expansão das tecnologias da informação e comunicação e da consolidação das redes digitais, essas plataformas ampliam as possibilidades de participação ativa de usuários e clientes nos processos de inovação. Nesse cenário, o conceito de cocriação ganha destaque ao propor a construção conjunta de valor entre organizações e participantes, pois, como já citado, rompe com os modelos tradicionais de produção centrados exclusivamente nas empresas.

Nesse contexto, esses ambientes podem assumir diferentes funções, como a geração de ideias, a troca de experiências sobre produtos e serviços, o desenvolvimento colaborativo de

processos e até mesmo a participação em processos decisórios. Tais iniciativas demonstram que o valor não é mais produzido exclusivamente dentro das organizações, mas emerge das interações estabelecidas entre usuários e instituições nos chamados pontos de interação.

As plataformas de engajamento são ambientes virtuais que propiciam a cocriação de experiências de valor para o produto. Mais que um ambiente de colaboração e inovação aberta, essas plataformas dizem respeito à natureza ou níveis de engajamento das pessoas no ato de criatividade. O ato de criatividade depende, portanto, de um ambiente no qual a “cocriatividade” ative ocorra e remeta, para além do crescimento econômico [...] (Arbex *et al.*, 2013).

Assim, observa-se que o engajamento digital se constitui como um elemento estratégico para organizações que buscam inovação e maior aproximação com seus públicos. Ao estimular a participação ativa, o compartilhamento de experiências e a construção coletiva de soluções.

5.1 Acolhimento a imigrantes e refugiados e os princípios do ecossistema de inovação em rede

Como abordado, as IES de Mato Grosso do Sul têm proporcionado serviços relevantes para a integração de refugiados e migrantes no território do Estado. Entretanto, foram identificados alguns elementos que excluem grupos específicos e impedem que uma parcela deles desfrute de iniciativas. O questionamento que se levanta com base nos dilemas apresentados é o fato de que, mesmo a academia tendo conhecimento da realidade dos migrantes forçados e possuindo pesquisadores competentes em nível de mestrado e doutorado que trabalham com a temática, os processos permanecem excludentes para muitos. A resposta a esse questionamento estaria na forma como as IES propõem as resoluções das ações, pautadas em decisões tomadas de cima para baixo, quando o momento exige passar os migrantes forçados de beneficiários a atores.

A academia, mesmo que dedique esforços contínuos para que o acesso às ações seja o mais inclusivo e benéfico possível, sozinha, não conseguirá encontrar todas as soluções para essa realidade. O que se propõe, então, é que ações, como chamadas de editais de ingresso facilitado, ensino da língua portuguesa, revalidação de diplomas e demais atividades sociais, tenham como base de elaboração as experiências abordadas na IA2, a fim de propor soluções inovadoras por meio dos ecossistemas de inovação, que proporcionarão ideias mais ajustadas às necessidades dos usuários.

Acredita-se que a inovação ocorre quando o usuário se torna cocriador, participando

do processo de inovação e da solução das problemáticas encontradas no produto. Deve-se, então, enxergar as ações de acolhimento como um produto e os refugiados e migrantes em situação de vulnerabilidade como consumidores/beneficiários deste produto. Dessa maneira, as ações seriam mais eficazes se trouxessem os próprios beneficiários finais como protagonistas no processo de criação, entendendo que ninguém sabe melhor de suas necessidades do que o próprio sujeito migrante.

A partir desse reconhecimento, tal “produto” seria concebido conforme os preceitos da IA2, que vão propor soluções inovadoras para os reveses retratados nos tópicos anteriores. Sendo assim, a responsabilidade de encontrar respostas não ficaria apenas para a acadêmica e seus pesquisadores, mas para todo um ecossistema composto por empresas, universidades, poder público e sociedade civil, inseridos em um ambiente construído.

O meio de pensar e elaborar ações fomentadas para acolher a população em deslocamento forçado, seja por universidades e ONGs, seja pelo setor público, não é mais compatível com a forma de atuação que a atualidade exige, em que se deve lidar com as demandas globais de maneira criativa, sustentável e em rede.

Apoiado em Curley e Salmelin (2013), a proposição de soluções inovadoras de forma isolada configura-se como um modelo ultrapassado, característico da inovação fechada. Nesse paradigma, observa-se a ausência de comunicação entre os diferentes atores, o que resulta em um processo linear, de natureza competitiva e restrita. Consequentemente, as transformações tendem a ocorrer de maneira mais lenta, enquanto os processos inovativos permanecem concentrados nos setores de pesquisa e desenvolvimento, cabendo à sociedade civil um papel predominantemente passivo, limitado à adoção, ou não, dos produtos gerados.

Diante desse cenário, torna-se necessário direcionar o olhar para novas formas de enfrentamento dos desafios contemporâneos, à luz dos preceitos da IA2, a qual se apresenta como uma abordagem promissora para a construção de processos de acolhimento mais efetivos, concebidos como ações verdadeiramente facilitadoras e integradas

Para que isso funcione na prática e que o modelo de inovação aberta seja de fato utilizado para o melhoramento dessas ações, sugerem-se algumas iniciativas com base no que se apresentou até o momento. Primeiro, aconselha-se que a academia se abra, por meio de seus colegiados, às demais partes interessadas, na discussão e na atuação com imigrantes e refugiados. Em segundo, aconselha-se que se organizem por meio das arenas públicas, trabalhando em ações conjuntas, para encontrar soluções inovativas com objetivos em comum, buscando o impulso de experimentar e causar a ruptura em processos estabelecidos.

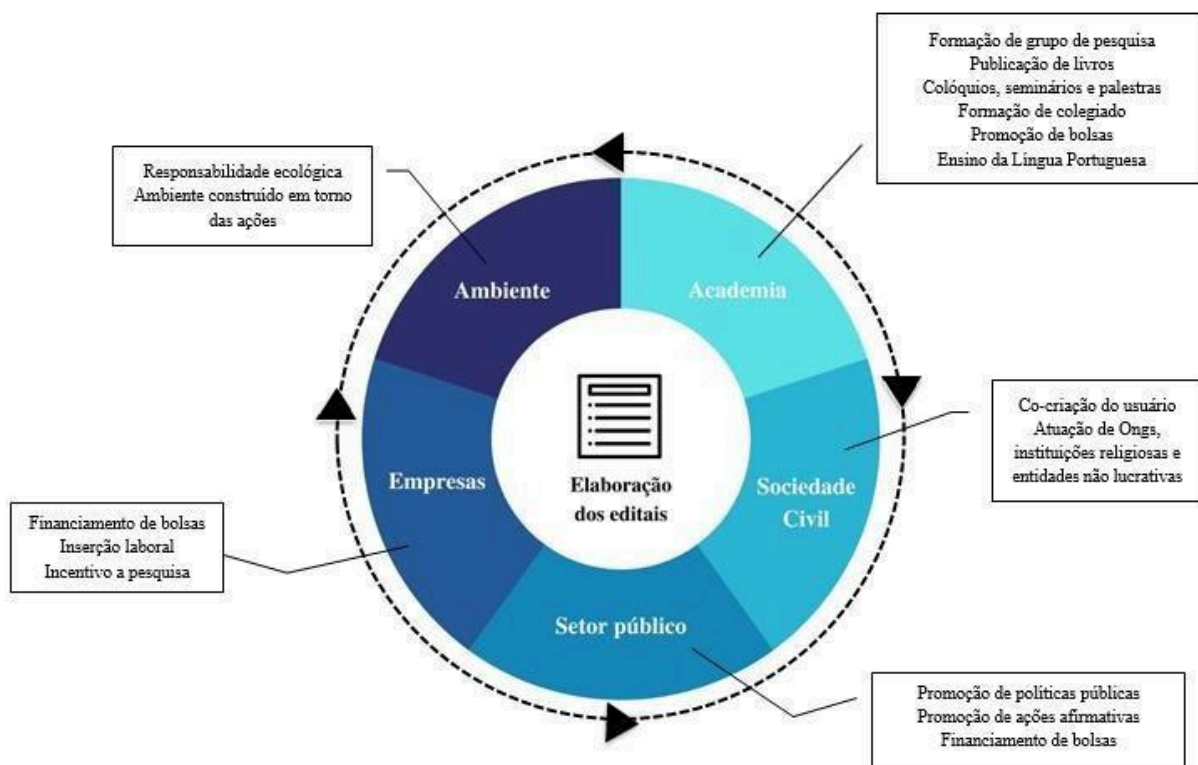
Nesse sentido, muitas das complicações podem ser transpassadas com iniciativas

compartilhadas desses setores, em que cada um traz a sua experiência e atuação, tratando como protagonista o usuário. Por meio das arenas públicas, os refugiados e migrantes poderão expor as suas principais necessidades a serem atendidas, acelerando o processo de resolução.

As empresas poderiam contribuir por meio do financiamento de bolsas, do incentivo à pesquisa e da promoção da integração laboral. A academia, por sua vez, seguiria fortalecendo suas ações nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão. Os setores públicos atuariam por meio da formulação e implementação de políticas públicas e ações afirmativas nas esferas municipal, estadual e federal, propondo iniciativas de acolhimento e formação no âmbito institucional. Já as organizações não governamentais e associações desempenhariam papel fundamental no fortalecimento de ações sociais, identitárias e culturais, essenciais ao processo de acolhimento. Nesse contexto, a articulação entre esses diferentes atores possibilita a construção de um modelo mais integrado e responsivo, orientado às necessidades do usuário.

Assim, as decisões poderiam deixar de ser tomadas de cima para baixo (*top-down*) ou apenas de baixo para cima (*bottom-up*) e passar a ser mais sistêmicas (*top-down e bottom-up*), por meio de governança colaborativa e do valor compartilhado. Por conseguinte, os migrantes forçados, por intermédio desses valores, seriam colaboradores e cocriadores do produto, o que tornaria a adoção mais rápida.

Como primeiro exemplo de preceitos que podem ser benéficos às ações já existentes e ser aplicados pela rede, observamos os editais. Até o momento, estes seriam elaborados por todos os envolvidos, compartilhando ideias, competências, experiências e recursos, como mostra a Figura 8.

Figura 8 – Elaboração dos editais com base na Inovação Aberta 2.0

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Lara *et al.* (2020)

Conhecer o seu usuário é parte fundamental e trazê-lo para a discussão com o colegiado poderia causar a ruptura dos dilemas de ordem linguística encontrados nos editais. Por exemplo, a participação dos migrantes nas arenas públicas seria um excelente espaço para conhecer, junto a eles, as variedades linguísticas existentes na comunidade. Com essa interação, entender-se-ia quais idiomas a acessibilidade linguística deveria abranger, ou seja, aqueles em que o seu público-alvo deve ser atendido, como inglês, espanhol, francês, crioulo, etc. Essa ação aceleraria o processo de adoção, pois essa mudança atenderia a uma necessidade direta do usuário, que é entender, em sua língua natal, as normativas que estão presentes no edital.

Então, de forma disruptiva, os editais, provas e sites podem deixar de ser apresentados apenas na língua portuguesa e ser cocriados pelos migrantes que ajudariam na tradução/confecção do texto em colaboração com o colegiado, inclusive revisando as partes mais técnicas e inconclusas, que causam maior confusão neste grupo. O produto, dessa forma, pode atingir um maior número de pessoas que não haviam sido atendidas até o momento, ao contar com traduções em diferentes idiomas.

Pode-se também, por meio desse modelo, intensificar as ações de pesquisa, ensino e extensão, criando mecanismos de permanência nos editais, como a disponibilidade dos cursos

de ensino da língua portuguesa para acolhimento. As partes, em conjunto, podem propor ações ao trocar experiências para melhorar cursos já existentes ou propor novos. Os usuários podem retratar suas principais dificuldades vivenciadas por não terem domínio do idioma, oportunidade perfeita para que o corpo docente entenda melhor o cotidiano vivido pelos migrantes e pratique a melhoria da abordagem dos cursos. Os usuários também podem participar ativamente do processo ao atuarem como professores após a conclusão do curso. As arenas dariam a oportunidade de desenvolver ações de permanência voltadas à alimentação, ao transporte e à moradia.

A acessibilidade administrativa pode se tornar mais inclusiva quando se passa a escutar os migrantes sobre as dificuldades de obter certas documentações. As partes, em conjunto, podem projetar novas ideias para suprir essa problemática, propondo, por exemplo, alternativas de comprovação e até mesmo criar um colegiado com participação ativa do usuário, que pode atuar na comprovação da situação migratória por meio de entrevistas com o candidato.

Por intermédio dessas entrevistas, um comitê organizado com base em governança compartilhada, pode ajudar na tomada de decisões acerca do acesso a cursos superiores e demais ações com base em documentação, atendendo de forma mais direta e efetiva à situação do solicitante. Como exemplo, ao entender a realidade do migrante por meio de escuta qualificada, pode-se, compreender, nesse caso, os motivos/causas de o solicitante possuir ou não os documentos necessários para ingresso nas IES no momento, sendo possível tomar as seguintes decisões: ampliar a margem de entrega de documentos obrigatórios até a data de finalização do curso ou retirada do diploma/certificado²¹, certificar por meio de entrevista a situação do migrante em território nacional, gerando um termo/justificativa, em total acordo entre o comitê, das motivações que levaram o solicitante a não possuir a documentação prevista em edital que comprove sua situação legal no país, no momento da matrícula ou após finalização do curso.

Vale ressaltar que a promoção de entrevista contendo a participação da totalidade dos representantes da rede é fundamental no processo situado acima, pois abre a possibilidade de compreender, com a participação conjunta, como superar um problema de exclusão. No modelo atual, essa configuração não é viável e estimula o inverso do acolhimento, ainda que

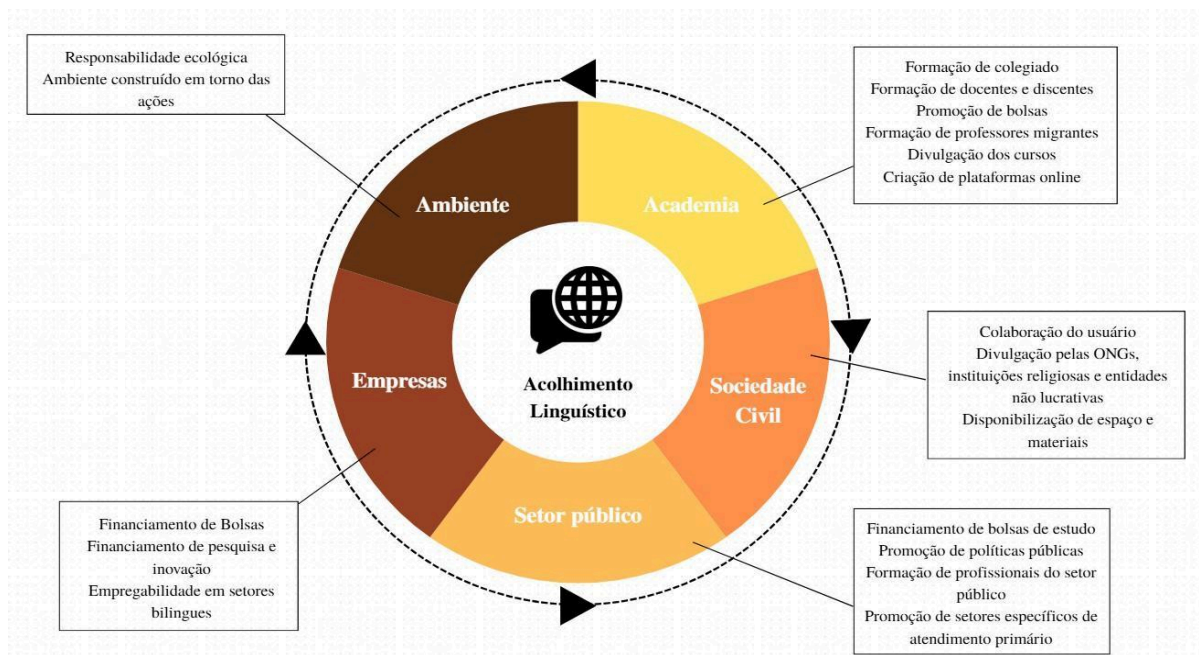
²¹ Não descaracterizando toda a jornada, caso o solicitante mesmo após a finalização do curso não encontre ou consiga dentro do prazo estipulado validar sua documentação, pois entende-se que essas etapas estão além de seu controle, uma depende do seu país de origem, onde em casos de migração forçada pode ter sido deixada para trás ou retida, ou do país de destino, em que a burocracia pode demandar tempo de espera insuficiente. Fica portanto, a critério e decisão final do comitê, sobre a necessidade ou não da apresentação deste documento ou justificativa após entrevista.

de forma não intencional e mesmo quando formalizada com base científica, o que é mais preocupante. Nota-se, como já mencionado, que só o fator da falta de posse da documentação para acesso a serviços previstos já pode ser fator eliminatório para grande parte do grupo migrante.

Em relação ao fortalecimento das ações de acolhimento linguístico, a rede também pode colaborar ao desenvolver um colegiado para enfrentar as principais adversidades que levam uma parcela da comunidade a não ser atendida por essa ação. A academia pode entrar com a formação de atuação junto ao público migrante, entre docentes e discentes, na formação de professores migrantes para atuarem principalmente nas fases iniciais do processo de ensino da língua portuguesa, diligenciando novas bolsas de estudo e pesquisa, especialmente para discentes da área de licenciatura em letras e pedagogia.

O poder público promove a formação de servidores que atuam diretamente com migrantes e refugiados que ingressam no território nacional, especialmente no atendimento primário realizado por meio de órgãos institucionais. Ademais, pode financiar bolsas de estudo em parceria com a iniciativa privada, a qual, por sua vez, contribui ao ofertar oportunidades de empregabilidade, sobretudo em áreas que demandam competências bilíngues. Considerando que parcela significativa da população migrante domina dois ou mais idiomas, tal articulação potencializa sua inserção no mercado de trabalho, conforme ilustrado na Figura 9, evidenciando a importância de estratégias integradas que valorizem essas competências no processo de acolhimento e inclusão socioeconômica.

Figura 9 – Fortalecimento do acolhimento linguístico com base na Inovação Aberta 2.0



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

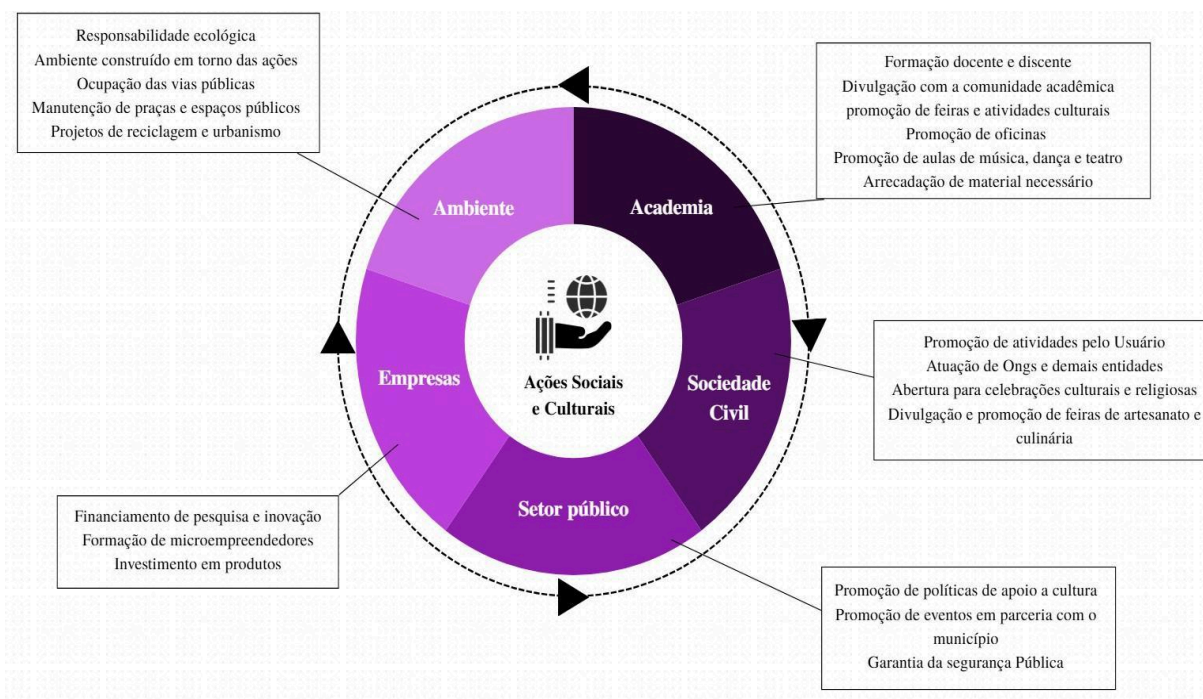
Como apontado anteriormente, apesar de se falar muito sobre a formação do migrante no idioma local, pouco se trabalha a troca cultural e a instrumentalização daquele que recebe. A rede acaba investindo muito na absorção da cultura local daquele que chega ao território e investe pouco quando se trata de aprender o idioma e a cultura dos povos que aqui chegam. Nesse aspecto, temos muito o que aprender utilizando a IA2, colocando os atores para trabalharem juntos na formação da rede, ensinando também o seu idioma.

Ao se ajustar às necessidades dos usuários, às ações sociais que, em grande parte das vezes, ficam a cargo da sociedade civil e do setor público, sobrecarregando essas hélices e gerando um acolhimento momentâneo, recebe novas características de atuação. O ambiente em torno das ações deve ser pensado com responsabilidade ecológica, podendo ser utilizados espaços públicos para a realização dessas ações, como praças, prédios públicos, museus, centros culturais, ginásios, feiras, associações, entre outros. As empresas podem colaborar, gerando empregabilidade, ofertando cursos, palestras e oficinas de empreendedorismo e investindo em produtos.

O setor público fomenta a promoção de políticas públicas de apoio à cultura, para celebrações culturais e feiras de artesanato e culinária, garantindo a segurança pública. Abre-se espaço para que o usuário expresse de forma bem clara e direta sua cultura, por intermédio das feiras culturais, gerando renda principal ou extra, vínculo e atuação no território, fortalecendo a comunidade e propiciando sua passagem de receptor parcial, em

ações pontuais e assistencialistas, a atuante no seu processo de emancipação. Esse esquema de atuação das hélices pode ser identificado na Figura 10.

Figura 10 – Fortalecimento das ações socioculturais com base na Inovação Aberta 2.0

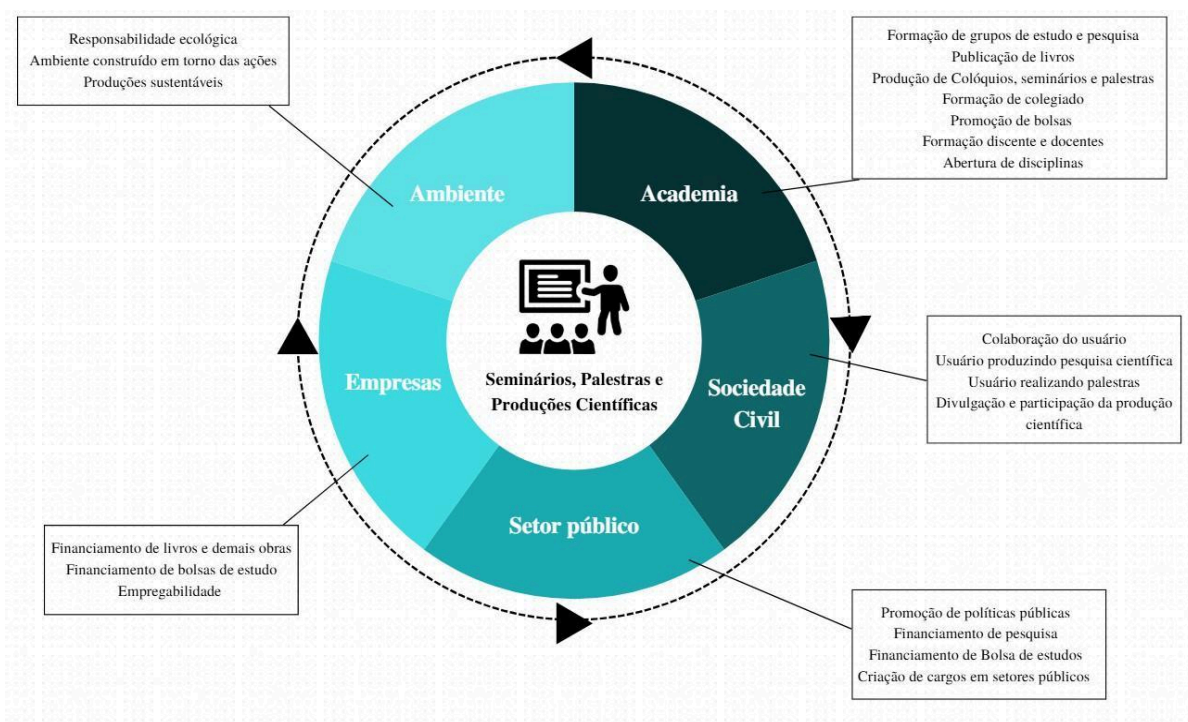


Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

É importante que a rede, ao tomar decisões de forma conjunta, escute sempre o usuário para compreender o que “falta” nas ações já realizadas pelas universidades, não por entender que elas são insuficientes, mas sim por entender que elas podem ser mais ajustadas. Essas “faltas” que vão sempre existir no modelo antigo podem sobrecarregar as IES se essas não trabalharem de forma colaborativa com a rede. Nesse quadro, o processo de produção científica é de suma importância para as perspectivas de acolhimento, ao discutir o tema e buscar soluções para os empecilhos.

Os usuários tomam enfoque no momento em que estão dentro da universidade, discutindo e produzindo material sobre sua própria realidade, organizando grupos de estudo e rodas de conversas, promovendo palestras e ocupando os demais espaços acadêmicos. Lembra-se que muitos migrantes já adentram o país com formação acadêmica significativa, além da bagagem profissional construída no país de origem, que podem e devem ser reconhecidas e aproveitadas no país. A Figura 11 mostra alguns preceitos de atuação da rede e como cada hélice pode agir para o fortalecimento dessa importante prática.

Figura 11 – Fomento de seminários, palestras e produções científicas com base na Inovação Aberta 2.0



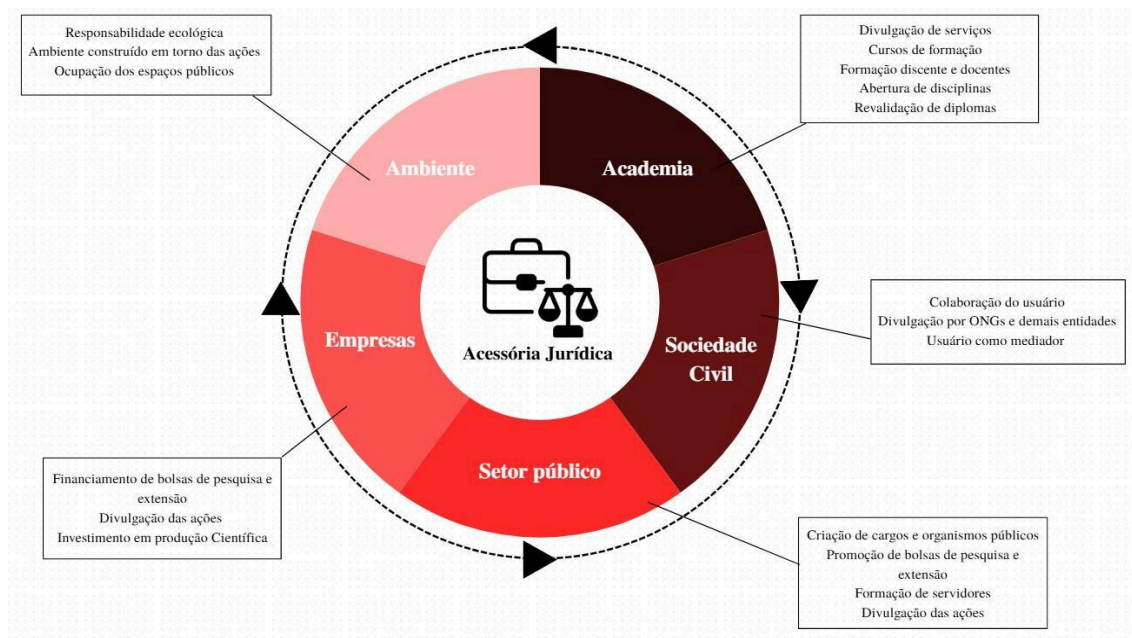
Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Em busca de tomadas de decisão mais horizontalizadas, os serviços de assessoria jurídica podem trabalhar caminhos da escuta qualificada. A academia continua fazendo o trabalho de divulgação da ação, com a formação discente e docente e participação na revalidação de diplomas. O poder público pode trabalhar na criação de cargos, na formação de servidores para atendimento da população migrante para a escuta qualificada e na promoção de bolsas de pesquisa e extensão, com enfoque na área de formação em Direito e Serviço Social. Uma das grandes dificuldades enfrentadas pelo usuário é o processo de tradução de documentação, que envolve entraves culturais e linguísticos. Diante desse cenário, a capacitação do usuário pode ser ofertada pelo setor público, pelas empresas e pela academia, promovendo sensibilização para o atendimento e rompendo barreiras. Ressalta-se que esse capital humano também gera benefícios para esses setores (público, acadêmico e empresarial).

É possível perceber como as ações estão relacionadas, pois o ingresso facilitado proporciona o ambiente acadêmico aos migrantes, que partem para a atuação nas produções científicas e na ocupação dos espaços acadêmicos. O ensino da língua portuguesa proporciona maior intervenção do usuário em outras ações, como no atendimento jurídico e nas feiras culturais, em contato direto com o não migrante. A revalidação dos diplomas permite que o migrante tenha maior atuação nos atendimentos de saúde — quando esse é formado e atua na

área — e, assim, sucessivamente. A Figura 12 mostra a atuação das cinco hélices de acolhimento frente à ação de assessoria jurídica para migrantes e refugiados.

Figura 12 – Fortalecimento da assessoria jurídica com base na Inovação Aberta 2.0

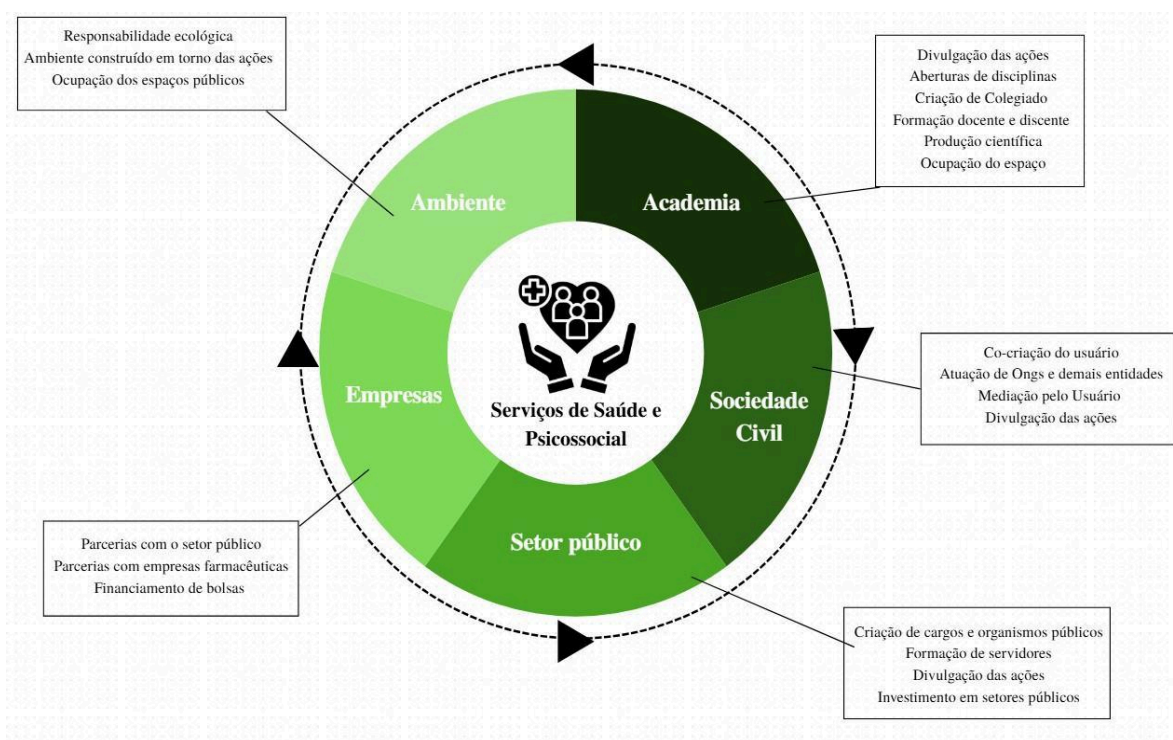


Fonte: Elaborada pelo autor (2025)

Colocando a IA2 em prática, os atendimentos de saúde e psicossociais podem ter participação efetiva do usuário, ao colocá-lo no atendimento primário em setores de triagem, por exemplo, deixando estimular a prática de conversa e escuta, realizada por aqueles migrantes que estão há mais tempo no país. Contudo, para que isso ocorra, será sempre necessária a formação dos migrantes e dos demais participantes da rede. Pode-se utilizar também migrantes que já atuavam na área da saúde e discentes migrantes que estão se formando nessa área.

Com isso, a rede trabalha para a divulgação das ações já existentes, intervindo nos contrastes linguísticos e culturais que envolvem o atendimento de saúde, colocando em prática a escuta e a intervenção do usuário. Já o poder público intervém na criação de cargos públicos específicos de atuação, na formação de servidores e no investimento em setores específicos ligados à saúde. Importante destacar que os empecilhos encontrados devem ser resolvidos com trocas de informações e experiências da rede, escutando principalmente o beneficiário final. A figura 13 representa esse ecossistema ligado aos serviços de saúde e psicossocial.

Figura 13 – Fortalecimento do apoio aos serviços de saúde e psicossocial com base na Inovação Aberta 2.0



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Portanto, o interessante de agir em rede é que as ideias e inovações alcançadas nas arenas públicas podem ser disseminadas e trocadas com outras arenas/redes, proporcionando maior troca de experiências sobre acertos e erros. Esse pode ser um caminho para uniformizar as ações com as IES, utilizando ao máximo os ecossistemas de inovação. Em suma, essas são apenas algumas ideias de como a inovação aberta pode funcionar na prática, mas se acredita que esse seria só o centelha das inúmeras rupturas que surgirão ao trazer os refugiados e migrantes em situação de risco para o processo de cocriação.

5.2 Proposição da Plataforma de Engajamento para operacionalização do ecossistema de inovação em rede

Com o objetivo de promover o diálogo e divulgar as ações identificadas por meio da pesquisa de campo, pensou-se como proposta um instrumento digital capaz de promover o engajamento em rede, por meio do qual os interessados possam acessar, de forma simples e organizada, informações sobre os projetos existentes e as levantadas nesta tese. Como verificado, para que ações destinadas ao público-alvo da pesquisa sejam de fato efetivas, é necessário exercitar os preceitos da IA2, favorecendo o diálogo pelos ecossistemas de

inovação, e é justamente isso que se pretende fazer com esta proposta.

Para que a plataforma realmente funcione de forma duradoura, é necessário que sua gestão, manutenção e alimentação sigam o modelo de IA2, pautado nos processos do modelo helicoidal, de cocriação, de governança compartilhada, de arenas públicas e de democracia participativa. Ressalta-se que, até o momento, foram realizados apenas os passos iniciais de criação do ambiente digital, como discussões sobre possíveis layouts, modelos, sistemas de manutenção e atuação da futura rede responsável.

Discutiu-se acerca do seu modelo de atuação, para que não surjam os mesmos empecilhos encontrados nas ações realizadas pelas universidades. Pondera-se também possíveis caminhos de intervenção quando novas problemáticas surgirem, durante e depois da implementação da plataforma. Pensar em como funcionará sua divulgação, seus benefícios, impactos, necessidades, custos e materiais disponibilizados são questões que serão levantadas aqui.

A plataforma tem como base o estabelecimento de um comitê de atuação, estimulado a trabalhar na coletividade, em que cada membro contribui com uma parte maior ou menor do projeto, sem necessidade de que qualquer um deles receba o crédito exclusivo de sua autoria. O exemplo da plataforma apresentada aqui foi composto por layout e hosting experimentais nas plataformas digitais Squarespace e Figma. O primeiro foi necessário para testar a possibilidade de construção e programação e sediar o ambiente, enquanto o segundo foi para desenvolver um layout modelo, para visualização do leitor de como a plataforma vai se apresentar na prática.

Essa proposta, com base em ecossistemas de inovação em rede, busca agir frente ao contexto do cenário migratório no Estado de Mato Grosso do Sul, buscando fortalecer ações ao trabalhar em conjunto com as universidades, as empresas, os migrantes, o poder público e as demais instituições, pensando em um espaço digital que concentre as informações referentes às atividades já realizadas pelas universidades.

Para que a atuação e o engajamento em rede da plataforma realmente atendam aos preceitos do DL e da IA2, será necessário pensar em uma gestão com um modelo de governança compartilhada, com a participação efetiva de todas as partes interessadas da rede. Sendo assim, o primeiro ponto de atenção nessa proposta é pensar em como agir de forma facilitadora e efetiva para o acolhimento. Para se alcançar esse objetivo, a plataforma não pode ser totalmente idealizada e gerida por uma única pessoa, por mais capacitada que essa seja, pois, uma vez que ocorra o desinteresse dela ou que elementos externos impeçam a sua atuação, o ambiente digital pode “morrer” por falta de manutenção, atingindo diretamente a

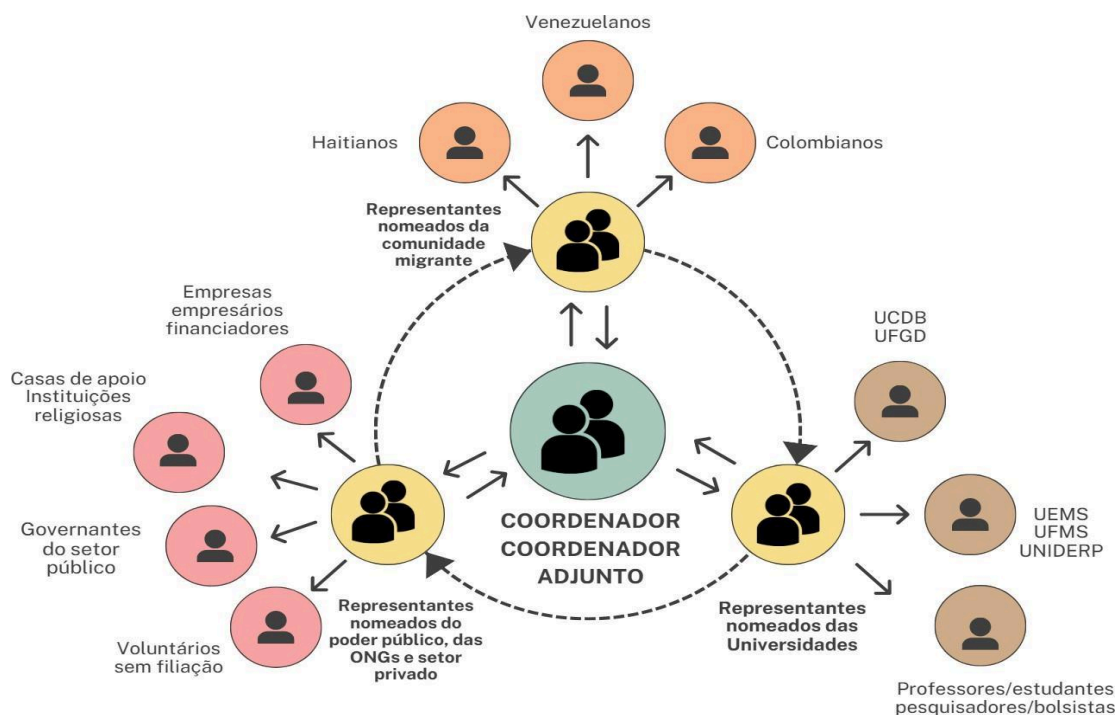
comunidade que dele precisa.

Por isso, é importante agir em rede, com a participação efetiva do usuário, pois, mesmo que ocorram elementos e problemáticas que atinjam uma pessoa responsável, outros, da mesma forma, continuarão a proposta interagindo e dialogando. O conjunto se sente pertencente àquela ação e adota uma postura participativa, conhecendo a maneira como foi pensada, como deve ser gerida e, principalmente, sua necessidade e relevância para a comunidade.

Aqui, entram o sistema de governança compartilhada e a democracia participativa, fundamentais para manutenção, gestão e tomadas de decisão sobre a plataforma. A solução está na criação de um comitê de atuação, composto por todas as partes interessadas nas ações destinadas ao público migrante. São esses que vão tomar as decisões principais referentes ao funcionamento e à divulgação dessa proposta. Na prática, opera-se da seguinte maneira: primeiro, pensa-se nas cinco hélices do desenvolvimento; assim, o comitê deve conter em seu grupo representantes das áreas do poder público e do setor civil, como ONGs, instituições religiosas e demais voluntários, representantes do setor privado, das universidades e da comunidade migrante.

Esses representantes, em conjunto, seja por meio das arenas públicas, seja por votação, devem escolher dois coordenadores que vão agir para a organização do comitê. Essa representação deve ser rotativa e o tempo de duração é escolhido pelo grupo. Os coordenadores podem fazer parte de qualquer um dos ambientes da hélice, sendo as motivações e os critérios de escolha decididos pelo conjunto. A Figura 14 apresenta um esquema desse modelo de comitê desenvolvido²² para a criação, a alimentação e a gestão da plataforma a médio e longo prazo.

²² Apesar de ter sido desenvolvido para atuação no site, o mesmo modelo pode ser replicado por agentes de desenvolvimento local em outros campos de atuação com o seu determinado público de atores.

Figura 14 – Modelo do comitê de atuação, com base em governança compartilhada

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Por preferência, o comitê deve atuar de forma voluntária, priorizando ações sem fins lucrativos. Os participantes, por sua vez, exercem seus cargos sem receber nenhum valor monetário em troca. O comitê participa de forma mais assertiva nas tomadas de decisão, agindo da seguinte forma: os coordenadores — escolhidos pelo grupo — organizam as reuniões e, principalmente, as normativas de gestão do comitê; os demais colaboram trocando ideias, informações, discutindo, gerando material, pesquisa, etc. Cada membro, escolhido para representar a sua parte interessada, deve ser responsável por apresentar as ideias da sua esfera, levando para discussão seus anseios e perspectivas nessa proposta. O quantitativo de membros voluntários pode ser adaptado, desde que haja um ou mais de cada esfera, conforme apresentado no esquema.

No que diz respeito à plataforma de engajamento, como já apontado, foi elaborado um layout preliminar para exemplificação, pensado para sediar de forma clara e objetiva as ações, para que o público, em cliques rápidos, acesse informações como: IES responsável pela ação, descrição da atividade, normativas, data de duração da ação, idiomas disponíveis, descrição do projeto, contato, entre outros. A Figura 15 mostra o layout da parte superior do protótipo de site desenvolvido.

Figura 15 – Parte superior do layout da plataforma

Fonte: Squarespace, 2024. (elaborado pelo autor)

O nome provisório dado ao produto foi “Projeto Refúgio”, partindo da ideia de ser justamente uma iniciativa que possa contribuir para o acolhimento do público, porém, o nome final idealizado para o ambiente deve ser de decisão do comitê. As imagens e a acessibilidade mudam de acordo com os debates levantados pelo grupo, que designará o layout final para a sua inauguração. Entretanto, o protótipo apresenta algumas ideias que podem ser estimuladas para o fácil acesso às informações nas partes superior, intermediária e inferior, como apresentado na Figura 16.

Figura 16 – Descrição da parte superior do *layout* da plataforma.



Fonte: Squarespace, 2024. (elaborado pelo autor)

Buscando explicar esse conjunto de informações, dividiu-se a figura em quatro pontos numerados para referência. O número indicativo “1” se refere ao nome dado ao produto, o descritivo “2” é a área destinada as informações essenciais dos projetos, que dá acesso ao navegante a, Início: a página inicial; Languages: que dá acesso aos diferentes idiomas que a plataforma sedia, Ações: botão que leva direto ao conjunto de atividades realizadas atualmente pelas IES, Sobre: que apresenta sobre as informações referente ao projeto e quem faz parte, Universidades: mostra informações das universidades parceiras. O indicativo “3” direciona o usuário para um histórico das ações realizadas pelas universidades, galeria de fotos e demais informativos. O indicativo “4” mostra um pequeno descritivo da missão e objetivo do projeto/ambiente virtual. Logo abaixo dessas informações o usuário pode acessar de forma separada as iniciativas desenvolvidas por cada IES de Mato Grosso do Sul, divididas por nome de cada projeto, nome da instituição, imagem do campus e galeria de fotos das ações realizadas até o momento, como apresenta a figura 17, que mostra a parte intermediária do instrumento digital:

Figura 17 – Local de armazenamento de informações das ações, separadas por universidade

UEMS Acolhe

Nossa equipe de liderança tem anos de experiência para enfrentar o maior desafio dessa época. Buscamos resultados e temos um histórico de sucesso comprovado.

Saiba mais



UCDB Acolhe

Nossa equipe de liderança tem anos de experiência para enfrentar o maior desafio dessa época. Buscamos resultados e temos um histórico de sucesso comprovado.

Saiba mais

Fonte: Squarespace, 2024 (elaborado pelo autor).

A parte inferior da página, encerrando a navegação, apresenta uma frase que sintetiza as perspectivas do projeto, salientando seu objetivo para quem o acessa. Por fim, na porção inferior, abre-se um campo para cadastro de futuros colaboradores e endereço de e-mail para contato, como ilustra a Figura 18.

Figura 18 – Parte inferior do layout do site



Fonte: Squarespace, 2024 (elaborado pelo autor)

Na abordagem dos possíveis processos de exclusão e acolhimento decorrentes da plataforma, vimos que um dos principais fatores é o idioma. Nos primeiros instantes de contato do usuário com o produto, pode ser decidido se o mesmo vai continuar em sua navegação ou se o contato será frustrante, fazendo com que saia do ambiente, como na experiência relatada em editais de busca facilitada, pois tudo isso se respalda no idioma.

Como apontado, a população migrante é heterogênea, são inúmeras as nacionalidades e culturas presentes no estado. Para tanto, a acessibilidade linguística deve ser trabalhada para atingir o maior número possível de usuários, para que consigam navegar e ter acesso às ações. Caso contrário, o conjunto de informações ali reunido não terá efeito nem benefício à comunidade. Portanto, a acessibilidade linguística deve acontecer logo no primeiro contato do usuário, que deve ser disponibilizado no maior número de idiomas possível. A princípio, essa tarefa parece ser óbvia, dado o contexto, mas, ao mesmo tempo, também é complexa de ser realizada. Todavia, por intermédio da IA2, isso pode ser trabalhado com êxito.

Ao acessar o site, em vez do migrante ser direcionado diretamente para a página com as ações reunidas, com as informações escritas em língua portuguesa, como é mais comum, a plataforma o direciona para uma interface primária, contendo opções de linguagem em conjunto à bandeira respectiva das nações, para que o migrante possa escolher seu idioma

materno ou aquele em que tem maior domínio. Somente após essa primeira intervenção é que o usuário será direcionado à página principal, tendo acesso às informações, completamente redigidas no idioma de sua preferência, na tentativa de romper com a falta de acessibilidade com que esse público se depara quando busca serviços no país estrangeiro. O modelo desenvolvido dessa pré-página pode ser visualizado na Figura 19.

Figura 19 – Modelo de pré-página para escolha do idioma



Fonte: Desenvolvido pelo autor na plataforma Figma, 2025

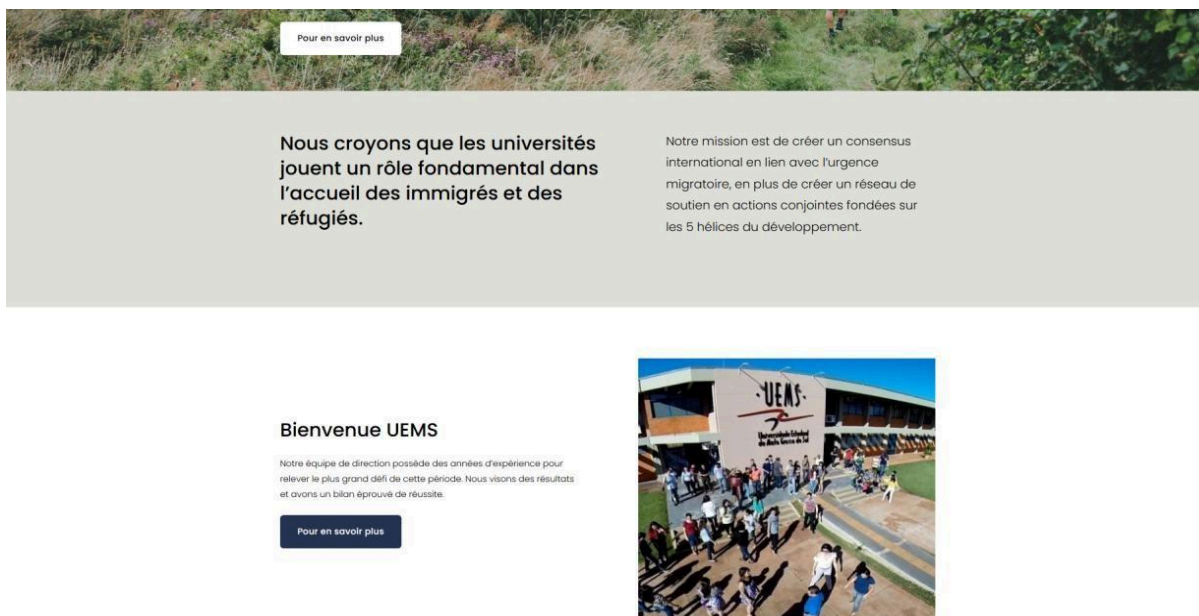
A princípio, o ambiente digital de engajamento em rede é disponibilizado apenas nos idiomas de maior circulação entre a comunidade migrante, sendo eles o inglês, o espanhol, o francês e a língua portuguesa, falada no país de origem da ação. Contudo, com base em estudos prévios, conhece-se o público-alvo do projeto, ou seja, as nacionalidades que comumente buscam ou são beneficiadas pelas ações. Nesse caso, foi adicionado, como exemplo, o idioma crioulo haitiano. Os demais idiomas e bandeiras poderão ser incluídos posteriormente, conforme a demanda e mediante decisão do comitê. Para as traduções e adaptações culturais, caso necessário, considera-se o modelo de governança e cocriação como base para essa resolução.

Além das plataformas on-line de tradução, os próprios migrantes representantes do núcleo de atuação podem fazer a adaptação da versão em português para o idioma requerido, acrescentando possíveis adições culturais, se necessárias. Essas discussões se dariam na arena²³, com a participação do maior número possível de voluntários representantes das esferas da rede, não sendo essa uma responsabilidade unicamente do usuário. Nesse contexto,

²³ O mais interessante é que todas essas discussões e tomadas de decisões podem ser feitas por meio de ambientes virtuais, capitaneadas pelo coordenador em posse, e cada voluntário, em seu respectivo estado, cidade, e até mesmo país quando ocorrer.

cabe enfatizar que riscos, valores e ganhos são sempre compartilhados. A figura 20 mostra como a página se apresentará ao usuário após o redirecionamento.

Figura 20 – Porção da página traduzida para o francês após redirecionamento



Fonte: Squarespace, 2025 (elaborado pelo autor)

Da mesma forma, a manutenção das informações presentes é fundamental para sua “saúde”, para que sempre permaneça útil a quem nele busca informações. A escolha do material e sua manutenção, ou seja, o processo de checagem, adição e atualização das informações, como: datas referentes a início e terminos das atividades, local de inscrição, horários das atividades, instituição responsável, entre outros, é de responsabilidade do comitê, por isso a importância da participação de voluntários das próprias universidades para o repasse desses informativos.

O comitê deve manter esses descritores sempre atualizados para que não gerem confusão ao migrante, que pode buscar assistência de uma ação que, no período de requerimento, já se encontra encerrada. Nesse sentido, cabe à organização criar períodos e reuniões para a atualização e a manutenção da plataforma, deixando claro nas informações em que período esses ciclos são realizados e quem são os responsáveis pelas atualizações. O interessante é que se criem prazos/ciclos semestrais para essa manutenção e que a gestão interna busque, entre dois e três anos, a renovação dos seus coordenadores.

Estipular datas e ciclos pode ser fundamental para manter a rede organizada e atuante, para que, quando voluntários ficarem impossibilitados de atuar, novos sejam estimulados a assumir seus lugares. Nesse ponto, o estímulo de bolsas de estudo e auxílios governamentais

se torna, por experiência de pesquisa, extremamente valioso, pois a fonte de renda torna-se muito atrativa para quem busca trabalhar em ações como essa, em médio e longo prazo.

Complementando o supracitado, o objetivo fundamental dessa plataforma de engajamento em rede é ser disseminado de forma satisfatória, a ponto de alcançar o público que, até o momento, não havia sido contemplado pelas ações existentes. Sobre sua divulgação, o comitê pode traçar estratégias para que seja disponibilizado no maior número possível de veículos digitais. Contudo, é necessário criar um espaço padrão para o seu domínio.

Dessa forma, a plataforma pode representar um importante instrumento de participação e gestão das demandas de imigrantes e refugiados, observando a necessidade de ampliar suas funcionalidades. Seu uso pode prever além da divulgação de informações definidas previamente, possibilitando uma interação efetiva, na qual os próprios usuários possam apresentar propostas, sugestões e demandas de forma direta. Nesse sentido, a incorporação de ferramentas de inteligência artificial podem contribuir para a organização e análise dessas contribuições, fortalecendo o caráter participativo da plataforma. Além disso, é necessário a integração com outras plataformas, redes e organizações nacionais e internacionais para a troca de experiências e o aprendizado coletivo. Uma maior articulação em diferentes escalas de governança permitiria o compartilhamento de boas práticas e soluções desenvolvidas em outros contextos, enriquecendo as ações locais implementadas em Campo Grande e Dourados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na análise desenvolvida ao longo desta tese, compreende-se que o fenômeno das migrações, especialmente no contexto do refúgio e da migração forçada, configura-se como um processo estrutural e contínuo das dinâmicas contemporâneas, intensificado por crises políticas, conflitos armados, perseguições e mudanças ambientais. Evidencia-se que tais deslocamentos extrapolam decisões individuais, exigindo respostas institucionais articuladas e fundamentadas nos princípios dos direitos humanos.

Nesse cenário, as migrações revelam profundas implicações territoriais, sociais e culturais, demandando estratégias de acolhimento que ultrapassem práticas assistencialistas pontuais. Essas dependem da construção de redes colaborativas, capazes de promover a escuta qualificada, o reconhecimento das singularidades e a participação ativa desses sujeitos como atores do Desenvolvimento Local. Assim, o acolhimento realizado pelas universidades de Mato Grosso do Sul foi compreendido enquanto prática estratégica de inserção social e de promoção do DL.

É necessário compreender as migrações como parte constitutiva das transformações sociais contemporâneas, o que implica reconhecer a necessidade de políticas e ações integradas, sustentáveis e inovadoras, que fortaleçam a convivência intercultural e contribuam para a coesão social nos territórios de acolhida.

As ações de acolhimento a imigrantes e refugiados desenvolvidas pelas universidades de Mato Grosso do Sul foram compreendidas como práticas estratégicas de inserção social e de promoção do DL. Ao longo do estudo, evidenciou-se que as Instituições de Ensino Superior (IES) exercem papel central na articulação de iniciativas que buscam transpassar o caráter assistencialista, consolidando-se como espaços de produção de conhecimento, de formação cidadã e de mediação entre diferentes atores sociais.

Os resultados da pesquisa bibliográfica e de campo permitiram identificar um conjunto diversificado de ações de ensino, pesquisa e extensão, que incluem o ensino da língua portuguesa, a assistência jurídica, psicológica e em saúde, a promoção de atividades culturais, a produção científica e a criação de mecanismos de ingresso facilitado. Tais iniciativas demonstram o compromisso das universidades com a pauta migratória e com a efetivação dos direitos humanos, contribuindo de forma significativa para a construção do sentimento de pertencimento e para a autonomia dos migrantes e refugiados.

No que se refere ao papel da universidade, evidencia-se que as IES assumem uma função estratégica frente às dinâmicas migratórias contemporâneas, ao atuarem como

possíveis espaços de acolhimento. As universidades atuam ao integrar ações de pesquisa e extensão voltadas à inserção social de migrantes e refugiados, promovendo o acesso à educação, à informação, aos direitos e aos serviços essenciais. Destaca-se que essas instituições operam como agentes articuladores entre diferentes atores locais, contribuindo para a construção de redes colaborativas e interinstitucionais.

Em complemento, o ambiente universitário favorece práticas de escuta qualificada, o respeito à diversidade cultural e a valorização das trajetórias migratórias, fortalecendo o sentimento de pertencimento e a integração territorial. Contudo, o estudo também aponta desafios relacionados à continuidade, à abrangência e à institucionalização dessas ações. Nesse sentido, reforça-se que o papel da universidade no contexto migratório deve ser compreendido como central para o desenvolvimento local, demandando inovação, governança compartilhada e participação ativa dos sujeitos migrantes na construção de soluções socialmente sustentáveis.

Observou-se também que, por vezes, ocorrem fragilidades estruturais e operacionais que limitam a continuidade e o alcance dessas ações, especialmente no que se refere à dificuldade de articulação em rede, à descontinuidade institucional e à limitação no atendimento à diversidade dos perfis migratórios. Esses dilemas reforçam a necessidade de superação de práticas fragmentadas, demandando modelos mais colaborativos e integrados de governança.

Nesse contexto, a IA2, por meio dos ecossistemas de inovação, mostrou-se uma perspectiva teórico-prática pertinente para o fortalecimento das ações existentes, ao propor a participação ativa dos usuários e a cooperação entre universidade, poder público, iniciativa privada e sociedade civil, bem como o compartilhamento de saberes, recursos e responsabilidades. A proposta de intervenção apresentada, aliada à criação de um link digital para a divulgação das ações, configura-se como um instrumento potencial de integração, visibilidade e otimização das iniciativas desenvolvidas no estado.

Portanto, o acolhimento de imigrantes e refugiados, quando pensado a partir dos pressupostos da IA2 e dos ecossistemas de inovação em rede, amplia as possibilidades de impacto social, promovendo a inclusão, o fortalecimento territorial e a justiça social. Espera-se que esta tese contribua não apenas para o avanço acadêmico sobre a temática, mas também para o aprimoramento das práticas institucionais, subsidiando políticas públicas e estimulando novas pesquisas voltadas à consolidação de redes colaborativas de acolhimento no contexto migratório contemporâneo.

Ademais, a proposta da plataforma de engajamento busca materializar, em um

instrumento concreto, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão desenvolvida pelas IES de Mato Grosso do Sul. Propõe um ambiente virtual capaz de reunir, de forma sistematizada e acessível, as ações de acolhimento destinadas a imigrantes e refugiados, podendo constituir um preceito que supera a fragmentação informacional identificada no levantamento empírico, tornando-se um mecanismo estratégico de visibilidade, transparência e integração das iniciativas da IES.

Dessa maneira, a plataforma de engajamento proposta não se limita a uma função informativa, mas assume um papel estruturante na consolidação de uma rede interinstitucional voltada ao acolhimento, favorecendo a circulação de informações, o acesso dos usuários aos serviços existentes e o fortalecimento das conexões entre universidade, poder público, sociedade civil e os próprios migrantes.

REFERÊNCIAS

- ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. **Relatório anual da Cátedra Sérgio Vieira de Mello**, 2022. Disponível em: CSVM-Relatório-Anual- 2022.pdf. Acesso em: 09 jan. 2023.
- ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. **Relatório anual da Cátedra Sérgio Vieira de Mello**, 2024. Disponível em: Relatório Anual da Cátedra Sérgio Vieira de Mello – 2024 | ACNUR Brasil. Acesso em: 12 de dezembro de 2025.
- AGER, A.; STRANG, A. Understanding integration: a conceptual framework. **Journal of Refugee Studies**, v. 21, n. 2, p. 166-191, 2008. DOI:10.1093/jrs/fen016.
- AMARAL, E. F. L.; WOLDETSADIK, A.; ARMENTA, G. Challenges for the integration of Syrian refugees. **Open Science Framework**, April 20, 2018.
- ANDION, C.; ALPERSTEDT, G.D. e GRAEFF, J.F. Ecosistema de inovação social, sustentabilidade e experimentação democrática: um estudo em Florianópolis. **Revista de Administração Pública**, FGV-IBAPE, v. 54, p. 181-200, jan./fev. 2020.
- ANDRADE, G. B. A guerra civil síria e a condição dos refugiados: um antigo problema, “reinventado” pela crueldade de um conflito marcado pela inação da comunidade internacional. **Revista de Estudos Internacionais**, v. 2, n. 2, p. 121-138, 2011.
- ANDRADE, Manuel Correia. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.
- ANSELL, C.; Gash, A. Collaborative Platforms as a governance strategy. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 28, n. 1, p. 16-32, 2018.
- ANSELL, C.; TORFING, J. A new public governance based on co-creation. **Public governance as co-creation**. Cambridge: Cambridge University, p. 1-14, 2021.
- ARBEX, Dafne F.; GIGLIO, Kamil; PERASSI, Richard; VARVAKIS, Gergório J. **O processo de cocriação de experiências em plataformas de engajamento**. Revista de Informação – v. 14 n. 3 jun13
- AUGÉ, Marc. **Por uma antropologia da mobilidade**. Maceió: EDUFAL: UNESP, 2010
- ÁVILA, V. F.; CAMPOS, I. M. M; ROSA, M. W. C.; FERRO, R. F. F. C.; PAULITSCH, R. J. **Formação educacional em desenvolvimento local**: relato de estudo em grupo e análise de conceitos. Campo Grande: Editora UCDB, 2000.
- ÁVILA, Vicente Fideles de. (org.). **Formação educacional em Desenvolvimento Local**: relato de estudo em grupo e análise de conceitos. 2 ed. Campo Grande MS: UCDB, 2001.
- ÁVILA, Vicente Fideles de. **Cultura de sub/desenvolvimento e desenvolvimento local**. Sobral; Edições UVA, 2005.
- AZEVEDO, Ana Paula Zaikievicz. **Cidadania sem fronteiras: um trabalho multidisciplinar**

com populações em situação de migração ou refúgio. **Cidadania em Ação:** Revista de Extensão e Cultura, Florianópolis (SC), v. 6, n. 1, p. 12-26, jan./jun. 2022

BÄÄRNHIELM S, EDLUND AS, IOANNOU M, DAHLIN M. **Approaching the vulnerability of refugees:** evaluation of cross-cultural psychiatric training of staff in mental health care and refugee reception in Sweden. *BMC Med Educ.* 2014; 14:207.

BAILLY, A. Géographie régionale et representation, *In: BAILLY, A. et al. Géographie régionale et representation.* Paris: Antropos, 1995. p. 25-34.

BARTRAM, D. *et al.* **Key Concepts in Migration.** London: Sage, 2014.

BARTZ, Cátia R. F.; TURCATO, Jessica C.; BAGGIO, Daniel K. Governança colaborativa: um estudo bibliométrico e conceitual da última década de publicações. **DRd: desenvolvimento regional em debate**, v. 9, p. 800-817, nov. 2019.

BAUMAN, Zygmunt. “**Globalização:** as consequências humanas.” Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BIESDORF *et al.* A inserção dos refugiados em universidades federais brasileiras: um debate sobre as possibilidades de ingresso. *In: OLIVEIRA, Thaislayne Nunes de (org.). Processos de subjetivação no serviço social 5.* Ponta Grossa, PR: Atena, 2020. p. 95-106.

BIRMAN, Joel. Catástrofe, risco e trauma. In D. M. Coelho & E. L. Cunha (orgs.), **Faces contemporâneas da razão** (p. 111-130). Cocern, 2018.

BLANCHARD, P. *et al.* **Atlas des immigrations en France.** Paris: Autrement, 2016.

BLOISE, Denise Martins. A importância da metodologia científica na construção da ciência. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento.** Ano 05, Ed. 06, v. 06, p. 105-122. Junho de 2020.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. O projeto de pesquisa e os procedimentos metodológicos para coleta e análise dos dados na pesquisa social e qualitativa. **Revista Humanidades em Perspectivas.** v. 1, n. 1, jan./jun. 2019

BRASIL. Decreto n. 9.235/17, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre a sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior – IES e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação *lato sensu*, no sistema federal de ensino. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 dez. 2017.

BRASIL, Deilton Ribeiro; GODINHO, Ana Cláudia de Pinho. A Lei nº 13.445/2017 e o Decreto nº 9.199/2017: avanços e retrocessos na política migratória brasileira. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFBA**, Salvador, v. 30, n. 2, p. 59-78, jul./dez. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apátrida.** Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/migracoes/politica-nacional-de-migracoes->

refugio-e-apatridia-1. Acesso em: 29 mar. 2026.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. **IMIGRAÇÃO VENEZUELA-RORAIMA: EVOLUÇÃO, IMPACTOS E PERSPECTIVAS**. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/f81ef82e-6cba-4733-89df-5f99120b35d7/content> Acesso em: 13 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Brasília, DF: Presidência da República, 2017.

BREITBACH, Á. C. de M. **Os desafios do desenvolvimento local** [livro eletrônico] / organizado por Áurea Corrêa de Miranda Breitbach, Porto Alegre: FEE, 2012. xx p

BRENNER, Ana Karina; ALVARENGA, Marcia Soares de. **MIGRAÇÃO E REFÚGIO: desafios educativos entre desigualdades e diferenças**. Revista Teias, Rio de Janeiro, v. 23, n. 69, p. 2-18, abr. 2022. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-03052022000200002&lng=pt&nrm=iso. acessos em 29 jul. 2025. Epub 28-Fev-2023.

BROSTOLIN, Marta Regina. Educação e desenvolvimento: uma parceria necessária na construção da emancipação sociocultural das populações indígenas. **Tellus**, ano 7, n. 12, p. 103 114, abr/2007.

BROSTOLIN, Marta Regina. Educação e desenvolvimento: uma parceria necessária na construção da emancipação sociocultural das populações indígenas. **Tellus**, ano 7, n. 12, p. 103 114, abr/2007.

CAMPOS MARTINS, Laura Hêmilly; CAVALCANTE GARCEZ, Francisco Thiago. Migrações internacionais no âmbito da política pública de assistência social no Brasil: reflexões à guisa de introdução. **RP3 – Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**, [S. l.], v. 1, n. 4, 2024. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rp3/article/view/51646>. Acesso em: 11 jul. 2025.

CARAYANNIS, E. G.; CAMPBELL, D. F. J. Towards an Emerging Unified Theory of Helix Architectures (EUTOHA): Focus on the Quintuple Innovation Helix Framework as the Integrative Device. **Triple Helix**, v. 9, n. 1, p. 65-75, 4 abr. 2022.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura – a sociedade em rede**. 7.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CASTILHO, M. A; MARQUES, H. R.; MANFROI, J; NOAL, M. L. **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. 6 ed. rev., atual. e ampl. Campo Grande: UCDB, 2024.

CASTILHO, Maria Augusta de Patrimônio cultural no contexto de territorialidades. In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. AMPUH, 2013, Natal, RN. **Anais...** Natal, 2013.

CASTILHO, Maria Augusta de. Patrimônio cultural no contexto de territorialidades. In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. AMPUH, 2013, Natal, RN. **Anais...** Natal,

2013.

CASTLES, S., DE HAAS, H., & Miller, M. J. **The age of migration: International population movements in the modern world** (5th ed.). The Guilford Press, 2014.

CAVALCANTI, L.; Oliveira, T.; Macedo, M. Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2019. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2019.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. **Relatório Anual OBMigra 2023**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2023.

CEFAI, D. Públicos, problemas públicos, arenas públicas. **Novos Estudos**. Cebrap. São Paulo, v. 36, n. 1, p. 187-213, mar. 2017.

CHRISTENSEN, Clayton M. *et al.* Disruptive Innovation for Social Change. **Harvard Business Review**, 2006. Disponível em <https://hbr.org/2006/12/disruptive-innovation-for-social-change>. Acesso em: 12 jan. 2023.

CNNBRASIL. **Decreto de Trump que proíbe cidadãos de 12 países passa a valer amanhã**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/decreto-de-trump-que-proibe-cidadaos-de-12-paises-passa-a-valer-amanha/>. Acesso em: 20 mar. 2026.

COHEN, Robin. **Global diasporas: an introduction**. Nova York: Routledge, 2008. Conselho Nacional de Refugiados (Conare). **Dados sobre refúgio no Brasil** [Internet]. Brasília: Conare; 2025 Disponível em: Refúgio em Números – Ministério da Justiça e Segurança Pública.

COSTA, Luiz Rosado; SOUZA, José Eduardo Melo de; BARROS, Livia Cristina dos Anjos. Um histórico da política migratória brasileira a partir de seus marcos legais (1808-2019). **Revista GeoPantanal**, Corumbá, n. 27, p. 167-184, jul./dez. 2019.

CURLEY, M.; SALMELIN B. Open innovation 2.0: a new paradigm. **European Commission**, 2013. Disponível em: [oispg_open innovation 2_0 a new paradigm – white paper_2182.pdf](https://oisp.openinnovation20.com/whitepaper_2182.pdf) Acesso em: 12 jan. 2023.

DELAMUTA, Karly Garcia *et al.* Experiências de atendimento à saúde de imigrantes bengaleses entre trabalhadores da atenção primária à saúde no Paraná, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 8, e00087019, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/V33PNVdwyvKB9Tk6PNKdzZh/?lang=pt>. Acesso em: 26 dezembro, 2025.

EL PAÍS. **União Europeia propõe a criação de centros de imigrantes fora das fronteiras do bloco**. Bruxelas, 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/19/internacional/1529419898_385706.html Acesso em: 8/jul. 2025.estruturada. In: MARQUEZINE, Maria Cristina; ALMEIDA, Maria Amélia; OMOTE; Sadao (orgs.). **Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial**. Londrina: eduel,

2003. p. 11-25.

ELLIOTT, A.; URRY, J. **Mobile Lives**. London: Routledge, 2010. 194p.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FASSIN D, RECHTMAN R. L'Empire du traumatisme: enquête sur la condition de victime. Paris: Flammarion; 2007.

FERREIRA, A.B.H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, s.d.

FERREIRA, Alisson Vinícius Silva; LODETTI, Mariá Boeira; BORGES, Lucienne Martins. Recomeço: O sofrimento psíquico na imigração involuntária e a política de inclusão nas universidades brasileiras. REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum. 29 (63) • Sep-Dec 2021. <https://www.scielo.br/j/remhu/a/s99gvfcvkybftRWXCpBqSRN/>

FERREIRA, Giovanna Martins. **Acolhimento**: um processo em construção. 2009. 41 f. Monografia. (Curso apresentado ao Curso de Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

FERRO, Regina F. F. C.. **Potencialidades De Desenvolvimento Local Da Comunidade De São Gabriel Do Oeste Em Termos De Ocupação**. 2003. 138 f. Dissertação (Mestre em Desenvolvimento Local) – Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS.

FONTELLES, Mauro José *et al.* Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. **Revista Paraense de Medicina**. 23(3) jul.-set. 2009.

FREITAS, João. Vidas móveis. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 16, n. 35, p. 340-352, jan./abr. 2014.

GASQUES, J. **Diaconia do acolhimento**: desafio à liturgia e à pastoral na cidade. São Paulo.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1987.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4 ed. 1994; 5 ed. 1999; 6 ed. 2008.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa Tipos Fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-2. Mai./Jun. 2025.

GROSSO, Maria José dos Reis. Língua de acolhimento no contexto migrante português. *In*: SOUZA, Rômulo F. S, *et al.* **Português como língua de acolhimento práticas e perspectivas**. 1.ed, São Paulo: Parábola, 2021

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina** – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da desterritorialidade**: do “fim dos territórios” a

multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, Stuart. Pensando a diáspora: reflexões sobre a terra no exterior. In: SOVIK, L. (org.). **Da diáspora: Identity and cultural mediations**. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 25- 50.

HARRIS, J. R. & TODARO, M. P. – **Migration, unemployment and development: a two sector analysis**, in American Migration Review, v. 60 n. 1, p. 126-142, mar. 1970.

helix architectures (EUTOHA): focus on the quintuple innovation helix framework as the

HAMAD, A. F. *et al.* Ecossistema de inovação na educação: uma abordagem conectivista. In: TEIXEIRA, C. S.; EHLERS, A. C. S.; SOUZA, M. V. (org.). Educação fora da caixa: tendência para a educação no século XXI. 1 ed. Florianópolis: Bookess, 2015, v. 1, p. 33-48.

HANNERX, Ufl. Fluxos, fronteiras, híbridos. **Revista Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 7-39, 1997.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA/IPEA. **Imigração Venezuela Roraima: evolução, impactos e perspectivas**. 2021. Disponível em:

https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/201101_ri_213611.pdf Acesso em: 2. Ago. 2025.

integrative device. Triple Helix v. 9, p. 65-75, 2022.

JAMIL, H.; ALDHALIMI, A.; ARNETZ, B. B. Post-displacement employment and health in professional Iraqi refugees vs. professional Iraqi immigrants. **Journal of Immigrant and Refugee Studies**, v. 10, n. 4, p. 395-406, 2012.

JUNGER DA SILVA, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; DE OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro. Refúgio em Números 10ª Edição. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Departamento das Migrações. Brasília, DF: OBMigra, 2025.

KALLICK, D. D.; ROLDAN, C. **Refugees as employees: good retention, strong recruitment**. Nova York: Fiscal Policy Institute e Tent Foundation, 2018.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos.de.metodologia.científica: teoria da ciência e prática da pesquisa**. 17 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LAACHER, S. **Ce qu’immigrer veut dire**. Paris: Le Cavalier Bleue, 2012.

LAGO, A. O. D.; HOLLEBEN, J. L. V.; MARQUES, H. H. Regionalização num contexto de Desenvolvimento Local. **Revista GeoPantanal**. UFMS/AGB. Corumbá, MS. n. 15, 117-130. jul./dez. 2013.

LARA, José E. *et al.* Business-to-business: Estudo sobre os Negócios da Construção Civil de Pequeno Porte. **Gestão & Conexões: Management and Connections Journal**, Vitória, ES. v. 9, n. 2, p. 8-31, mai./ago. 2020.

LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. **Construção humana de espaço, lugar e território**. Campo Grande, MS: UCDB, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Perreira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4 ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000, fev. 2006).

LIEBIG, T. Triple disadvantage? A first overview of the integration of refugee women. Paris: **OECD Publishing**, 2018. (OECD Social, Employment and Migration Working Papers, 216). linked governance and socially innovative political transformation. **Atlas of social innovation: a world of new practices** v. 2, p. 62- 65, 2019.

LOBO, Andréa de Souza (org.). 2013. Entre fluxos. Brasília: Editora da UnB. 278 pp.

MACEDO, Janaina Santos de; PINHEIRO, Raquel; SOUZA, Irineu Manoel de; MAGALHÃES, Vanessa Maciel Franco; SILVA, João Fábio Sanches. Da extensão à graduação – o acolhimento educacional de migrantes internacionais. **Revista Barbaquá**. V. 6, publicação contínua, p. 1-21, e8971, 2024.

MANZINI, Eduardo José. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-

MARTÍN, J. C. Los retos por una sociedad a escala humana: El desarrollo local. *In*: SOUZA, M. A. **Metrópole e globalização: conhecendo a cidade de São Paulo**. São Paulo: CEDESP, 1999.

MARTINS, R.A.; CALDAS, E. L. Visões do Desenvolvimento Local: uma análise comparada de experiências brasileiras. **Interações** (Campo Grande) 10 (2), Dez 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/tGyLz5bHDcNv6QQmKQ4PBZc/?lang=pt> Acesso em: 18 ago. 2025.

MARTINS-BORGES, Lucienne. Migração involuntária como fator de risco à saúde mental. REMHU, **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 21, n. 40, p. 151-162, 2013.).

MATUMOTO, S. *et al.* A comunicação como ferramenta para acolhimento em unidades de saúde. *In*: **Simpósio Brasileiro de Comunicação em Enfermagem**. Anais Eletrônicos. Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto.

MATUMOTO, S. **O acolhimento: um estudo sobre seus componentes e sua produção em uma unidade da rede básica de serviços de saúde**. 1998. 240 f. Dissertação. (Mestrado em Enfermagem de Saúde Pública – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo).

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social**. 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes: 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio da pesquisa social**. *In*: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 26 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 9-29.

MINEIRO, Andréa Aparecida C. *et al.* Da hélice tríplice a quintupla: uma revisão sistemática. **E&G Economia e Gestão**: Belo Horizonte, v. 18, n. 51, set./dez. 2018.

MOULAERT, F.; MACCALLUM, D.; VAN DEN BROECK, P. e CABEZA, M.G. Bottom MIRDAL GM, RYDING E, SONDEJ ME. Traumatized refugees, their therapists, and their

interpreters: three perspectives on psychological treatment. **Psychol Psychother.** 2012; 85(4): 436-55.

MOREIRA, Julia Bertino; BORBA, Janine Hadassa Oliveira Marques de Invertendo o enfoque das “crises migratórias” para as “migrações de crise”: uma revisão conceitual no campo das migrações. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 38, p. 1-20, 2021.

MOULAERT, Frank; *et al.* **Advanced introduction to social innovation.** UK: Edward Elgar publishing, inc., 2019.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado Mueller; PERUCCHI, Valmira. Universidades e a produção de patentes: tópicos de interesse para o estudioso da informação tecnológica. **Revista Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 19, n. 2, p. 15-36, abr./jun. 2014

NANTES, Milene Holanda; CASTILHO, Maria A. **A formação da gestante na OMEP/BR/MS: potencialidades sob a ótica do desenvolvimento local.** Campo Grande: Gráfica Mundial, 2015.

NASCIMENTO, M. F. (2022). **Políticas públicas de inclusão e integração de refugiados no ensino superior no contexto da Universidade Federal de Integração Latino- Americana** [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Centro-Oeste]

O acesso à educação superior para pessoas refugiadas, solicitantes de refúgio e portadoras de visto humanitário: inclusão, democratização e internacionalização. **Revista Educação e Emancipação**, v. 17, n. 2, p. 414-433, 15 Ago 2024 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/22135>. Acesso em: 8 jan 2026.

OLIVEIRA, D. S. F., Giroto, G., & Paula, E. M. A. T. de. (2024). **Políticas públicas e direito à educação superior para migrantes em situação de vulnerabilidade e refugiados.** *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, 17(7), e8145. Paulus, 1996.

OIM. Governança Migratória Local: Ferramentas e Métodos. Marcelo Torelly, Ana Laura Anschau e Anelise Dias (organizadores). Brasília: Organização Internacional para as Migrações, 2022.

PERELLES, Elisa. **Políticas de ensino superior e o engajamento dos refugiados no crescimento inclusivo.** 2021. 97f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública (PPGPGP), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Curitiba.

PERES, Luise Bittencourt; CERQUEIRA-ADÃO, Sebastião Ailton da Rosa; FLECK, Carolina Freddo. Integrar e acolher: o acesso de refugiados e imigrantes haitianos nas universidades. **Revista Educação e Pesquisa: Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 48, 2022.

PORTER, Michael E.; KRAMER, Mark R. Criação de valor compartilhado. **Harvard business review Brasil: Cultura Organizacional**, 2011. Disponível em: Porter(2011) Harvard Business Review.pdf Acesso em: 09 jan. 2023.

PUERARI, E. *et al.* Co-Creation Dynamics in Urban Living Labs. **Sustainability**, v. 10, p. 2-18, 2018.

RAFFESTIN, Claude. **O que é território?** *In:* Por uma Geografia do Poder. São Paulo: ÁTICA, 1993.

REDIN, Giuliana; BERTOLDO, Jaqueline. Narrativas da exclusão de migrantes e refugiados na universidade. **Revista SER Social: crise, fluxos migratórios e políticas sociais**, Brasília, v. 23, n. 49, jul./dez. 2022.

REIS, Rossana Rocha. **A política brasileira para as migrações internacionais.** CONTEXTO INTERNACIONAL. v. 33, n. 1, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/dC4Fr3X9nY7XVcRrdKhkjSd/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 22 ago. 2025.

ROCHA *et al.* Educação Superior para Refugiados: uma análise dos procedimentos de ingresso nas universidades brasileiras vinculadas à Cátedra Sérgio Vieira de Mello. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 88 n. 1, p. 147-162, 2022.

ROCHA, S. R. P., Azevedo, R. S., & Mendes, G. M. L. (2022). Educação superior para refugiados. Uma análise dos procedimentos de ingresso nas universidades brasileiras vinculadas à Cátedra Sérgio Vieira de Mello. **Revista Iberoamericana de Educación**, 88(1), 147-162.

RODRIGUES, G. M. A. (2021). O acesso de pessoas refugiadas ao ensino superior e o pacto global sobre os refugiados: a experiência da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVm). In A. C. Ramos, G. M. A. Rodrigues, & G. A. Almeida (orgs.), **70 anos da convenção relativa ao estatuto dos refugiados (1951-2021): perspectivas de futuro**(pp. 258-278). ACNUR Brasil. <https://www.acnur.org/br/sites/br/files/2025-01/2021>.

ROSTIAUX, Stéphane (org.) **Estratégias para atenção integral à saúde de migrantes internacionais no Brasil.** Organização Internacional para as Migrações (OIM) – Brasil: São Paulo, SP, 2022.

SALES, Teresa. **Brasileiros longe de casa.** São Paulo: Ed. Cortez, 1999.

SANTINHO, Maria Cristina. Refugiados e requerentes de asilo em Portugal: Contornos políticos no campo da saúde. **Alto-Comissariado para as Migrações.** 2016.

SANTOS, B. de S.; RODRÍGUEZ-GARAVITO, C. A. Introduction: expanding the economic canon and searching for alternatives to neoliberal globalization. *In:* SANTOS, B. de S. (org.). **Another production is possible** – beyond the capitalist canon. London: Verso, 2006.

SANTOS, M. **A natureza do Espaço:** espaço e tempo; razão e emoção. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, M. C. L. F. **Patrimônio histórico museal em Campo Grande – MS:** perspectivas e desafios no Contexto do Desenvolvimento Local.colocar o resto (tese).

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da Alteridade.** Prefácio de Pierre Bourdieu.

Tradução de Cristina Murachco. São Paulo: USP, 1998.

SCHENNER, J. K.; NEERGAARD, A. Asylum-seekers and refugees within Europe and labour market integration. **Transfer: European Review of Labour and Research**, v. 25, n. 1, p. 13-24, 2019. DOI:10.1177/1024258919829995.

SILVA, Igor Monteiro. Por uma antropologia da mobilidade. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 42, n. 2, p. 154-158, jul./dez. 2011.

SOLLA, J. J.S. P. Acolhimento no sistema municipal de saúde. **Rev. Bras. Saúde Matern. Infant. Recife**, v. 5, p. 493-503, out/dez. 2005.

SOUZA, F. B. **Refugiados em Mato Grosso do Sul: o mito do acolhimento**. Francisca Bezerra de Souza. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021. 258p.

SPRANDEL, Marcia Anita. Breve análise da relação entre o Estado brasileiro e seus emigrantes. In: FERREIRA, A. P. *et al.* **A experiência migrante. Entre deslocamentos e reconstruções**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2010.

TEIXEIRA, Clarissa Stefani; TRZECIAK, Dorzeli Salete; VARVAKIS, Gregório (org.). **Ecosistema de inovação: alinhamento conceitual**. Florianópolis: Perse, 2017. E-book. ISBN 978-85-464-0505-3. Disponível em: <http://via.ufsc.br/>. Acesso em: 7 mar. 2026.

TEIXEIRA JUNIOR, Augusto W. M. **“Geopolítica: do pensamento clássico aos conflitos contemporâneos”**. Curitiba, PR: Intersaberes, 2017.

TEIXEIRA, R. R. O acolhimento num serviço de saúde entendido como uma rede de conversações. In: Pinheiro, Roseni; Mattos, Ruben Araújo de. **Construção de Integralidade: cotidiano, saberes e práticas em saúde**. Rio de Janeiro, IMS ABRASCO, p. 89-111, 2003.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar – perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

WALDMAN, Tatiana Chang; *et al.* **Assistência jurídica à população migrante no Brasil: perfil, boas práticas e desafios da rede de apoio da sociedade civil** 1 ed. Brasília: OIM, 2020.

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. **As políticas migratórias brasileiras do século XIX ao século XXI: uma leitura biopolítica do movimento pendular entre democracia e autoritarismo**. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 2330-2358, 2020.

WEST, Catarine dos Santos. **A importância das políticas afirmativas para o ingresso de refugiados nas universidades públicas: mapeamento das normativas de ingresso nas instituições de ensino superior**. 2022. 45f. Monografia (Curso de Graduação de Relações Internacionais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG.

WESSNER, C. W. *et al.* (Ed.). **Innovation policies for the 21st century: report of a symposium**. Washington: National Academies Press, 2007

WORLD ECONOMIC FORUM. **World Economic Forum Annual Meeting**